

APÓS O IMPASSE DA "CIMEIRA"

ANGOLA SEM SAÍDA

Após 27 horas de reuniões, a «Cimeira» extraordinária da O.U.A. encerrou, às primeiras horas da manhã de hoje, sem que os 46 Estados africanos nela representados tivessem chegado a acordo sobre o problema angolano. Ao impasse seguiram-se imediatas reacções das partes em confronto no campo de batalha, as quais afirmaram que a luta prosseguiria.

Quando os trabalhos encerraram, pouco depois das 6 horas de hoje, prevalecia o equilíbrio de forças — 22 contra

22, mais duas abstenções — o que impedia a adopção de qualquer das duas propostas apresentadas que preconizavam, uma, o reconhecimento do MPLA e a admissão da República Popular de Angola na O.U.A., outra, a condenação de toda a intervenção estrangeira e a formação de um Governo de Unidade Nacional, englobando o MPLA, UNITA e FNLA. Uma proposta-compromisso apresentada à última hora pelo presidente Idi Amin — uma das duas abstenções — não logrou o

entendimento entre as partes, já que foi considerada como uma mera extensão da proposta anti-MPLA.

Como derradeira medida, a «Cimeira» decidiu remeter o problema angolano para a Comissão da 12.ª conferência de alto nível da organização, sediada em Cam-pala, que ficou encarregada de prosseguir o exame detalhado da crise.

A impotência da O.U.A. para enfrentar abertamente a questão angolana, reduz qualquer solução ao campo

da vitória militar, onde o MPLA se mantém especialmente bem colocado depois das sucessivas derrotas infligidas aos mercenários da FNLA e às tropas regulares zai-rensens no norte do país, as quais culminaram ontem com a libertação do porto de Ambriz. Estes sucessos militares alargam-se também ao leste e sul do país onde, segundo anuncia a agência Tass, forças sul-africanas estão a recuar nas cidades de Nova Lisboa e Benguela, face à ofensiva das FAPLA (ler na pág. 11).

Para continuar no Governo

Salgado Zenha põe condições

Salgado Zenha poderá abandonar a pasta das Finanças, caso venham a não ser respeitadas as condições por ele apresentadas quando aceitou o cargo que ora ocupa. A ameaça ou pelo menos, a prevenção, transparece dum comunicado ontem emitido desde o Ministério das Finanças, onde o titular da pasta expõe a sua posição sobre as questões que têm sido levantadas em torno do nome do dissidente do P.P.D., Artur Santos Silva.

«Quando o actual ministro das Finanças foi convidado para este cargo, pelo senhor Primeiro-Ministro, pôs como condição poder escolher livremente a sua equipa, condição que foi aceite» — lembra Salgado Zenha. «No uso desta faculdade, escolheu para secretário de Estado do Tesouro o dr. Artur Santos Silva, independentemente da sua qualidade partidária. Dado o condicionalismo

exposto, a circunstância de, entretanto, o dr. Santos Silva ter abandonado o partido a que pertencia é irrelevante para determinar a sua saída ou permanência no Governo. Não obstante o dr. Santos Silva quis sair do Ministério, no que não esteve de acordo o actual ministro das Finanças. E isto porque a equipa funciona segundo um pacto entre todos firmado aquando do início das suas funções. Em consequência desse pacto, o actual ministro das Finanças entende que a saída do dr. Santos Silva implicaria também a sua.»

«De resto» — diz ainda o ministro das Finanças — «há ainda a notar que o VI Governo Provisório durará apenas até às próximas eleições legislativas, que terão lugar dentro de poucos meses. Não parece por isso que as equipas existentes possam ser alteradas profundamente, o que só reduziria a

sua eficácia e poder de ataque em relação a problemas nacionais.»

Além disto, Salgado Zenha refere-se a Sousa Franco, do P. P. D., actual secretário de Estado das Finanças, dizendo que «tem todo o gosto em contar com ele» no desempenho do seu cargo e integrado na equipa, até porque — diz — «com isso não fica prejudicada a funcionalidade estrutural da presente equipa.»

«O Diário», na sua edição de hoje, traz os pontos de vista do P. S. e do P. C. P. sobre a questão pendente e a posição reafirmada de Salgado Zenha. «O nosso partido está solidário com a decisão do dr. Salgado Zenha» — diz o P. S.. Quanto ao P. C. P. — «se algum pacto existiu, como se afirma neste comunicado, foi seguramente entre o P. S. e o P. P. D.. Nós comunistas, não participámos nesse pacto.»



O vice-chefe do E. M. G. F. A. passando esta manhã revista à guarda de honra na Academia Militar, que celebra 139 anos de existência

ACADEMIA MILITAR SENSÍVEL À MUDANÇA

«A orientação do ensino e a vida dentro da Academia vão ser grandemente influenciadas pelas profundas mudanças que se têm operado na vida nacional» — disse o brigadeiro Pedro Cardoso, comandante da Academia Militar, no decurso das cerimónias ali realizadas para assinalar a passagem do 139.º aniversário deste estabelecimento.

No uso da palavra, o comandante mencionou as mudanças a que se referia: o fim da guerra colonial, a descolonização e o processo de democratização da sociedade. Falando da Academia, e apontando para o futuro Pedro Cardoso lembrou as tradições democráticas desta escola: perderam-se, vão ser recuperadas doravante.

Pôs ainda o acento nas responsabilidades que têm de assumir os militares, e designadamente os oficiais que saíram da AM, na actual conjuntura político-social portuguesa.



"JANEIRO QUENTÍSSIMO" EM MADRID

Dois dos 23 sindicalistas do sector metalúrgico presos no sábado em Madrid foram libertados ontem, segundo a agência France-Presse. Consta ainda que outros serão multados por actividades ilegais e postos em liberdade brevemente. Mas alguns — cujo número não foi revelado — serão julgados. Entretanto, sob a pressão das reivindicações dos trabalhadores, Madrid vive na perspectiva de um «Janeiro quentíssimo».

(Ler na página 13).

Nacional

Melo Antunes inicia contactos em Budapeste

O ministro Melo Antunes inicia hoje em Budapeste as conversações luso-húngaras para cooperação nos domínios económico, técnico científico e cultural.

De manhã Melo Antunes colocou uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido húngaro (da Segunda Guerra Mundial), prestando homenagem aos soldados da Hungria mortos em combate. Seguiu-se uma audiência com o presidente do «Presidium», Pál Losónczy, finda a qual o ministro dos Negócios Estrangeiros português visita uma fábrica de automóveis e de carroceiras.

Da parte da tarde prosseguem as negociações no hotel onde está instalada a delegação portuguesa. Prevê-se que o acordo com a Hungria seja assinado ainda durante o período de permanência da delegação em Budapeste.

Melo Antunes, que chegou ontem à capital húngara, era aguardado pelo seu colega dos Negócios Estrangeiros, Frigyes Pujá, membros da comissão húngara para as conversações e embaixador de Portugal na República Popular da Hungria, dr. Lopes Vieira.

A delegação portuguesa permanecerá em Budapeste até ao dia 15, seguindo depois para a capital checoslovaca para uma visita de dois dias estando previstas conversações idênticas com o Governo de Praga. No regresso efectuará em Viena uma reunião com os embaixadores de Portugal acreditados nos países do Leste, na qual participará o director-geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dr. João Pequeto, que se desloca expressamente à capital austríaca.

Missão da C.E.E. em Lisboa

Doze dias para decidir

Pouco depois da sua chegada a Lisboa, a delegação do Banco Europeu de Investimentos que se deslocou a Lisboa chefiada pelo alemão Dieter Hartwich, começou a trabalhar no Palácio das Necessidades juntamente com o embaixador Vasco Vieira de Almeida, que chefia a delegação portuguesa. Durante doze dias a missão da C. E. E. examinará os vários projectos «escolhidos de acordo com os critérios de prioridade apresentados pelo Governo português» para financiamento por aquele Banco.

Segundo informações prestadas aos jornalistas pelo embaixador Vasco Vieira de Almeida foi criado um esquema de trabalho em que, numa primeira fase, a missão visitará em conjunto vários departamentos governamentais «para conhecer as linhas gerais de orientação» seguindo-se reuniões com os vários departamentos do Governo. Na segunda fase, que decorrerá na próxima semana, a missão dividirá-se em três grupos que estudarão os aspectos técnicos, financeiros e económicos dos projectos apresentados.

Moradores dos Anjos

Com a colaboração do economista Eugénio Rosa, a Comissão de Moradores da Freguesia dos Anjos promove amanhã, às 21 horas, na Cozinha Económica, uma sessão de esclarecimento subordinado ao tema «Aumento do Custo de Vida». Para esta sessão, a Comissão convoca toda a população dos Anjos.



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Vai discutir-se o poder local

No próprio dia em que era apresentado o relatório da organização do poder local, os deputados homenagearam, com um minuto de silêncio e através de declarações de representantes de vários partidos, a qualidade humana, e política de um dos mais abnegados defensores e activistas das organizações populares de base: o deputado comunista Herculano de Carvalho.

Comovidos até às lágrimas os seus camaradas ouviram Henrique de Barros, Barbosa de Melo (PPD), António Macedo (PS), Dinis Jacinto (MDP), José Courinha (PS), Olívio França (PPD) e Casimiro Cobra (independente) prestar-lhe independentemente das respectivas convicções a homenagem merecida. Agradecendo em nome dos deputados do PCP, Carlos Brito, recordou que Herculano de Carvalho foi um «cooperativista activo e activista destacado do movimento sindical, destemido defensor dos interesses dos trabalhadores; lutador abnegado do movimento democrático unitário nas duras condições do fascismo duas vezes preso e maltratado pela ex-PL-DE/DGS cujos esbirros enfrentou corajosamente». Recordou ainda a sua participação na discussão e elaboração do articulado sobre o poder local e, sobretudo, a dedicação e entusiasmo com que defendeu, dentro e fora da Assembleia, as comissões de moradores e outras organizações populares de base.

DEBATE

A discussão, que hoje se iniciou, sobre o poder local antevê-se, entretanto, susceptível de algumas surpresas. Embora comungando no geral do entusiasmo do CDS e do PPD pelo articulado proposto, o responsável do PS na comissão, Aquilino Ribeiro, mostrou-se receptivo «a quaisquer propostas tendentes a eventuais melhorias do texto que, durante a discussão entendam oportuno trazer à consideração da Assembleia».

O PCP, o MDP e a UDP, por sua vez, concordaram, no essencial, ao manifestarem fortes reservas ao texto proposto. Embora na sua intervenção, o deputado da UDP aparente desconhecer (intencionalmente?) o documento, o certo é que não deixou de sublinhar que «as Assembleias Populares e os Conselhos de Aldeia devem ser os órgãos de efectiva unidade do povo», e que é nelas que «devem ser eleitos os órgãos executivos que ficarão directamente responsáveis perante todo o povo e podem ser revogados sempre que se afastem da defesa dos seus interesses». Indo mais longe, Afonso Dias considerou que as matérias e disposições que sobre a matéria vierem a ser aprovadas «não visam mais do que estrangular e impedir a iniciativa e intervenção popular».

Alvaro Monteiro (MDP) manifestou reservas à atribuição de «relevo e funções políticas, económicas e sociais às regiões elevadas à categoria de autarquias considerando que exorbitam na fase actual do processo revolucionário em muito do que seria aceitável e desejável. Relativamente às organizações populares de base o deputado do MDP notou que «não se lhes mantém a ampla margem de iniciativa que alcançaram no processo revolucionário, indispensável para fazer avançar este processo e para o defender combatendo a contra-revolução», nem se lhes atribui a suficiente e necessária intervenção no aparelho de Estado, «condição fundamental para que este seja posto cada vez mais ao serviço do povo e não como estrutura afastada e isolada».

Embora considerando que o articulado proposto seja uma «base suficientemente positiva de discussão», Vital Moreira apresentou, em nome do PCP, «reservas mais ou menos profundas relativamente ao regime das regiões e o da participação das organizações populares na administração local e regional. Relativamente a este último ponto Vital Moreira considerou que o articulado é «particularmente insuficiente. Em primeiro lugar no que se refere explicitamente apenas às comissões de moradores — esquecendo outras formas de organização popular. Em segundo lugar regula as comissões de moradores em termos demasiado restritivos admitindo ainda que a lei venha a tornar esse regime verdadeiramente asfixiante. Em terceiro lugar, demarcou até limites incompreensivelmente exíguos a intervenção das organizações populares na vida administrativa local».

A expectativa irá, crê-se, residir no acolhimento da bancada P. S. às propostas que vierem a surgir, nomeadamente do MDP e do PCP, de alteração ao articulado proposto.

E. A.

Socialistas franceses dizem “não” a Spínola

PARIS, 13 — (R.) — Dois dirigentes socialistas franceses insurgiram-se contra a chegada do ex-Presidente da República portuguesa António de Spínola a França, depois de ter sido convidado a deixar a Espanha pelas autoridades espanholas.

Georges Sarre e Christian Pierre declaram num protesto publicado pelo vespertino independente «Le Monde»: «No momento em que a Espanha franquista expulsa o general de extrema-direita Spínola, o Governo Giscard autoriza a sua permanência em França sob o pretexto de que o nosso país tem sido sempre uma terra de asilo político.»

Os signatários da nota, membros da Comissão Directiva do Partido, acrescentam: «Para a esquerda e para o Partido Socialista, trata-se de um apoio directo do Governo Giscard à contra-revolução portuguesa que ressurgiu em Lisboa.»

Spínola chegou a Paris no sábado, mas não fez declarações à Imprensa.

Reconversão do crime

Ladrões roubam carne fresca

Uma série de assaltos verificados ultimamente, faz supor que os marginais se decidem pela reconversão do crime. Em vez de dinheiro, eles preferem géneros alimentícios. O último exemplo vem do Porto: no assalto a um talho, os ladrões demonstraram absoluto desprezo pelo dinheiro que se encontrava na «caixa», trazendo consigo apenas carne fresca.

O talho assaltado é propriedade de Polónio Mongeiro Alminhas e está situado na Rua Costa Cabral, 2699. Os assaltantes introduziram-se no estabelecimento servindo-se de chave falsa, e abasteceram-se de várias peças de carne e al-

guns presuntos. O total das «compras» ronda os 50 contos.

Sempre na procura de viveres, outros marginais assaltaram uma casa da Quinta do Salgueiro, subúrbios de Freixo de Espada à Cinta levando dali 30 sacas de batatas e 10 de azeitonas.

Também neste caso funcionou a chave falsa. A vítima foi Júlio Augusto Mesquita, rendeiro da propriedade.

Ainda na linha dos «géneros alimentícios» foi perpetrado um assalto à cantina do liceu de Paredes. Daqui, os ladrões levaram 12 quilos de caramelos.

Habitação

Arranque de quatro milhões

Encontra-se já em fase de execução imediata o projecto de construção de cerca de quatro mil e quinhentos fogos e escritórios em terrenos da banca nacionalizada, localizados em Lisboa, Porto, Moita, Barreiro, Caxias, Vila Nova de Gaia, no valor de mais de quatro milhões de contos.

Esta primeira selecção foi feita pelo grupo de trabalho nomeado em meados do ano passado por despacho das Secretarias de Estado dos Investimentos Públicos e do Tesouro e por proposta do Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros do Banco Português do Atlântico.

PUB

COMPANHIA UNIÃO FABRIL, S.A.R.L.

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA - 3

OBRIGAÇÕES CUF, 6%

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o cupão n.º 16 referente à emissão de Fevereiro de 1968 (Série I) e o cupão n.º 15 referente à emissão de Setembro de 1968 (Série II). O valor líquido destes cupões é de 26\$48,4, conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30\$00
Imposto	3\$51,6
Juro líquido	26\$48,4

O pagamento de juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO DO ALGARVE
BANCO DO ALENTEJO
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO
E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FERNANDES MAGALHÃES
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
CREDIT FRANCO-PORTUGAIS
PANCADAS; MORAES & C.
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL VISEENSE

Lisboa, 13 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

post scriptum

Os soldados não viram as armas contra o povo

Nas visitas que fazia aos aquatamentos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, o dr. Agostinho Neto não se esquecia nunca de recomendar: Um soldado das FAPLA nunca vira a sua arma contra o Povo; ele deve utilizá-la, sim, contra os inimigos do Povo.

Ao ver a fotografia que o «DL» publicou há dias, em que aparece um elemento dos Comandos agredindo o Povo — esse Povo de que, afinal, faz parte — senti que a recomendação do dr. Agostinho Neto é de uma flagrante acuidade.

Com efeito se as sucessivas vitórias que o MPLA vem alcançando em Angola (e acabamos agora de ler nos jornais a tomada de Carmona e do Negage o que representa uma extraordinária vitória para as forças populares) se devem, em parte, ao apoio que aquele Movimento recebe dos países socialistas, essas vitórias devem-se, principalmente, ao apoio que lhe vem do Povo.

Uma diferença abismal separa o tratamento que as massas populares dispensam aos soldados da FNLA e aos do MPLA. Enquanto homens, mulheres e crianças se escondem nas matas à passagem dos homens de Holden Roberto, com os soldados das FAPLA tudo é diferente: as pessoas vêm vê-los passar, acenando, dando vivas, dando-lhes de beber, dividindo um pouco da pouca comida que têm. Junto dos acampamentos, mulheres do Povo lavam a roupa dos soldados da FAPLA.

E tudo porquê? Porque os elementos das FAPLA são homens do Povo, que lutam pela libertação do Povo e que em nenhuma circunstância viram as suas armas contra o Povo. A impressão que temos é que se amanhã o Presidente Agostinho Neto, num viragem imprevista, começasse a revelar-se contra o Povo, eles, os soldados das FAPLA, apontariam as suas armas contra o Presidente da República Popular de Angola, mas nunca as virariam contra o povo angolano. E é desta unidade soldado-povo que vem a principal força do MPLA, força essa que há-de levar este Movimento à vitória. Armas todos as têm, de todos os tamanhos e feitios. O que falta aos outros é o apoio da população. E quem quer que empreenda uma guerra daquele género, se não tiver o apoio das massas populares, está de antemão condenado ao fracasso.

LUÍS ROCHA — Évora

Resolve-se o problema dos retornados ou dos hotéis?

Diz-se que os retornados estão instalados em hotéis de luxo. Mas vamos-nos voltar contra os retornados, ou vamos pedir contas a um governo que soluciona (?) desta forma os problemas? Tal solução resolve o problema dos retornados ou o problema dos hotéis? Este último problema — o dos hotéis — é dos retornados, do povo ou da burguesia?

Diz-se que os retornados não querem trabalhar, que são impertinentes e abusadores. Na generalidade, isto nem é verdade. Mas quanto a trabalho, existe alguma possibilidade de os colocar? Há sequer uma estrutura social capaz de os integrar? Que é que o governo faz, neste aspecto, a favor dos retornados, ou até dos 300 mil desempregados que já tinha?

Isto parece «a defesa dos retornados». Só que não é claro que se formos a individualizar encontramos imensos defeitos em imensos retornados. E depois? Quantos funcionários públicos portugueses ocupam lugares que não merecem? Em suma: pretendo dizer que o problema dos retornados é mais um problema de «portugueses».

A. Jorge Santos — Lisboa

O «mercado negro» das casas de aluguer

Um dos problemas extremamente graves, que atingem milhares de pessoas, numa sociedade que se diz decidida a acabar com a exploração do homem pelo homem, aparece a enevoar a justiça social e a desmentir todos os esforços a neste sentido. Trata-se do problema das sublocações que continuam a grassar obrigando muitos cidadãos a não acreditar no 25 de Abril de 1974. Os sublocadores continuam como antes do 25 de Abril, a ser assistidos e defendidos pela lei que não é clara na proibição das sublocações ou, pelo menos, na fixação de uma renda limite, usufruindo deste modo de um poder especulativo em detrimento de milhares de pessoas que necessitam de casas para habitar.

Um dos casos mais flagrantes e contrários ao espírito do 25 de Abril é o de uma senhora doméstica, que se dá ao luxo neste momento de crise habitacional, de dispor de uma série de casas que aluga aos senhorios para depois as subalugar a rendas elevadíssimas, muitas delas sem condições habitacionais que justifiquem as chorudas rendas que cobra mensalmente. Nenhum sublocatário dela pode pedir o reajustamento da renda nem melhoria de condições, sob pena de receber uma ordem judicial de despejo ou ficar com o telefone desligado. Isto só demonstra que a senhora continua a monopolizar a lei, os advogados e as casas, tal como antes do 25 de Abril. Afirma que é livre de cobrar o que muito bem entender, embora ela pague uma ninharia aos senhorios. Se ela tem uma casa para habitar, porque razão a inquina a explorar, não passando os sublocatários a inquilinos? Deplorar deste ordem de ideias, poderemos dizer que se caminha para uma justiça social? Os telefones que ela manda desligar quando entra em conflito com os sublocatários não constituem um prejuízo para a reconstrução nacional?

Alberto Januário — Lisboa

COLÓNIAS NO ESPAÇO

O sonho não é reservado aos poetas. Os cientistas também têm o direito de sonhar. Aos seus sonhos não falta poesia. Prova-o este sério projecto de estação espacial permanente, que abrigaria 10.000 habitantes, da autoria do professor Gerard O'Neill, da Universidade de Princetown.

Claro que a NASA não dá grande apoio financeiro a propostas destas, e a colonização do Espaço não é amanhã que vai efectuar-se. Mas às vezes é agradável explorar o mundo imaginário mas não absurdo, inventado por sábios visionários.

A colonização espacial (é este o nome finalmente adoptado pelo projecto do professor O'Neill) não designa o estabelecimento de uma base ou de uma estação no Espaço, mas o de um verdadeiro miniplaneta autónomo, à imagem da Terra, com a sua fauna e a sua flora, os seus rios e as suas cidades. A colónia beneficiaria efectivamente de gravidade e atmosfera terrestres; o equilíbrio biológico e as condições de vida terrestres seriam ali não somente respeitadas mas melhoradas, visto o sistema ecológico repousar numa ausência de poluição devida à total separação dos centros industriais e dos lugares de habitação e de cultura. Os investigadores representam assim um meio ambiente paradisíaco, de montanhas, planícies, rios e florestas banhadas pelo sol.

A primeira condição para o estabelecimento de uma colónia é a necessidade de recrear o potencial gravitacional da Terra, a fim de permitir uma vida normal. Ora, as experiências na Lua demonstraram que era praticamente impossível recrear essa gravidade terrestre num meio lunar. Como não podia estabelecer-se a colónia na Lua, foi preciso encontrar um local no Espaço onde ela fosse estável e não derivasse para outro planeta.

Há cinco pontos onde as gravidades terrestre e lunar se anulam. Descobertos em 1972 pelo astrónomo Jean-Louis Lagrange, são chamados pontos Lagrange. Dois deles, os pontos L4 e L5, seriam particularmente favoráveis ao estabelecimento de uma colónia que oferecesse um equilíbrio estável.

Isto é, colocada num desses pontos, uma colónia que se afastasse levemente da sua posição, tenderia a regressar espontaneamente a essa mesma posição. Esses pontos descrevem a mesma órbita da Lua à volta da Terra, e são equidistantes, uns 400.000 quilómetros, dos dois planetas. Uma colónia colocada num desses pontos tornaria-se uma parte integrante do sistema Terra-Lua. Esta colocação ofereceria, para mais, a vantagem de poder acolher vários milhares de colónias.

UMA GIGANTESCA RODA DE BICICLETA

Mas esses pontos estão situados a uns 400.000 quilómetros da Terra e seria extremamente custoso transportar as toneladas de materiais necessários da Terra, para L4 ou L5. O processo de construção repousaria, pois, em dois princípios: importar um mínimo de matérias-primas da Terra e utilizar ao máximo as matérias-primas da Lua. O solo lunar é, com efeito, extremamente rico em metais, silicas e oxigénio. O transporte de des-

ses materiais beneficiaria, pois, com as vantagens do meio ambiente lunar: um vazio excelente e uma fraca perda de velocidade, o que permitiria reconstruir um meio de transporte rápido e económico.

Deveria ser previamente construída na Lua uma base de cento e cinquenta pessoas, de modo a poder expedir 1 milhão de toneladas de materiais por ano, para L4 ou L5. Esses materiais seriam catapultados da Lua para um ponto L2, situado a uns 86.000 quilómetros por detrás da Lua, ponto esse de onde seriam enviados para o ponto L4 ou L5, a 400.000 quilómetros de distância, graças a um engenho eléctrico de propulsão, utilizando a energia solar, muito mais barata do que um engenho de sistema carburante-comburente.

Em L5, os materiais seriam refinados, a fim de lhes extrair

xariam penetrar a luz solar.

Os raios solares seriam, com efeito, captados por um grande aparelho circular, sempre orientado para o Sol. Este espelho principal reflectiria os raios solares sobre um anel de espelhos orientáveis situados à volta do módulo da roda. Segundo a orientação dada a estes espelhos poder-se-ia recrear a noite e fazer variar as estações no interior da colónia. O espelho principal reflectiria igualmente o sol nas células destinadas a fornecer a energia solar necessária à colónia.

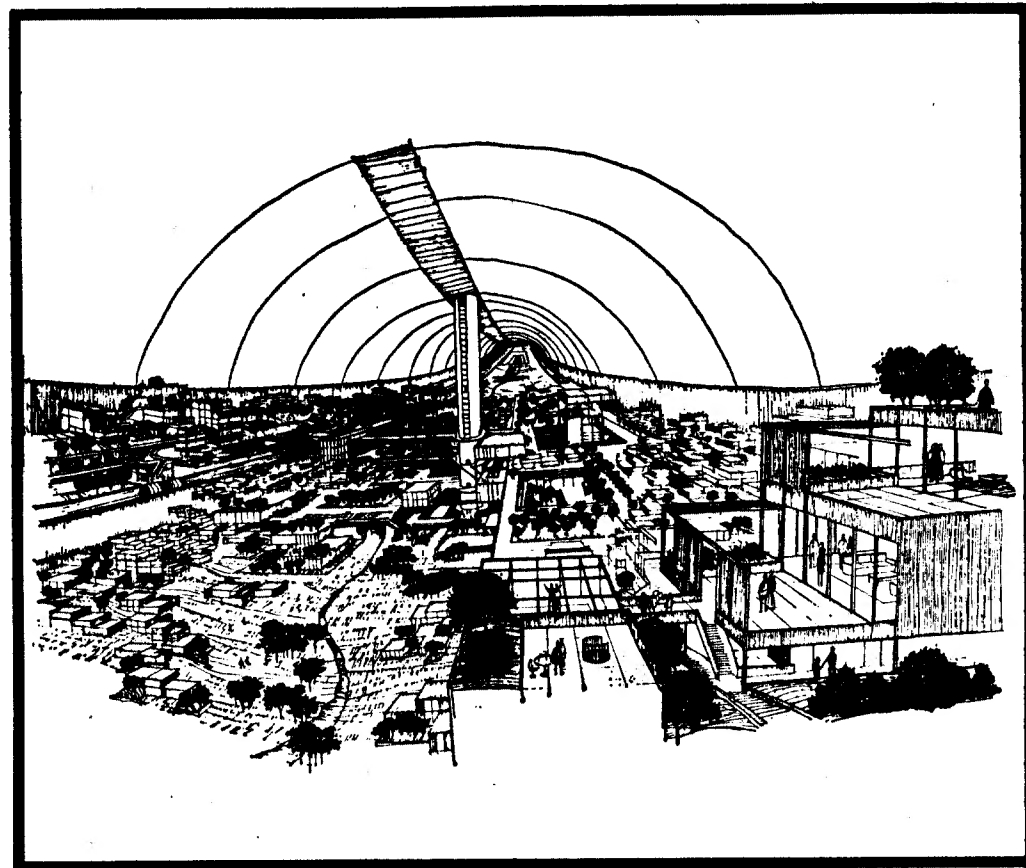
OS NÁUFRAGOS DA TERRA

O espaço interior da colónia seria dividido em zonas de habitat e de cultura. As três zonas de habitat seriam separadas por três zonas de agricul-

BÉATRICE DUPONT

e aos gados; a quinta compreenderia áreas para seca e arrumação de cereais, enquanto que a sexta seria consagrada ao tratamento da carne. O último nível abrigaria as estações de bombagem e o tratamento dos resíduos. O sistema biológico respousaria, com efeito, na reciclagem dos resíduos vegetais, animais e humanos.

As zonas industriais seriam finalmente separadas das zonas de habitat e de cultura e localizadas em espaços onde o potencial gravitacional e a atmosfera seriam adaptáveis segundo as necessidades específicas de cada indústria. Uma indústria que necessitasse do transporte de cargas pesadas, poderia, por exemplo, estar situada num espaço de relativa ausência de gravidade, reduzindo assim o esforço humano. A colónia poderia viver, des-



o alumínio, o titânio e a sílica necessários, como materiais de construção, assim como o oxigénio.

O carbono, o hidrogénio e o azoto seriam as únicas matérias-primas importadas da Terra por engenhos da Space Shuttle.

O próprio modelo da Colónia, que na origem se apresentava como um par de cilindros, teve recentemente modificações importantes. O modelo actualmente proposto, mas não necessariamente definitivo, teria a forma de uma roda ou de um toro, de uns 2 quilómetros de diâmetro e cuja massa total seria de umas 500.000 toneladas.

O toro seria, de certo modo, uma gigantesca roda de bicicleta girando à volta do seu eixo à revolução de uma revolução por minuto. A força centrífuga recrearia assim um potencial gravitacional semelhante ao da Terra.

O pneu da roda seria formado por uma massa de 10 milhões de toneladas de rochas lunares destinadas a servir de «écran» aos raios cósmicos. Esse pneu, que não giraria com a roda, em consequência do seu peso, envolveria um tubo de alumínio, espécie de câmara de ar que abrigava os 10.000 habitantes. A junta da roda seria composta de painéis de plástico transparente que dei-

tura, o que permitiria criar três comunidades de vida independentes no interior de cada toro.

As zonas de habitat foram concebidas com o maior cuidado, de tal modo que a cidade fosse integrada no campo e o homem não tivesse uma sensação de claustrofobia. Uma perspectiva de um quilómetro daria uma sensação de espaço enquanto que a arquitectura tridimensional ofereceria a cada família, apesar da forte densidade populacional, uma real independência. Este aspecto da vida nas colónias é, com efeito, essencial para compensar aos eventuais problemas psicológicos de adaptação a um meio criado artificialmente e que, embora similar ao meio terrestre, nem por isso seria uma sua reprodução exacta. O «colono» teria, por exemplo, que se habituar a um horizonte mais limitado e, concavo.

As zonas agrícolas forneceriam os alimentos necessários aos dois mil habitantes, à razão de 3000 calorias por dia e por pessoa, graças ao emprego das técnicas mais avançadas e das vantagens oferecidas pelo controlo do calor e da luz, por meio de espelhos orientáveis. As zonas agrícolas seriam construídas a sete níveis: quatro primeiras seriam consagradas à cultura

de o início, dos seus próprios recursos. A sua primeira tarefa consistiria pois em construir outras colónias e uma estação de energia solar S.S.P.S.). Satélite Solar Power Station). A colónia construiria geradores que seriam levados em órbita geossíncrona, para um ponto fixo acima da Terra. A tecnologia actual já permite transmitir energia eléctrica a partir de determinadas estações para uma antena no solo, graças a um raio de microndas suficientemente difusas para respeitar os constrangimentos do meio ambiente. O custo do transporte dessas estações a partir da Lua seria em todo o caso 1/10 daquilo que custaria igual transporte a partir da Terra.

Para o professor O'Neill, as colónias espaciais poderiam fornecer uma alternativa aos naufragos da Terra: autênticas arcas de Noé acolheriam, por exemplo, os habitantes do nosso planeta, se houvesse uma guerra nuclear. Não se trata de uma utopia, acha o professor O'Neill. Não se trata aqui da forma de organização que reinaria nas colónias, mas simplesmente dos meios de construir outra sociedade. A vida em colónia pode ser o paraíso ou o inferno. Tudo depende dos homens que lá viverem.

© — Le Monde

Nacional

Dizem os franceses (e nós esquecemos)

Da beterraba até se faz açúcar

Portugal é um dos poucos países da Europa — talvez o único — que, na prática, vive totalmente na dependência do chamado «mercado livre» do açúcar. «Legislação especial» permitiu ao nosso País abastecer o mercado a preços fictícios, enquanto ao abrigo das leis os grandes exploradores das colónias enchiam os cofres. Enquanto isso acontecia, países sem tradições de produção açucareira estudavam e desenvolviam o cultivo e industrialização da beterraba. Tenha-se em vista o caso mais flagrante da Espanha, que a breve trecho desencana todo um processo de cultivo e transformação cujos resultados pesam já muito favoravelmente no deve e haver orçamental.

No nosso País há projectos e mais projectos. Parece ter chegado, definitivamente, a altura de os pôr em prática.

Se arrancarmos já, daqui a três anos poderemos comprar nas supermercados e mercearias açúcar «made in Portugal». Não no todo, numa primeira fase, mas em boa parte, teríamos sacudido a canga do tal «mercado livre». Foi o que nos afirmaram técnicos abalisados.

Dizem os franceses que a beterraba até dá açúcar. Querem dizer na deles que sobretudo da beterraba se faz açúcar. Daí que a França, tal como a generalidade dos países europeus, tenha dedica-

do nos últimos anos uma maior atenção ao cultivo e industrialização da beterraba açucareira. O estertor do colonialismo a tal tem obrigado. No caso particular de Portugal, verificou-se que a partir de 1974 se deixou de contar com o açúcar moçambicano, fornecido ao abrigo de «legislação especial» entretanto revogada. Moçambique independente vende a sua produção da maneira que entende, e Portugal libertado também do reboque dos grandes interesses colonialistas, viu-se colocado ante a triste situação de ser um dos poucos países sem produção própria. Os grandes exploradores das colónias nunca estiveram interessados no desenvolvimento de experiências da cultura da beterraba açucareira que datam de 1971. A tal «legislação especial» encheia-lhes os cofres e abastecia o mercado a preços fictícios.

A situação criada obrigou a uma revisão das experiências feitas, no sentido de as impulsionar e de as transformar em efectivo e rentável empreendimento. Portugal não pode estar sujeito permanentemente às flutuações de um mercado ingrato. Basta dizer que 75 por cento da produção açucareira mundial são consumidos pelos países produtores, exercendo-se o comércio internacional sobre um excedente ele próprio sujeito, em parte, a ar-

ranjos especiais, comosejam as exportações de Cuba e da URSS para outros países socialistas e as exportações para a CEE feitas de acordo com a Convenção de Lomé, negociadas no ano passado. Restam, para as necessidades dos países de produção praticamente nula, como é o caso de Portugal, uns 15 milhões de toneladas, volume médio que alimenta o chamado «mercado livre», um mercado que flutua à mercê de todo o género de variações: é suficiente, por exemplo, adivinhar-se um mau ano agrícola para a cana em Cuba ou no Brasil, ou temer-se um menor consumo nos Estados Unidos, para que o fiel da balança se agite e penda para um ou outro lado, o caro ou o barato. Assim é que (e de forma cada vez mais despótica) a tirania do «mercado livre» do açúcar pesa sobre o nosso País, onde o consumo ultrapassa as 250 mil toneladas por ano. Se acrescentarmos aqui um dado concreto que nos forneceu um técnico do sector, segundo o qual uma produção própria de 50 mil toneladas de açúcar significa, em termos de poupança de divisas, um milhão e 200 mil contos, teremos razão justificativa para um arranque decisivo (finalmente) de toda uma política concertada de cultivo e industrialização da beterraba açucareira.

Os estudos já feitos permitem encarar com algum optimismo, se houver uma boa coordenação, a passagem da fase dos projectos à da sua concretização em definitivo. Isto é o que nos afirmaram técnicos ligados a sectores diversificados — do agrícola ao industrial — próximos da comissão encarregada de um trabalho de perspectivação que se vai arrastando por tempo demasia-

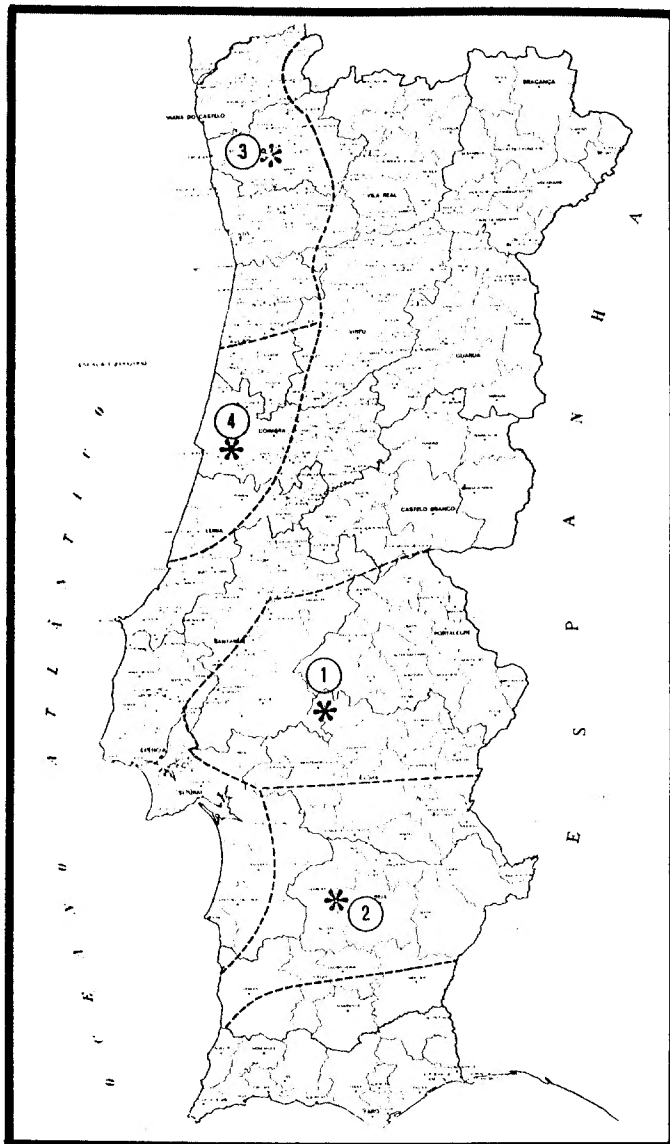
OS CAMPOS E AS FÁBRICAS

Um hectare de beterraba, com técnicas modernas de cultivo, significa, em termos de produção, a colheita de 40 toneladas de raízes e 30 de folhas e coroas utilizáveis para alimentação de gado, quer em pastagem, quer em ensilagem.

Uma tonelada de raízes dá, em média, 130 quilos de açúcar, 40 quilos de melaço (para rações de gado e fabrico de álcool) e 500 quilos de polpa escorrida (utilizável também para rações). Os estudos feitos no nosso País permitem demarcar como áreas mais aconselháveis para o cultivo as lezírias do Tejo e do Sorraia, zonas extensas do Alto Alentejo, do distrito de Beja e do litoral centro e norte. Entretanto, o grupo de trabalho nomeado pelo ministro da Agricultura e Pescas em Abril de 1975, atendendo a que «um dos aspectos que se afigura merecer estudo atento para justificar uma opção é o que se refere ao tipo de relações entre os produtores da matéria-prima e a indústria transformadora», adiantou e propôs, entre outras, as seguintes conclusões e recomendações:

— as condições ecológicas do País permitem, de um modo geral a cultura da beterraba;

— consoante se trate de regadio ou regadio e sequeiro, recomenda-se as seguintes regiões, por ordem de prioridades: **Ribatejo-Alto-Alentejo**, com provável localização da



Assinaladas no mapa de Portugal, eis as regiões beterrabeiras e suas prioridades

unidade fabril no concelho de Mora; **Baixo Alentejo**, como provável localização da unidade fabril no concelho de Ferreira do Alentejo; **Entre Minho e Vouga**, com fábrica nas proximidades de Braga; **Entre Vouga e Liz**, com fábrica no concelho de Montemor-o-Velho (sugere-se a atenção dada à localização das unidades fabris: uma indústria açucareira com capacidade rendível implica a instalação das fábricas nas áreas de cultivo, pois o transporte da matéria-prima seria incomportavelmente oneroso e poderia comprometer a própria laboração industrial; foi prevista uma distância máxima de cem quilómetros entre o local de produção e o centro fabril);

— o grupo de trabalho considera excepcional a importância do cultivo da beterraba na modernização e desenvolvimento da agricultura e da pecuária regionais, e verifica ainda «existirem conhecimentos técnicos suficientes para se dar início à cultura, de modo que dentro de três ou quatro anos se poderão abastecer as primeiras unidades fabris»;

— finalmente o grupo de trabalho, manifestando opinião coincidente com a dos especialistas com quem contactámos defende a criação de um organismo autónomo «que tome a seu cargo o estabelecimento das infra-estruturas necessárias»; tal organismo «fomentaria a cultura durante o período de construção das fábricas, de modo a que estas, logo que montadas, pudessem dispor de um mínimo de matéria-prima para início da laboração, garantindo entretanto o aproveitamento das raízes produzidas».

Se pensarmos que neste momento, de perto ou de longe,

são vários os ministérios e secretarias ligados a/ou interessados no processo, fácil será concluir que, em termos de eficácia, a criação de um Gabinete de Açúcar seria a resposta mais adequada à urgência. Houve quem, a este propósito, nos lembrasse o Gabinete de Sines. Uma estruturação idêntica seria, segundo o nosso interlocutor, a mais aconselhável para, no prazo mais curto, pôr em prática projectos e mais projectos que, de ministério em ministério, de secretária em secretária, vão dormitando. Soubemos, por outro lado, que desde já estaria garantido o aproveitamento das raízes produzidas durante o período de construção e equipamento das unidades fabris açucareiras. Ao que averiguámos, a Administração-Geral do Alcool estaria preparada para de imediato, proceder à extracção de álcool do melaço da beterraba, para tal bastando que a produção garantisse a laboração dos equipamentos existentes para o efeito. Os ajustamentos oficiais não constituiriam dificuldade de maior.

CHAVE NA MÃO OU «KNOW HOW»?

Pudemos concluir que a dificuldade maior para o arranque do cultivo e industrialização da beterraba açucareira em Portugal assenta na instalação e desenvolvimento das necessárias unidades fabris.

Aberto concurso público há mais de um ano, sete empresas, na maioria de capitais internacionais e algumas ligadas à alta finança portuguesa de antes do 25 de Abril, apresentaram as suas propostas. Como é hábito nas relações capitalistas, tratava-se de propostas estilo «chave na mão», sem ga-

rantias concretas para o potencial industrial de Portugal, quer no aproveitamento das nossas capacidades técnicas, quer na criação de postos de trabalho num país com taxas cada vez maiores de desemprego. As propostas foram objecto de longo estudo. Tão longo que chegou a reacear-se haver intromissão de forças interessadas numa recuperação capitalista da revolução portuguesa. Acabaram, finalmente por não ter acolhimento positivo, não acolhimento esse avaliado recentemente em Conselho de Ministros. Renasceram por essa altura os projectos de cooperação com um país socialista — a Polónia, terceiro produtor europeu de açúcar, logo a seguir à França e à União Soviética.

Ao que averiguámos, a Polónia, dentro de um esquema de relações comerciais possíveis apenas com países de economia socialista, estaria disposta a fornecer o «know how», a enviar para Portugal os técnicos necessários para a construção dos equipamentos, muito complexos, reclamados pela indústria transformadora, numa contrapartida de troca de produtos cujo alcance aumentou com os recentes contactos entre o Governo português e os países do Leste Europeu.

Este esquema de cooperação, ao mesmo tempo que permitiria, numa visão imediata, a incorporação no empreendimento de 60 por cento de capital nacional, possibilitaria a criação, por longo tempo útil, de postos de trabalho, quer na indústria metalomecânica, quer na construção civil, sectores ambos em crise. Ao mesmo tempo o empreendimento concebido nestes termos, seria um desafio à capacidade técnica das nossas fábricas e significaria a necessidade de um apuramento profissional altamente proveitoso. Soubemos que o Sindicato dos Metalúrgicos está já dentro desta problemática, sendo confirmativos os indícios da capacidade de resposta por parte da indústria portuguesa, e desejáveis os contactos que inevitavelmente se estabeleceriam entre operários e camponeses. Não se esqueça que as regiões prioritariamente demarcadas para o arranque do cultivo maciço da beterraba açucareira correspondem, em termos genéricos às regiões onde a reforma agrária tem avançado mais resolutamente. O empreendimento, se desenvolvido em termos de investimento público conforme se antevê pelas últimas deliberações do Conselho de Ministros sobre a matéria, garantiria ainda o pleno emprego em firmas nacionalizadas de planeamento, vítimas, por tabela, da paragem que já se verifica ou ameaça sectores como, precisamente, a metalomecânica e a construção civil.

Encarregado de estudar na Polónia a problemática da beterraba açucareira, o prof. Pedro Amaro afirmou no seu relatório, datado de Junho do ano passado e que vem a propósito citar, o seguinte: «As estreitas relações entre a produção da beterraba açucareira e a obtenção do açúcar nas fábricas levam a admitir, no actual contexto da via socialista que Portugal está trilhando, que as fábricas sejam do Estado e que a aquisição e a distribuição da semente da beterraba sejam também monopólio do Estado».

A. T.



Maquinaria agrícola: a melhor comercialização passa por um grupo de trabalho agora formado.

Vai ser reestruturada a comercialização da maquinaria agrícola

Um despacho conjunto dos Ministérios das Finanças, da Indústria e Tecnologia, da Agricultura e Pescas e do Comércio Interno, determina a criação de um grupo de trabalho incumbido de estudar a problemática do sector comercial de maquinaria agrícola, para a definição e reorganização das respectivas estruturas e circuitos de comercialização. O grupo de trabalho é constituído por dois representantes do Ministério do Comércio Interno; dois representantes do Ministério da Agricultura e Pescas; um do Ministério da Indústria e Tecnologia; um do Ministério das Finanças; dois dos comerciantes de maquinaria agrícola, a indicar pe-

la Associação do Comércio Automóvel de Portugal e um representante dos fabricantes nacionais de maquinaria agrícola, a indicar pela Associação dos Industriais Fabricantes de Máquinas Agrícolas. Dada «a necessidade urgente de se proceder ao estudo da problemática deste sector», que, segundo o despacho, «se encontra em situação difícil», o grupo deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 dias, tendo em conta as conclusões dos estudos realizados no domínio da produção e utilização do equipamento agrícola pelo grupo de técnicos da Comissão Coordenadora de Projectos MDF/FCMO/FFI e da Estação de Cultura Mecânica.

Dizem trabalhadores suspensos

"Fascismo é o inimigo que nos dá forças"

Com o título «Informação em Defesa das Liberdades», o Secretariado dos Trabalhadores Suspendidos e Despedidos da Informação difundiu um texto em que aponta «vários aspectos da onda repressiva que, depois do 25 de Novembro, se abate cada dia com mais violência sobre o povo português».

O aumento do custo de vida sem qualquer consulta aos que mais dolorosamente o sofrem é uma das provas do «domínio, novamente planeado e posto em marcha, das classes mais favorecidas sobre as desfavorecidas, comínio que teve como detonador o pretenso golpe de 25 de Novembro, ao qual se seguiu uma série de atentados à liberdade dos portugueses e ao prosseguimento da nossa revolução socialista: a detenção de militares e civis progressistas; o boicote ao trabalho, despedimentos e suspensões, a supressão de liberdades fundamentais, como sejam as de expressão, reunião e associação.»

«Assim — prossegue o texto — as consequências do «golpe» de 25 de Novembro saldaram-se pela desarticulação da esquerda militar — essencial à defesa da Revolução — e pelo avanço das forças reacçãoárias, que recuperaram importantes posições em todos os sectores da vida nacional.»

O comunicado refere que um dos meios utilizados pelas forças reacçãoárias para fazer

vingar os seus interesses foi a suspensão ou despedimento dos 154 profissionais progressistas de vários órgãos de comunicação social, sob acusações vagamente formuladas. Calando as vozes daqueles que, se permanecessem nos seus postos de trabalho, continuariam a lutar pelos interesses do Povo, calou-se publicamente a voz desse povo e criaram-se condições para novas medidas repressivas como sejam: ignorar as organizações unitárias populares (comissões de moradores, por exemplo), organizações democráticas de trabalhadores e de controlo operário; atacar o movimento sindical; pôr em causa a Reforma Agrária; a suspensão da contratação colectiva; aumentos de preços de bens essenciais enquanto «os sempre beneficiados no regime anterior, se preparam para encher os bolsos com o pagamento das «indenizações devidas» pelas nacionalizações»: libertação de fascistas e auxílio à fuga de outros; regresso à violência repressiva em Caxias e Custóias.

«O fascismo avança», alertam os trabalhadores suspensos através do seu Secretariado, «mas o fascismo e também o inimigo que nos dá forças» e terminam: «Recusamos o silêncio que nos tentam impor. Em ligação com os profissionais revolucionários que ainda permanecem nos órgãos de co-

municação social, apesar das alegadas reestruturações que lhes cortam possibilidades, lutaremos pelo direito do Povo Português a uma Informação Livre. Numa acção comum que nos unirá a todos, não permitiremos o regresso ao fascismo, à opressão, à exploração. Lutaremos pelas liberdades e pela construção de um regime democrático e de justiça social».

DESPEDIDOS DA E.N. INTERPÕEM RECURSO CONTRA MINISTRO

Entretanto, segundo um telegrama da agência ANOP, quatro dos trabalhadores despedidos da ex-Emissora Nacional de Radiodifusão após os acontecimentos de vinte e cinco de Novembro, interpuseram recurso directo, junto do Supremo Tribunal Administrativo, para anulação do despacho do ministro da Comunicação Social que os demitiu do exercício de funções.

No recurso, os elementos despedidos, todos jornalistas, depois de afirmarem que possuíam todas as condições legais para exercerem a sua profissão naquele órgão de comunicação social, revelam que foram desligados do serviço sem conhecimento do que quer que fosse e sem a existência de qualquer formalidade.

No mesmo documento, afirmam que «o despacho recorrido enferma de vício de forma

pois no dizer do próprio despacho foi proferido só mediante inquérito sumário, sem existência de processo disciplinar, sem formulação de nota de culpa e possibilidade de defesa».

Os elementos em questão são Rui Mendonça, Álvaro Esteves, Guarrisco Munoz e João Paulo Guerra.

JORNALISTAS SUSPENSOS CONTRA «O DIA»

Os 154 trabalhadores despedidos ou suspensos da RTP, EN, RCP, «Diário de Notícias» e o «Século», acusam o jornal «O Dia», «onde trabalham 23 dos 24 jornalistas há meses afastados do «Diário de Notícias» pelos trabalhadores daquele jornal, de caluniarem e deturparem as notícias sobre a sua luta.»

Recordando que «na altura do caso dos 24» o próprio Sindicato dos Jornalistas «de que um deles é presidente da Direcção, fez pública autocritica sobre a solidariedade que a princípio lhes dera, reconhecimento, então, que havia entre eles reacçãoários e que a sua luta não fora correcta», aqueles trabalhadores suspensos ou demitidos acusam ainda que «O Dia», objectivamente, «atraia a luta dos trabalhadores e serve, afinal, a escalada fascizante em curso nos órgãos de Informação ditos estatizados».

Campanha em marcha

Um milhão de assinaturas para os detidos do 25 de Novembro

«Antes de sexta-feira, integrado numa comissão, avisar-me-me com o Presidente da República a fim de lhe solicitar um inquérito oficial às arbitrariedades de que foram vítimas os detidos do 25 de Novembro» — afirmou-nos esta manhã Luís Francisco Rebelo.

Essa comissão é constituída, além daquele advogado e escritor, por Duarte Vidal, Bernardo Santareno, Fernando Lopes-Graça, Caldeira Rodrigues e José Viana.

Também dentro de breve dias vão estar em distribuição, na sede do Movimento Democrático das Mulheres, listas para a recolha de um milhão de assinaturas de apoio a uma exposição ao general Costa Gomes sobre o mesmo assunto.

Presentemente os militares e civis do 25 de Novembro estão detidos em Custóias, Santarém, Caxias e RASP.

C.L.A.R.P. COM JORNALISTAS

«O silenciamento da Informação considerada progressista o saneamento e suspensão de muitos trabalhadores, a onda repressiva visando o desarmamento das massas populares e antifascistas, as rusgas e os comunicados intoxicantes procedentes das forças do Poder, designadamente do E. M. E.» e, muito particularmente, a forma como terão decorrido «a maioria dos interrogatórios dos militares e civis presos» por implicação nos acontecimentos de «25 de Novembro», constituíram os pontos essenciais da conferência de Imprensa promovida pelo C. L. A. R. P. (Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos), que conta com o apoio da A. E. P. P. A. e dos Apoiados ao Socialismo, conforme assinala o seu

manifesto.

Relativamente aos interrogatórios dos detidos do 25 de Novembro, o advogado José Augusto Rocha, que com Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita, Augusto Roseta e Galvão Telles, formam o principal corpo dirigente, foi peremptório ao afirmar que a maioria tem sido inquirida em face das suas actividades políticas e das posições ideológicas tomadas após o 25 de Abril e raramente em relação ao evento que está na origem da sua prisão. Aquelle causidico foi igualmente taxativo ao adiantar que a muitos tem sido perguntado se estiveram no «assalto» à Embaixada de Espanha, no Verão passado.

O C. L. A. R. P., que pouco tem a ver com o C. A. A. R. P., salvo no que se relaciona com os objectivos de luta — que são os mesmos —, pensa poder desempenhar com a organização de Ruy Luís Gomes e prof. Teixeira Ribeiro um papel fundamental para a libertação dos militares e civis detidos, quer denunciando as arbitrariedades que têm sido cometidas, quer demonstrando que a prisão dos antifascistas em questão constitui um passo para o retorno ao fascismo.

Assim, os seus objectivos passam pelo lançamento, a curto prazo, de um boletim informativo, prioritariamente, pela coordenação e centralização de actividades e iniciativas destinadas a contribuir para a libertação dos presos da «Novembrada». O C. L. A. R. P. afirma no seu manifesto, que «a Imprensa, sob controlo do novo poder reacçãoário, não publica ou deturpa premeditadamente a verdade dos factos», defendendo a ideia de que «a questão dos militares e antifascistas presos não se pode circunscrever a uma mera reivindicação legalista».

Dizem redactores da «V.M.»

"A nossa luta chega ao fim"

«Sentimos que a nossa luta está inevitavelmente a chegar ao fim, porque, como trabalhadores, não temos qualquer possibilidade de lutar contra as tendências fascizantes que encontram nas leis a sua justificação», dizem os redactores da «Vida Mundial» num comunicado ontem emitido e posto a circular, fazendo o ponto da situação naquela revista. «O nosso pequeno número e situação na S. N. T. não nos permite ir muito mais longe. Ficamos no entanto a cons-

ciência de ter mostrado, com os limites que nos ultrapassam, que o avanço da direita é uma realidade e que está a assumir o controlo dos instrumentos de repressão, mesmo quando se esconde com a capa da lei ou da rentabilidade económica.»

Os redactores da «VM» evocam a revolução que o processo tem tido. «Ao tomar a decisão de exigir o reconhecimento dos nossos direitos de trabalhadores da «VM» sabíamos arriscar e perder a nossa própria subsistência», dizem eles. «Es-

távamos conscientes de que o poder estava contra nós e que está progressivamente a extinguir-se a liberdade de os trabalhadores exprimirem as suas opiniões, defenderem os seus legítimos direitos e participarem na resolução dos problemas que afectam as suas condições de trabalho.»

Muito embora o tom, ou a inflexão predominante do texto dos redactores seja de pelo menos de aparente desistência, a verdade é que a posição da «VM» se mantém inal-

terável. Eles continuam, continuavam ontem, no seu local de trabalho, aguardando que a administração tome qualquer decisão a seu respeito. Ontem, a administração manteve-se silenciosa. Não conseguimos obter confirmação ou desmentido de que instâncias superiores do poder estejam a dedicar-se ao problema. Igualmente nada se sabe da posição de Natália Correia. De concreto, apenas que a nova directora da «VM» ainda não se apresentou à redacção («a redacção está no seu local de trabalho, as portas estão abertas», diz-nos um redactor), tão pouco voltou a ser vista nas instalações da S. N. T.

ABELAIRA NA RTP

Soubemos entretanto que o escritor Augusto Abelaira aceitou um convite que lhe foi dirigido para ir trabalhar na RTP. Contactado, um elemento da redacção disse-nos: «Parece que sim. De qualquer modo, isso não é um facto que venha alterar a posição que assumimos. Se não era fundamentalmente uma questão que implicava o nome e a personalidade de Natália Correia, pelo menos em princípio, também não era uma questão tipo ou Abelaira ou mais ninguém», diz-nos ainda o mesmo informador. «De resto, também alguns de nós tínhamos ou obtivemos entretanto outras colocações, sem que, por isso, nos desolidarizássemos uns dos outros no que sempre considerámos a questão essencial e que era aceitar ou não que a administração nos impusesse uma orientação que não queríamos. O objectivo fundamental desta luta tem sido plenamente atingido.»

e TV através de vários trabalhadores suspensos.

Deputado do P.C.P. vai a sepultar

É esta tarde sepultado (17 horas) no cemitério da Amadora o deputado Herculano de Carvalho, militante do Partido Comunista Português, vítima de atropelamento mortal no passado sábado.

O funeral sai do Centro de Trabalho do P. C. P. daquela localidade, onde o corpo esteve em câmara ardente desde o fim da tarde de ontem. Centenas e centenas de pessoas, na sua esmagadora maioria operários que trabalham na região de Lisboa, prestaram durante a noite a sua última homenagem àquele que foi um destacado lutador antifascista.

Suspensão o «Correio do Povo»



LISBOA, 13 (ANOP) — O ministro Almeida Santos suspendeu a divulgação do «Correio do Povo», órgão editado pelo Ministério da Comunicação Social. No seu despacho, o ministro afirma: «São frequentes os reparos contra o conteúdo informativo e ideológico do «Correio do Povo»».

«Esses reparos surgem de variados quadrantes: públicos e privados. Estranha-se, sobretudo, que tratando-se de um órgão que é propriedade do Ministério da Comunicação Social, e por este editado, o seu conteúdo contraste, tão flagrantemente, com a orientação do Ministério em matéria de informação escrita, e com a linha política da própria Governo.»

O mesmo despacho suspende também o chefe de Redacção do «Correio do Povo», António Tavares Teles. Este, juntamente com escritores e jornalistas, esteve reunido ontem à noite com Jean Pierre Faye, membro do Tribunal Russel que amanhã regressa a Paris, onde, com outros membros do Tribunal, dará uma conferência de Imprensa sobre a situação em Portugal depois dos acontecimentos de 25 de Novembro.

Jean Pierre Faye também se inteirou da situação do jornal «República», que lhe foi exposta pelo capitão João Oliveira, e da situação actual da Rádio

"Árvore" vai até Pinheiro de Azevedo

PORTO, 13 — Uma exposição sobre o pintor Augusto Gomes, realização de colóquios sobre os últimos 25 anos da cultura em Portugal e a organização de exposições itinerantes, bem como a constituição de grupos de trabalho para dar andamento a estas e outras iniciativas — estas as conclusões da Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa «Árvore» efectuada ontem à noite na Escola de Belas Artes desta cidade.

Durante a assembleia foram lidos telegramas de solidariedade enviados pela Sociedade Nacional de Belas Artes, pela Associação Internacional de Críticos de Arte, por Luís Fran-

cisco Rebelo em nome da Sociedade Portuguesa de Autores, do Cineclube do Porto e de grande número de pessoas ligadas ao campo das artes e das letras. Os telegramas salientam a repulsa pelo atentado à bomba de que foi vítima a Cooperativa e manifestam solidariedade para com aquele importante órgão de cultura.

Foi ainda lido um ofício dirigido ao Primeiro-Ministro pela Comissão Nacional de Património Artístico da Europa, cujo texto não foi divulgado aos órgãos de Informação dado que se espera que o almirante Pinheiro de Azevedo tome previamente posição sobre o conteúdo de tal documento.

Colectiva nas Belas Artes

Na Sociedade Nacional de Belas Artes estão patentes ao público duas exposições colectivas, em que estão representados diversos artistas de todas as correntes estéticas. Nas salas do rés-do-chão figuram óleos e aguarelas, e na Galeria

de Arte Moderna, desenhos e gravuras.

As exposições poderão ser visitadas diariamente das 14 às 23 horas, excepto aos sábados e domingos que encerram às 20 horas.

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 • tel. 82 02 21/83 46 58

ALLIARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 • (Benfica) • tel. 70 69 74/5

SÃO VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) • tel. 84 88 64/5

AULAS DE MANHÃ — TARDE — NOITE
C. PREPARATÓRIO
LICEAL-GERAL E COMPLEMENTAR
C. G. ADM. E COMÉRCIO

EPAL

Empresa Pública das Águas de Lisboa

AQUISIÇÃO DE ROULOTTE USADA

Em bom estado, FLECHA-mod. 300 ou semelhante, mínimo com: acomodação para 3 pessoas, cozinha e toldo avançado.

Propostas entregues em carta fechada, até às 17H00 de 26 de Janeiro, na Secção de Compras, Avenida de Berlim, n.º 15 — Olivais — Lisboa-6.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Assembleia que se realiza no próximo dia 19, pelas 21 horas, na Voz do Operário e que tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e aprovação do Orçamento para 1976.

Lisboa, 9 de Janeiro de 1976

A DIRECÇÃO

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infanteria 16, 55-C—LISBOA

Nacional



Porcos eram o pecúlio de José Augusto. Vieram depois uns senhores e justou-se negócio. Lucro, até hoje...

Conto do vigário à alentejana

Um criou os porcos, três levaram o lucro

Três desconhecidos chegaram ao Sobral da Adiga, aldeia fronteiriça do concelho de Moura (Baixo-Alentejo), e procuraram o tratador de porcos, José Augusto (mais conhecido por Zé da Tenda). As pessoas contactadas disseram-lhes que o poderiam encontrar no Monte do Recantão, situado a dois quilómetros da povoação. E assim aconteceu: o comerciante é homem de voz directa e poucos rodeios.

Mais palavra, menos palavra, e o negócio ficou aprazado. Seriam setenta porcos por trezentos contos. Os forasteiros mostraram as carteiras bem recheadas e quando lhe perguntaram se queria um adiantamento, José Augusto respondeu-lhes: «Qual quê compadres, nem pensar nisso. Vão em paz, e daqui a três dias, quando vierem buscar os bichos, logo trataremos das contas».

Três dias decorridos lá estavam os três homens. Acostaram a camioneta às pocilgas, carregaram os porcos, preencheram dois cheques no valor de trezentos contos e, com um «até à próxima amigo!», perderam-se por entre os montados e sobreiros.

No dia seguinte, José Augusto atrelou a galera ao tractor e partiu a caminho de Moura. Bebeu um copo de aguardente «para tomar ânimo», numa taberna do Largo das Camionetas, e quando o Banco abriu abeirou-se do balcão e com um «Belo dia, anh camarada!», entregou os cheques a um dos funcionários. Chapa recebida e alguns minutos depois a desolção expressa na voz do caixa de serviço. «Foi burlado amigo! Esta conta depois de comprimi-da não dá mais de cinquenta escudos».

DESCERAM À VALA COMUM

«Fiquei com o tino perdido!», disse-nos José Augusto, enquanto dois troncos de azinho crepitavam na lareira da sua casa do Sobral. E «de tino perdido» ocorreu à Guarda Republicana de Moura e dali a Queluz Ocidental, localidade dos três burlões (que desco-

briu serem talhantes). E ali teve oportunidade de ver ainda alguns dos porcos para venda ao público, dependurados dos ganchos do estabelecimento (que tem à porta uma cabeça de boi em madeira).

Num prédio de segundo andar, foi encontrar vinte deles ainda com vida. «Calcule o companheiro que os tipos jogavam os animais para o rés-do-chão como se fossem sacas de batatas. Era um dó d'alma ver como os desgraçados estavam amassados», afirmou-nos com ar desalentado.

E contou-nos como trouxe os sobreviventes de volta ao Sobral, onde não duraram dois dias, acabando mesmo por contaminar mais trinta que se encontravam nas pocilgas e que tiveram igual sorte: uma vala comum que custou dois contos ao José Augusto, ou seja o quantitativo dos honorários pagos aos homens contratados para a abrirem.

«Foi um golpe de pôr um homem de rastos — «lamentou-se» — pois além dos trezentos contos per d'idos e dos duzentos que tenho em dívida com as farinhas adquiridas para os engordar, terei de estar agora pelo menos três anos sem criar porcos, já que os bichos vinham contaminados com febre suína e todos os que para aqui viessem não duravam um mês».

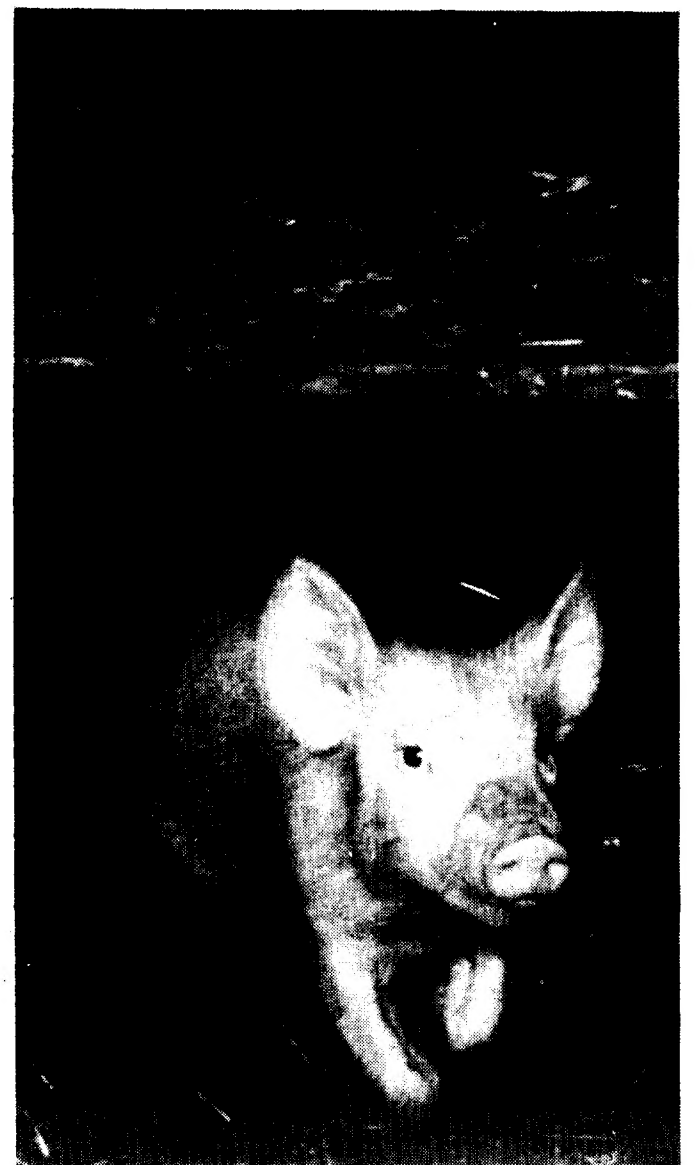
E José Augusto narra-nos outros pormenores da sua desencorajadora odisseia: o vai-vém desgastante por esquadras da P. S. P. por Tribunais e postos da G. N. R., a ver se consegue recuperar algum dinheiro através da incriminação dos três burlões. Tarefa que até aqui inglória. Pois, diz-nos: «Não sei se é por me verem com este aspecto de provinciano, sem peneiras, mas o certo é que para além de um «vai-se ver o que se pode fazer», proferido e lançado assim a modos que a despachar, não tenho visto grande empenho em resolverem-me o assunto».

No dia em que deixámos o Sobral da Adiga, José Augusto era um homem abatido, resvalando para o fatalismo. Pequeno

no comerciante, vê-se agora à beira da ruína depois de uma vida intensa de luta contra o poder monopolista dos grandes criadores de gado e a artimanha «mafiosa» dos poderosos negociantes do ramo. De feira em feira. De mercado em mercado. Construindo pedra sobre pedra o edifício instável do seu pequeno pecúlio. Destruindo num só dia através da

prática (até agora impune) de três delinquentes cidadãos que, reinventando uma nova forma de «conto do vigário», desceram até ao Alentejo, fazendo da pureza de um provinciano e de uma certa passividade das autoridades policiais as armas do seu êxito-relâmpago.

MANUEL GERALDO



Agora, três anos sem criar um animal

Madeira quase com Junta

FUNCHAL, 13 — Está praticamente vencida a crise que impedia o funcionamento da Junta Administrativa e de Desenvolvimento da Madeira. Tudo indica que foram finalmente encontrados os «independentes» que preencherão os sectores da Educação e Trabalho, surgindo agora como única dificuldade o preenchimento da pasta de Planeamento e Finanças.

Como se esperava, a Junta, cuja constituição deverá ser anunciada muito em breve, é caracterizada pela predominância P.P.D., seguindo-se-lhe o P. S. Funcionou o critério da maioria eleitoral.

Entretanto a chamada «Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira», vulgo Flama,

prossegue no seu trabalho de propaganda, com particular incidência no Funchal. Se bem que desde 25 de Novembro não se tenham verificado atentados à bomba, a organização faz-se «ouvir» à mesma — com panfletos e inscrições murais.

OS TÁXIS MAIS CAROS DE PORTUGAL

Foi prorrogada até ao próximo dia 21 a resolução do problema das tarifas dos táxis do Funchal, que de momento continuarão a circular aos preços mais elevados do País, após a «medida de urgência» que autorizou um aumento de 50 por cento para evitar uma greve do sector.

Última nota do quotidiano madeirense: comerciantes grossistas iniciaram aqui uma série de reuniões com vista a encontrar uma plataforma que lhes permita a importação directa de géneros alimentícios sem passagem obrigatória por Lisboa.

CRIANÇA CARBONIZADA

Morreu carbonizado um bebé de sete meses quando, no último domingo, um incêndio consumiu um casebre no sítio da Ribeira Grande, em S. Vicente, Norte da Madeira.

Nos prejuízos materiais, contam-se 45 contos que estavam guardados numa pequena lata.

Nos Açores

Proprietários acusam partidos de esquerda ... pelo roubo de vacas

ANGRA DO HEROÍSMO — (F.P.), 13 — A morte de algumas vacas poderá desencadear um novo conflito de consequências imprevisíveis entre os proprietários de terrenos e os partidos clandestinos de esquerda da Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores.

Na noite de domingo para segunda-feira, uma dezena de vacas pertencentes a um dos maiores criadores locais, José Gabriel Toledo, foram golpeadas com facadas por desconhecidos. Morreram três vacas e outras seis estão condenadas a morrer.

Os proprietários, reunidos na segunda-feira de manhã, acusaram os militantes do Partido Comunista Português, do Movimento Democrático Português (M. D. P.) e do Movimento da Esquerda Socialista (M. E. S.) de serem os autores deste atentado, dizendo terem recebido diversas ameaças anónimas.

Recorde-se que os «leaders» destes três movimentos já tinham sido expulsos oficialmente do arquipélago em Setembro último e que os militantes destes partidos entraram então na clandestinidade.

Um dos proprietários lançou um apelo radiofónico à população para que «organize por ela própria a sua vigilância». Afirmou por outro lado que «se os elementos do P. C. P., do M. D. P. ou do M. E. S. caírem nas mãos da população ninguém poderá responder pelas suas vidas, pois tendo já começado os atentados contra os animais podem passar a atentados contra pessoas».

Os proprietários de terrenos consideraram o atentado contra as vacas como «um acto político», tendo a Polícia local aberto um inquérito.

Provável autorização para pescar nas águas da Mauritânia

Relativamente a notícias divulgadas, sobre a actuação de barcos de pesca portuguesa na zona de Cabo Branco, a Secretaria de Estado das Pescas emitiu o seguinte esclarecimento:

«Ao aproximar-se o termo de vigência do contrato que permitia à frota de arrasto portuguesa pescar em águas territoriais da República Islâmica da Mauritânia, até 31 de Dezembro de 1975, procurou o Governo Português, por via de negociações iniciadas em Fevereiro de 1975, garantir, por acordo bilateral, entre os dois Estados, a utilização desses pesqueiros pela nossa frota.

Nesse sentido, foram orientadas as negociações para a

conclusão de um acordo em que se salvaguardassem os legítimos interesses dos respectivos países, até ao final do ano transacto, negociação estas que faziam antever um satisfatório e rápido desfecho da situação.

Porém, no início de 1976, em consequência de alteração profunda e totalmente imprevisível quanto à nova política de pesca da República Islâmica da Mauritânia, foi o Governo português surpreendido pela apresentação de novas exigências relacionadas com a autorização de pesca para a nossa frota nas águas mauritanas, exigências essas que são extensivas a todas as frotas de países que tradicionalmente

operam nessa zona e as quais implicam não só um aumento de encargos fixos, de tal ordem, que tornariam, a curto prazo, essa exploração, sob o ponto de vista económico, verdadeiramente ruinosa, bem como determinariam apreciável redução da actividade dos nossos trabalhadores, em virtude da condição imposta da sua substituição parcial por pescadores mauritanos.

Em face destas circunstâncias, totalmente novas e inesperadas, o Governo português, consciente da importância do problema, reagiu imediatamente, desenvolvendo intensa actividade diplomática, contactando as autoridades mauritanas, a todos os níveis,

no sentido de assegurar a continuidade da pesca, naquela área, prosseguindo, entretanto, negociações de forma a encontrar-se as soluções que satisficam os legítimos interesses de ambos os países, defendendo-se, naturalmente, daqueles que directamente dizem respeito a Portugal.

A hora que é emitida esta nota, informações directas do representante da Secretaria do Estado das Pescas na capital mauritana, permite admitir que a necessária autorização para pescar naquelas águas territoriais será, em breve, prorrogada, a prazo a estabelecer, embora na base de taxas agravadas em relação às que se praticavam anteriormente.

7,75 por cento, 790\$00; Turismo, a 5,75 por cento, compra 820\$00, venda, a 850\$00; C.P., a 6,75 por cento, compra, 770\$00; Eléctricas — Hidroeléctrica do Cávado, a 6 por cento, compra, 760\$00; Hidroeléctrica do Zêzere, a 6 por cento, 750\$00; Nacional de Electricidade, a 5 por cento, 740\$00; e União Eléctrica Portuguesa, a 5 por cento (1963), compra, 820\$00.

Diversas — Lisnave, a 6 por cento, compra, 760\$00; Petroquímica, 2.ª e 3.ª compra, 700\$00; Socol, a 5 por cento, compra, 850\$00.

Mário Soares na TAP

Economia e eleições

Mário Soares deslocou-se ontem às instalações da TAP a convite da respectiva Comissão de Trabalhadores. A crise económica, as eleições, a situação dos portugueses que permanecem em Moçambique, foram os temas de exposição e debate do convidado socialista com os trabalhadores da TAP.

Se por um lado, Mário Soares afirma que não há alternativa de esquerda para o VI Governo e que pôr a questão política em termos de comunismo ou fascismo é um falso dilema, Mário Soares mostrou-se preocupado com a desproporção entre o que se produz e o que se consome.

A dado passo, afirmaria Mário Soares: «Somos actualmente o País da Europa onde menos se trabalha».

Explicações aventadas: o temor da população pelo facto de «termos estado muito próximos de uma ditadura comunista ou militar», a quebra no envio de divisas dos emigrantes, a crise no turismo.

Sobre os nossos hábitos, e as características do quotidiano português, salientou Mário Soares: «A nossa revolução tem sido feita num ambiente de festa: nem os trabalhadores nem as classes trabalhadoras desejam fazer sacrifícios. Continuamos a ser uma sociedade de consumo exactamente igual às sociedades dos países capitalistas».

Visto o problema unilateralmente, Mário Soares afirmaria no entanto que em «1976, não iremos sentir dificuldades de maior».

Na origem desta afirmação estaria, segundo Mário Soares, «a confiança que o que o VI Governo merece no mundo, mercê da estabilidade que foi dada às nossas instituições de-

pois de 25 de Novembro».

Quanto às eleições para a Assembleia Legislativa anunciou Mário Soares que elas se vão realizar dia 25 de Abril. «Vamos ter eleições por sufrágio directo para a presidência da República, e ainda para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais».

«Por outro lado — sublinhou Mário Soares — o M. F. A. deseja retirar-se um pouco das responsabilidades políticas que tem tido, dando lugar aos partidos no que respeita à institucionalização da vida portuguesa. Em relação a Moçambique, confessando desconhecer o dossier do contencioso entre a TAP e aquele novo País de Estado de expressão portuguesa, diria Mário Soares: «Temos hoje algumas razões de queixa. Os seus dirigentes tomaram atitudes arrogantes e vexatórias para os portugueses que lá se encontram e que não podemos admitir».

ALMEIDA E COSTA AMANHÃ EM BEJA

Desloca-se amanhã a Beja o comandante Vasco Almeida e Costa, ministro da Administração Interna, a fim de visitar o gabinete de Apoio daquela região, repressando no princípio da tarde à capital para participar na reunião do Conselho de Ministros.

Acompanha o ministro da referida visita, o secretário de Estado da Administração Regional e Local, eng. Manuel Ferreira Lima. Estão previstas sessões de trabalho com responsáveis do Gabinete de Apoio e das autarquias locais por ele servidas para resolução de problemas de índole no âmbito da sua actividade.

Após o regresso de Almeida e Costa a Lisboa, os trabalhos prosseguem em Beja sob a orientação do S. E. A. R. L.

EPAL

Empresa Pública das Águas de Lisboa

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE VILA FRANCA DE XIRA

ANÚNCIO

Relativamente ao concurso público para a adjudicação da empreitada em título e com referência ao ponto 6 do Art.º 4.º do Programa de Concurso, informa-se que poderão também concorrer empreiteiros de obras públicas com Alvará de inscrição na 1.ª ou 3.ª subcategorias da I categoria e na classe correspondente ao valor da proposta.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Vogal Eng.º da Comissão de Fiscalização

José Beja Neves

Balanço da Bolsa

Seis mil obrigações para negociar

A Bolsa de Valores de Lisboa reabriu ontem por um quarto de hora, com pronósticos de compra mas sem se ter efectuado qualquer operação enquanto foram admitidas à cotação seis milhões de obrigações.

Na primeira sessão, cujo esquema se manterá até 1 de Março, as obrigações dominaram o mercado, de acordo com a medida que visa afastar da Bolsa a antiga estrutura que permitia transaccionar a preços escandalosos as acções, hoje afectadas pelas nacionalizações.

Não se verificou qualquer

tentativa de compra de valores ultramarinos, embora fossem muitas as ofertas para os valores nacionais. Entretanto, o funcionamento da Bolsa restitui ao título de crédito a sua liquidez (uma das suas principais características), ao parecer não ter ontem, atraído os grandes investidores e, por indução, dos monopolizadores das obrigações em que as acções se transformaram temporariamente.

Nos termos do Decreto-Lei 8/74, de 14 de Janeiro, foram admitidas à cotação, 6 307 558 obrigações, representadas em títulos de 1,5 e 10 obrigações

do valor nominal de 500 escudos cada do empréstimo denominado Obrigações do Tesouro, 10 por cento, 1975, Plano de Investimentos Públicos.

As suas cotações: Obrigações do Estado-Consolidadas; a 2,75 por cento, compra, 275\$00; a 3 por cento, compra, 300\$00; a 2,5 por cento, compra, 350\$00; Centenários, compra, 800\$00; Tesouro a 5 por cento, compra, 750\$00, venda, 850\$00; Tesouro, 10 por cento, compra, 510\$00. Fundos Públicos Águas de Lisboa, a 6 por cento, venda, 750\$00; Correios, a 5,75 por cento, compra, 800\$00; Metropolitano, a

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, CARTONAGEM E AFINS — ZONA SUL
RUA SILVA CARVALHO, 184-1.º, DT.º — TELEF. 68 87 93 LISBOA-2

COMUNICADO

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Cartonagem e Afins — Zona Sul, convoca todos os seus associados a comparecer no próximo dia 17 do corrente, pelas 16.00 horas, no Estádio 1.º de Maio, como demonstração de força contra o aumento do custo de vida e congelamento dos Salários.

12-1-1976.

A DIRECÇÃO

Trabalho

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

COMUNICADO

CELEBRAÇÃO DA «REVOLUÇÃO DE 18 DE JANEIRO DE 1934»

Há 42 anos, quando o fascismo já avassalava toda a vida política e administrativa da Nação, as classes trabalhadoras tinham começado já também a sofrer na carne e no espírito, na prisão e no exílio, na escola, na fábrica e no campo, todas as misérias, perseguições e prepotências que durante mais de quatro décadas mataram prematuramente gerações de operários e camponeses; misérias, perseguições e prepotências que delapidaram o mais valioso capital da Pátria — o POVO.

Há 42 anos, a ofensiva capitalista impulsionada pela ideologia fascista de Mussolini, importada de Itália, fez da classe operária e das suas associações de classe, o seu alvo preferido, para poder instaurar a ditadura salazarista-marcelista, tão duramente conhecida, porque sofrida, por todos nós.

Quanto mais a combatividade da classe operária e das forças antifascistas se alargava e reforçava, tanto mais os fascistas intensificavam o cerco ao nosso Povo.

Com o intuito nítido de destruir de raiz as associações de classe dos trabalhadores portugueses e os instrumentos de luta de classes que elas eram, e as substituir pelos famigerados Sindicatos Nacionais, o Governo fascista criou o Estatuto do Trabalho Nacional cujo órgão executivo passou a ser o corrupto e corruptor Instituto Nacional do Trabalho, que haveria de dirigir praticamente os sindicatos fascistas, e cujos vícios e objectivos antinacionais e antioperários ainda não deixaram de fazer-se sentir ao nível das estruturas governamentais actuais no domínio das relações de trabalho.

Conscientes do grave perigo que representavam para os trabalhadores os coletes de forças em que o Estado fascista se preparava para os conter, quer os trabalhadores quer as forças políticas antifascistas, haviam já de há muito começado a preparar-se para lutarem contra os designios do capitalismo e do fascismo.

Foi precisamente no dia 18 de Janeiro de 1934, data em que o Governo fascista se preparava para instituir oficial e definitivamente o Estatuto do Trabalho Nacional, que as forças antifascistas portuguesas puseram em execução uma acção revolucionária que entretanto tinham preparado e que um pouco antes fora quase toda denunciada, em vários pontos do País, por alguns dos homens, que embora sinceros, e que se propunham ser os seus autores e condutores, não conseguiram dominar o seu radicalismo, o seu anarquismo, o seu espírito «putchista».

Praticamente neutralizada na antevéspera, em quase todo o País, a «Revolução de 18 de Janeiro de 1934» viria contudo a ser levada até às suas últimas e mais duras consequências, na Marinha Grande, onde os revolucionários viriam a ser derrotados pelo exército e a polícia fascista.

Apesar do insucesso, então, o «movimento de 18 de Janeiro», na Marinha Grande, em 1934, avivou em muitos homens a convicção de que só a classe operária em armas poderia derrotar o capitalismo e liquidar definitivamente o fascismo. Apesar do insucesso, a «Revolução de 18 de Janeiro de 1934» nunca foi esquecida na Marinha Grande, nem o será... Ela continua a dar-nos alento para lutarmos contra o fascismo e o capitalismo, contra a reacção interna...

Também hoje se atenta por todos os meios contra as estruturas que vivemos no mundo do trabalho e da luta sindical, têm pontos de contacto com a situação que as classes trabalhadoras viveram e sofreram e da qual a geração actual ainda se não libertou...

Também hoje se atenta por todos os meios contra as estruturas sindicais, indo-se ao ponto de, pelo menos num caso, encerrar sindicatos desfeitos ao poder capitalista e à reacção direitista; também hoje se persegue e prendem dirigentes e militantes operários; também hoje o poder capitalista através de duas forças — as hostes fascistas, ávidas de regressar ao passado, que se tornaram «democratas» à última hora, e a social-burguesia — querem reduzir a nada as leis pelas quais os trabalhadores lutaram e se impuseram; também hoje as classes trabalhadoras estão a ser vítimas da repressão social e económica através de medidas como as do congelamento da contratação colectiva e dos aumentos legais e ilegais de preços de todos os géneros essenciais; também hoje, tal como há 42 anos, tudo isto, põe as liberdades sindicais e todas as outras em perigo.

E porque tudo isto está sendo agudamente sentido, e representa um grave perigo para o futuro das classes trabalhadoras, que se pretende dar às comemorações da «REVOLUÇÃO DE 18 DE JANEIRO DE 1934» a dimensão de uma grande jornada de unidade nacional e que o Secretariado Sindical Organizador das mesmas convida por este meio, todos os trabalhadores democratas e antifascistas de Portugal a estarem presentes nelas, na Marinha Grande, onde decorrerão, no próximo dia 18 do corrente.

PELA DEFESA DAS LIBERDADES SINDICAIS!
PELO FIM DO FASCISMO E DO CAPITALISMO!
PELA VITÓRIA DAS CLASSES TRABALHADORAS!

Marinha Grande, 9 de Janeiro de 1976

O SECRETARIADO SINDICAL ORGANIZADOR

Mineiros contra a suspensão do contrato colectivo

Reunida em Aljustrel, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Mineiros do Sul tornou público um comunicado no qual protesta contra o facto de não terem sido recebidos pelo secretário de Estado do Trabalho os delegados sindicais que para esse efeito se haviam deslocado a Lisboa nos passados dias 5 e 6. Os representantes dos mineiros pretendiam que fosse levantada a suspensão do contrato colectivo de trabalho — o primeiro de que a classe iria beneficiar.

«Em face disto», afirma-se no comunicado, «os trabalha-

dores terão de dar a resposta que esta medida merece, pois com o aumento assustador dos géneros de primeira necessidade, nós podemos perguntar se será com 4 mil e 500 escudos que um trabalhador pode fazer face a este galopar do custo de vida».

Reunidos em Assembleia Geral (marcada para o dia 16) os mineiros irão decidir «quais as formas de luta a adoptar em face das medidas antioperárias» e — afirmam — «saberão de certeza resolver aquilo que mais lhes convém».



Manifesto da construção civil

«Nunca aceitaremos pagar o preço das dificuldades urdidas pela sabotagem dos exploradores. Não aceitamos pagar o preço da crise podre do capitalismo, esse sistema de repressão e de miséria para todos os que vivem vendendo a sua força de trabalho.»

A afirmação consta do manifesto dirigido pelos trabalhadores da construção civil «a todos os trabalhadores e ao povo», na linha das conclusões aprovadas no recente Encontro das organizações de trabalhadores ligados à construção.

O manifesto integra as lutas dos trabalhadores do sector na «luta mais geral que os trabalhadores portugueses vêm travando pela construção da nova sociedade de igualdade e justiça, liberta da exploração do homem pelo homem» e adianta:

«Lutando contra a actual ofensiva que as forças reacçãoárias e exploradoras desenham na tentativa de roubar todas as grandes conquistas da Revolução e de novo instaurarem um regime de opressão e de exploração no nosso país, nós assumimos com firmeza o nosso lugar na primeira linha do combate pela liberdade e pelo socialismo.»

O documento termina reiterando o apoio dos trabalhadores da construção civil à manifestação contra o congelamento de salários e a alta do custo de vida, que decorrerá no Estádio 1.º de Maio, no próximo dia 17.

Nota oficial

O Ministério do Trabalho divulgou uma nota oficial, sobre o inquérito mandado instaurar pelo ex-ministro Costa Martins ao Sindicato das Indústrias Químicas do distrito de Lisboa, que transcrevemos na íntegra por força do art.º 15.º da Lei de Imprensa:

«O Ministério do Trabalho entende ser um dever de justiça a divulgação pública dos resultados do inquérito mandado instaurar pelo ex-ministro Costa Martins ao Sindicato das Indústrias Químicas do distrito de Lisboa, por despacho de 25 de Fevereiro de 1975. Embora o referido inquérito tivesse terminado em 14 de Julho passado, à data da entrada em funções do actual ministro, não existiam neste Ministério muitos dos elementos do processo. Não obstante, foi possível recuperar cópias de todos esses documentos graças à prestimosa colaboração da Polícia Judiciária.

1 — Do inquérito efectuado podem extrair-se as seguintes conclusões:

— Não existem quaisquer provas que permitam imputar à antiga direcção ou crime de ter subtraído ou destruído os cadernos eleitorais;

— A acusação largamente divulgada na imprensa diária de que os antigos corpos gerentes tinham feito desaparecer o livro de contas do Sindicato carece de qualquer fundamento; além disso, a acusação de que os referidos corpos gerentes usavam fundos do Sindicato para financiar determinada organização política é inconsistente, por falta de provas inequívocas;

— Após exame minucioso à escrita, não se apuraram irregularidades das quais se possa concluir que os dirigentes em questão tivessem desviado quaisquer fundos ou realizado gastos indevidos em proveito próprio.

2 — Informa-se ainda que o processo resultante da participação feita por este Ministério à Polícia Judiciária, com base em «ofensas» dirigidas a vários membros do Governo e ao Programa do MFA, bem como por «obstrução ao acto eleitoral», se encontra na fase de instrução preparatória. Acrescenta-se que o Ministério do Trabalho não pode desistir dessa participação dada a natureza das acusações feitas.

Esclarece-se também que o processo de impugnação das eleições segue os seus trâmites no tribunal competente.

3 — O Ministério do Trabalho reconhece que toda a intervenção neste caso então realizada constituiu um acto condenável de ingerência do Estado na vida interna de uma associação sindical democrática.

Na verdade, este acto de ingerência não só se apresenta com um fundamento absolutamente inconsistente — «desconfiança de um grupo de trabalhadores» — como também assumiu aspectos de extrema gravidade. Referimo-nos à colocação do Sindicato sob controlo de dois oficiais das Forças Armadas, que chegaram a dirigir uma «comissão eleitoral», à marcação de eleições sindicais e seu regulamento por portaria ministerial e ainda à participação que esteve na origem da prisão dos dirigentes sindicais pelo Copcon.

O actual ministro do Trabalho não defende a posição liberal de que o Ministério não tem nada a ver com o que se passa na vida sindical, nomeadamente no que se refere à sua democraticidade. Na situação de democracia semi-institucionalizada em que vivemos, o Ministério do Trabalho tem que ter, por vezes, um papel mais activo na defesa da democracia sindical, como aconteceu recentemente com o caso do Sindicato dos Trabalhadores Farmacêuticos.

É evidente que este poder de intervenção não pode exercer-se discricionariamente ou ao serviço de quaisquer pressões partidárias. Tem de basear-se em fundamentos sólidos. Tem de se limitar a pôr cobro a situações de aberta ilegalidade — antidemocracia. Tem de respeitar, em suma, o direito dos trabalhadores a autodeterminarem os destinos das suas associações, desde que o façam no quadro da legalidade democrática vigente.

4 — O Ministério do Trabalho reco-

nhece que houve responsabilidade sua na vasta campanha de calúnias e insinuações torpes que foi movida pelos órgãos de Comunicação Social contra os dirigentes dos Químicos.

Na verdade, o teor das notas oficiais então publicadas contribuiu para fazer acreditar junto da opinião pública as injúrias gravíssimas propaladas pela imprensa (exemplos: a de esses dirigentes estarem ligados a C.I.A., a da sua implicação nas movimentações spinolistas do «11 de Março», etc.). É claro que tudo isto veio a ter influência decisiva nas eleições sindicais que acabaram por se realizar.

Mas a referida campanha de propagação não atingiu apenas a reputação dos corpos gerentes dos Químicos, atingiu também o Partido Democrático de Esquerda (Aliança Operária-Camponesa) a que alguns pertenciam. O Ministro do Trabalho de então chegou a colaborar nesta acção, publicando

uma nota oficial em que se opõe frontalmente às tentativas da Comissão Nacional de Eleições para conseguir a libertação dos deputados da A.O.C. detidos por causa do processo dos Químicos.

5 — O Ministério do Trabalho não pode deixar de lamentar profundamente os danos morais e materiais causados a sindicalistas que estiveram, desde a primeira hora, entre os obreiros do renascimento do sindicalismo democrático em Portugal.

Esta nota oficial pretende ser, mais do que um acto de justiça um preito de homenagem a todos aqueles que, no tempo do fascismo, lutaram pela liberdade sindical. Esta homenagem é também extensiva àqueles sindicalistas que hoje lutam com a cooperação sincera do Ministério do Trabalho, para que os Sindicatos sejam uma poderosa alavanca na defesa da democracia e da independência nacional.»

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os motoristas dos sectores Privados e Aluguer de Carga, sócios deste Sindicato, para uma Assembleia Geral a levar a efeito na Sede deste Organismo, Avenida Visconde Valmor, n.º 34 - 2.º, no próximo dia 15/1/76, pelas 21.30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1) — Congelamento do Contrato Colectivo de Trabalho;
- 2) — Aumento do custo de vida.

Luta pelos teus direitos, tomando posição contra estas medidas verdadeiramente antioperárias:

Lisboa, 6.1.76.

A DIRECÇÃO

Rogério Torres

Trabalho

Direcção dos Químicos analisa intervenção do Ministério

A direcção do Sindicato dos Químicos do distrito de Lisboa encontra-se reunida para tomar posição face à nota oficial do Ministério do Trabalho.

Os actuais dirigentes foram eleitos por larga vantagem, após um longo processo que culminou com a demissão da ex-direcção afecta ao P.S. e à A.O.C. Alguns membros da ex-direcção foram mesmo detidos, por, segundo a nota oficial, «esses dirigentes estarem ligados à C.I.A., a da sua implicação nas movimentações spionistas de 11 de Março, etc». Na nota do Ministério do Trabalho, classifica-se isto como «vasta campanha de calúnias e insinuações torpes movidas pelos órgãos de comunicação social contra os dirigentes dos químicos».

No documento do Ministério, reconhece-se que toda a «intervenção (a passada) neste caso constituiu um acto condenável de ingerência do Estado na vida interna de uma associação sindical democrática».

Têxteis debatem "controlo operário"

Um projecto de controlo operário para todo o ramo dos têxteis e confecções, elaborado pelo Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores, será debatido hoje às 21 horas, pelas comissões de trabalhadores deste sector de produção.

O local da reunião é no Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores, na Av. Duque de Loulé.

O sector das actividades têxteis e das confecções de vestuário, que abrange 300 mil trabalhadores em todo o País, é um dos mais atingidos pela crise.

Pela primeira vez, as comissões de trabalhadores vão procurar estender o «controlo operário» a todo um ramo de produção.

Solidariedade operária

Lisnave oferece 416 contos à Applied Magnetics

A Comissão Coordenadora de Fundos da Lisnave ofereceu, ontem, aos operários da Applied Magnetics um cheque no valor de 416 300\$00, quantia esta que será distribuída segundo o critério destes trabalhadores. O dinheiro foi entregue a duas representantes das trabalhadoras da Applied, na presença de membros do Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave e do delegado sindical dos Electricistas.

A luta na Applied Magnetics, uma das primeiras vítimas da

Condene a ingerência, mas admite a possibilidade utilizar o processo. É o que se subentende da seguinte passagem da nota: «O actual ministro do Trabalho não defende a posição liberal de que o Ministério não tem nada a ver com o que se passa na vida sindical, nomeadamente no que se refere à sua democraticidade».

A situação de democracia semi-institucionalizada em que vivemos, o Ministério do Traba-

lho tem de ter, por vezes, um papel mais activo na defesa da democracia sindical, como aconteceu recentemente com o caso do Sindicato dos Trabalhadores Farmacêuticos».

Que se chama a «este papel activo»? Ingerência? Parece que não, pois o Ministério apressa-se a acrescentar que «este poder de intervenção não pode exercer-se discricionariamente ou ao serviço de quaisquer pressões parti-

dárias». No Sindicato dos Farmacêuticos, a gestão foi entregue à ex-lista afecta ao P.S.-M.R.P.P., agora, no Sindicato dos Químicos, é a A.O.C. e a sua lista que recebe as «homenagens» do Ministério do Trabalho.

A actual direcção do Sindicato, eleita, deve estar reunida durante todo o dia. Aguarda-se um comunicado de resposta a esta nota oficial do Ministério.

Bancários vão discutir permanência na Inter

Em Assembleia Geral convocada para o próximo dia 16, vai ser decidida a permanência, ou não, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas na Intersindical.

A actual direcção do Sindicato acaba de tornar pública a sua posição, afirmando-se contra o pluralismo e pela unidade sindical, num comunicado que intitulou «Por uma Central Sindical Única e Democrática».

Depois de contestar os Estatutos e o actual Secretariado da Intersindical, aquela direcção precisa os pontos em que virá a fundamentar o seu comportamento na Assembleia, da seguinte maneira:

«Somos pela revogação imediata e incondicional da Lei da Unidade Sindical».

Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores. O que essa lei deve focar é o reconhecimento da liberdade dos trabalhadores se organizarem sindicalmente como entenderem.

O Secretariado da Intersindical não representativo, não só por ter sido auto-eleito mas também por os Estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta si-

tuação, não possibilitando o funcionamento democrático da Central Sindical e também porque a tendência que se encontra no Secretariado não representa hoje a maioria no Movimento Sindical Português.

O movimento sindical continua por reestruturar; a verticalização não foi feita, mantendo-se a organização corporativa, isto é, por profissões e por zonas geográficas.

Esta Direcção é por uma Central Sindical Única, democrática, independente do Estado, do patronato, partidos políticos e instituições religiosas e com direito de tendência.

É preciso portanto, tomar as medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central

Seguros

Legislação contestada

Foram recentemente aprovados em Conselho de Ministros dois decretos-leis relacionados com o exercício da actividade seguradora, visando, designadamente, regular a orgânica de gestão e fiscalização das cerca de vinte empresas de seguros, nacionalizadas.

Estes diplomas foram aprovados sem prévia discussão pública do seu conteúdo, nomeadamente junto dos trabalhadores do sector. Estes consideram, agora, que foram em absoluto ignorados os projectos de diplomas já existentes, em tempos debatidos em ple-

nários de trabalhadores de seguros, tanto a nível de empresa como da classe.

Em recente plenário das comissões de trabalhadores, do sector foram criticadas as «manobras corporativas e antidemocráticas» que presidiram à elaboração daqueles decretos, e anunciaram-se futuros processos de luta com vista a obstar à aplicação de normas cuja democraticidade contestaram.

Os trabalhadores, na sua análise, destacam alguns aspectos desses diplomas: não é consagrado o princípio do controlo organizado da pro-

Vidreiros em Belém

A direcção do Sindicato dos Vidreiros será recebida esta tarde, no Palácio de Belém, pelas 18 horas, pelo Presidente da República. O congelamento da contratação colectiva, o aumento vertiginoso do custo de vida, a ingerência dos órgãos políticos na vida sindical e medidas imediatas para colocar a Imprensa ao serviço das classes trabalhadoras são algumas das questões a abordar no encontro com o general Costa Gomes.

Os dirigentes dos vidreiros discutirão ainda as medidas imediatas a tomar sobre a limitação ou proibição

de importar artigos de vidro.

A audiência foi solicitada no passado dia 5. Os mesmos responsáveis já se avisaram, há cerca de um mês, com o capitão Sousa e Castro do Conselho da Revolução. «Foram apresentados mais ou menos os mesmos pontos que hoje apresentaremos ao Presidente da República. O capitão Sousa e Castro prometeu-nos que se interessaria pelo Sindicato; que entraria em contacto connosco. Mas já lá vai um mês e... nada. Isto é, os problemas agravam-se», afirmou-nos, esta manhã, um responsável do Sindicato dos Vidreiros.

Dias 16 e 17

Manifestações sem alteração

Falhou a tentativa para fazer convergir, numa iniciativa única, a manifestação contra o aumento do custo de vida marcada para sexta-feira, em Lisboa e a concentração convocada, com o mesmo objectivo, para sábado (dias 16 e 17 respectivamente).

O grupo dinamizador dos órgãos de vontade popular, promotor da manifestação, e a Comissão de Luta contra o aumento do custo de vida e o congelamento dos salários, entidade que organizou a concentração no Estádio Primeiro de Maio, não lograram chegar a acordo, no decurso de uma reunião realizada ontem à tarde, no Sindicato dos Metalúrgicos.

Assim, permanecem de pé as duas iniciativas, com objectivos idênticos, mas com palavras de ordem de conteúdo diverso — tema central da controvérsia entre os dois organismos.

Representantes de cerca de setenta comissões de moradores e outras organizações de vontade popular aprovaram, na sexta-feira, as seguintes palavras de ordem, para a prevista manifestação do dia 16: «Governo reaccionário inimigo da luta do povo»; «Libertação imediata de todos os antifascistas presos»; «Contra a vida cara, contra a repressão, unidade popular»; «Contratos colectivos cá para fora, já»; «O povo não quer mercenários nos quartéis».

Esta manifestação seria o ponto de união entre o povo contra um Governo que o grupo dinamizador considera estar a publicar leis e medidas antipopulares.

«Como órgãos das amplas massas trabalhadoras, cabe aos sindicatos um importante papel nesta jornada de luta. Nesta hora em que o povo tem que fazer erguer a sua voz contra a fome e a miséria, contra o fascismo, apelamos a que as direcções sindicais não se deixem envolver em manobras partidárias e adiram entusiasticamente a esta jornada de luta» — aconselha este grupo dinamizador.

Sindicatos

do Porto contra congelamento

Vinte e dois sindicatos, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, elaboraram um extenso documento em que se repudia o congelamento da contratação colectiva, e resolveram convocar uma manifestação, em data a anunciar, de protesto contra o aumento do custo de vida.

Esta reunião, que contou com a presença de outros sindicatos na qualidade de observadores, decidiu também condenar o «Sindicato Livre das Empregadas Domésticas» e apoiar o Sindicato dos Serviços Domésticos.

Talhantes suspendem abates

Violentos ataques à Junta Nacional de Produtos Pecuários foram feitos ontem na Associação Comercial de Gaia, durante uma reunião de comerciantes de carne de alguns concelhos do distrito do Porto, que ali teve lugar.

Durante a reunião foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta: «1.º — cessação imediata da matança de gado, negando a comercialização da

carne fresca enquanto não forem fornecidas condições dignas para o fazer; 2.º — no tabelamento a fazer em relação a todos os artigos, haver a participação dos comerciantes ou seus representantes; 3.º — dada a desigualdade de distribuição de carnes entre o Porto e concelhos limítrofes, que a mesma não fosse mais permitida sem consulta de todos os concelhos».

No Porto

Delegados sindicais do B.N.U. recusam conselho de gestão

«Recusar os nomes indicados pelo Governo para a constituição do conselho de gestão do seu banco», é uma das conclusões, aprovadas por unanimidade em plenário dos delegados sindicais do Banco Nacional Ultramarino (Zona Norte), realizado em 9 do corrente.

Ainda que, depois de ouvidos os trabalhadores que representam e considerando, entre outras coisas, que «a resolução dos problemas da gestão da Banca deverá ser da exclusiva competência dos trabalhadores», acrescentam: «Considere-

rar, nas presentes circunstâncias extremamente precárias as nomeações que o Governo se propõe efectuar; colocar-se e manter-se em permanente vigilância quanto ao comportamento dos gestores que vierem a ser nomeados prontos para denunciar quaisquer desvios aos interesses dos trabalhadores, por forma a que estes procedam, a todo o momento e de imediato, ao afastamento dos responsáveis por tais desvios; reafirmar o seu decidido empenhamento em contribuir para que o avanço do processo se desen-

volve a um ritmo tal que, muito antes do prazo de três anos, arbitrariamente estabelecido para a duração do mandato deste conselho, sejam os trabalhadores a resolver pelos seus próprios meios este, como todos, os problemas da gestão da sua empresa em definitivo».

Nos considerandos, os delegados sindicais consideram ainda que «relativamente às listas das pessoas indicadas se chegou ao desdouro de nelas se incluírem nomes de antigos membros das antigas administrações fascistas».

Geral

Diz a embaixadora de S. Tomé e Príncipe

Muitas mulheres existem por procuração

Mais um exemplo de progresso chega-nos de um país com menos de um ano de existência: S. Tomé e Príncipe. Enquanto a actual composição do Governo português não apresenta sequer um caso de representação feminina, a ex-colónia que mais duramente sofreu os horrores da escravatura colonial faz-se representar entre nós por uma mulher, a dra. Maria do Nascimento da Graça Amorim.

Dado o carácter de excepção a nível diplomático que o seu caso representa, interessou-nos saber a opinião da embaixadora sobre a subalternidade da mulher ao nível político e a consequente marginalização económica e social que é uma constante no mundo capitalista.

«Prefiro abordar a questão tendo em linha de conta a situação do ser humano em geral de acordo com um critério de justiça ou injustiça.» — começou por dizer-nos. — «Ao fazer a dicotomia homem-mulher, cria-se uma situação artificial e o objectivo de luta por uma causa justa pode tornar-se nebuloso».

Afirmou-nos também a embaixadora:

«A mulher, ao insistir na sua condição, não pode esquecer que tanto ela como o homem são responsáveis pela construção da sociedade, que é uma tarefa que tem que ser levada a cabo conjuntamente. As mulheres, ao gastarem as energias em lutas pessoais, esquecem-se de que no fundo existe o problema da luta de classes. Ou se está com os oprimidos, que lutam por justiça social, ou a transformação da sociedade não será possível».

E mais à frente:

«Não sei como se pode afirmar que as mulheres das classes ricas são solidárias e se identificam com a camponesa e a operária, que sofrem, quotidianamente, os resultados de uma ordem injusta. Mesmo quando a mulher burguesa se sente oprimida em relação ao marido, a sua situação não pode ser vista em termos de igualdade com a das trabalhadoras exploradas. A burguesa não sofre directamente a problemática das classes oprimidas, não vê o problema da mulher em termos globais».

GLOBALIZAR UMA SITUAÇÃO

Chegámos assim a um ponto decisivo da luta da mulher pela sua libertação. Acontece que é entre representantes dos estratos da burguesia que o problema da autonomia se põe em termos mais radicais e em que as formas de luta assumem aspectos que perdem de vista o conjunto da sociedade, constituindo-se pequenos grupos longe das massas trabalhadoras. Em muitos casos, põe-se a carroça à frente dos bois e contesta-se o acidental em vez do essencial. Apesar de muitas vezes ter enveredado por caminhos errados, a luta feminista é uma realidade à espera de críticas de esquerda, porque de chavões, estamos todos cheios. Maria Amorim vê o problema da seguinte maneira:

«Os movimentos feministas que encontramos na Europa, não são muito influenciados pelos movimentos anglo-saxónicos, sobretudo pela organização americana. Dentro desta observamos várias correntes, que vão do conservantismo de Betty Friedan ao radicalismo dos movimentos separatistas. Para compreender o fenómeno, é preciso não esquecer que a sociedade americana é altamente estratificada, competitiva e agressiva, e que para sobreviver tem necessidade de manter uma árvore de pá: «o santo lar». O marido, depois de ter despendido as suas energias na máquina voraz da

produção, precisa de encontrar um lugar de repouso. Por esta razão, protege uma esposa completamente separada da realidade social.

O sentimento de frustração não pode deixar de se fazer sentir pelo facto de a mulher estar à margem de tudo quanto se planeia, decide e executa. A americana vive continuamente por procuração. Ela é em função daquilo que o marido for. Quando nos apresentam uma senhora e lhe perguntamos em que é que trabalha, ela apressa-se a dizer que o marido é isto e aquilo... Esta situação levou a uma radicalização: à não compreensão da mulher como ser humano dentro de uma sociedade opressiva».

Ainda relacionado com o assunto, recordamos o ano que acaba de findar com a designação de «Ano Internacional da Mulher». Que significado lhe atribuiu Maria Amorim?

«Esta designação para o ano que acabou revela a má consciência masculina e o sentimento de frustração da mulher. Ambos coincidiram e assim surgiu o «Ano Internacional da Mulher».

É curioso notar a enorme quantidade de países que apresentam estatísticas em relação

às mulheres que desempenham profissões liberais. São raros, porém, os que fornecem dados sobre o analfabetismo, os trabalhos pesados, o sofrimento das que são obrigadas a viverem longe dos maridos e filhos. Com o programa da década de participação da mulher na sociedade vamos ter ocasião de verificar quais os países que criaram condições para uma participação e libertação da mulher. Por outro lado, é necessário ter em conta que as grandes realizações de carácter elitista interessam sobretudo às mulheres que apreciam o mundanismo e que utilizam o saber como arma de promoção e valorização. Não se pode contar com estas mulheres para uma acção de solidariedade».

Sobre a sua nomeação para embaixadora Maria Amorim declarou que ela corresponde a um momento histórico e que portanto a exerce com espírito de militância. Neste sentido, e como toda a função, espera que o cargo seja temporário, porque funções para a vida «não acredito nelas nem sequer tenho vocação para isso» — acrescentou.

A representante do povo de S. Tomé e Príncipe veio para Portugal quando tinha dezasse

sete anos, tendo aqui permanecido por um período de quase cinco. Depois, prosseguiu os estudos na Suíça, primeiro trabalhando com crianças psicopatas e mais tarde concluindo o curso em Ciências Sociais. Os conhecimentos adquiridos valeram-lhe um convite para trabalhar na Organização Internacional de Protecção à Infância, como consultora e coordenadora da especialidade em África e na Ásia.

Teve assim oportunidade de entrar em contacto com a realidade do Vietname do Norte, Togo, Alto Volta, Gabão, Nigéria, Tanzânia e Moçambique, onde chegou a fazer sondagens. A partir dos contactos feitos e da experiência pessoal, como encara o problema do racismo?

«Um dos problemas mais dolorosos dentro de uma sociedade colonial é o sentimento de privilégio rácico. A sociedade, neste caso, apresenta-se como uma pirâmide na base da qual estão os negros e mestiços. Viver num país onde esta pirâmide é uma referência para tudo origina um sentimento de revolta entre os oprimidos que por si só conduz à destruição do sistema. Foi concebida dentro deste sentimento de morte da identidade cultural de um

povo. A maneira como os nossos irmãos da Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique eram tratados nas roças foi decisiva para as minhas opções futuras».

PROCEDER A UM RECENSEAMENTO

Concretamente em relação à mulher que pensa fazer o Governo de S. Tomé e Príncipe?

«No continente africano as mulheres foram exploradas pelo sistema colonialista, tal como os homens. Neste momento um dos problemas essenciais que se põem em relação à mulher consiste em dar-lhes uma consciência política e uma participação real na vida do país para que ela se liberte do servilismo, o que nunca seria possível num contexto burguês. Assim, tentar-se-á corrigir uma divisão de trabalho falhada na sua essência. A mulher preserva a sua dignidade total na medida em que se identifica com a liberdade do seu país. A emancipação política, social, económica e cultural de um povo está estreitamente ligada à promoção da mulher. Depois da independência criou-se a Organização da Mulher de S. Tomé e

Entrevista de Helena Balsa

Príncipe, que está a levar a cabo um trabalho de emancipação política da mulher no qual estou profundamente interessada. Contudo, é necessário evitar a tendência emancipalista face ao homem sempre que isso implique a perda de uma visão global do problema. Mesmo dentro da relação privilegiada do homem face à mulher, verifica-se sempre um reflexo de carácter social».

Como encara o Governo o problema da criação de equipamentos, caso concreto das creches, que ajudem a mulher a libertar-se da escravidão doméstica? Por outro lado, há já alguma coisa de concreto relativamente ao planeamento familiar?

«O problema das creches deve ser visto sempre em função da produção. Dois anos antes da independência criaram-se nas roças creches para os filhos dos trabalhadores. Hoje a intenção do Governo é adaptar essas creches a uma estruturação necessária ao trabalho das mulheres, numa perspectiva socialista. Quem tenha visitado uma roça em S. Tomé e Príncipe apercebeu-se das condições sub-humanas em que se encontravam as habitações dos trabalhadores. A população, sempre que podia, fugia a tudo, o que cheirasse a contrato, e por isso o actual número de sessenta ou setenta mil habitantes não corresponde à realidade. Uma das preocupações do Governo é proceder a um recenseamento que seja significativo. Quanto ao problema do planeamento familiar, não é de momento uma preocupação primordial, mas será considerada a melhor solução para resolver esta questão».

INVENTÁRIO CULTURAL

Falando com o actual ministro da Cultura de S. Tomé e Príncipe, a poetisa Alda Espírito Santo, a jornalista recorda que um dos problemas que mais a preocupavam era o levantamento da história e cultura do seu povo, esmagadas nos valores essenciais pelo colonialismo. Em que fase se encontra este ressurgimento? Como desmitificar, por outro lado, os mitos que os europeus constroem relativamente à cultura africana?

«Como se diz que os ocidentais estão a perder a sua alma, há uma nostalgia, um sentimento saudosista em relação à alma pura africana». A África representa no subconsciente europeu alguns dos fantasmas mais arcaicos: personificação da Paz ou encarnação de um poder sexual ascendente. Como se realmente a África fosse um continente de paz!



«Tanto a mulher como o homem são responsáveis pela construção do seu país»



«Temos que pensar a mulher como ser humano dentro de uma sociedade opressiva»

Foi-o, certamente, para os que a iam explorar. Para os condenados da terra ela foi um continente de irrepeito, luta, sofrimento e inferno. Como muitas das tradições do nosso povo foram destruídas pelo colonizador, é necessário criar um processo de levantamento. Vai proceder-se a um inventário da cultura que foi esquecida pelos nativos. Não só a cultura foi esmagada, mas a própria existência do sujeito. O trabalho de recriar as fontes da nossa cultura é muito lento. Estas fontes são fundamentais para um povo que precisa de conhecer a sua história.

Neste sentido, as tradições inventariadas dentro de uma cultura esquecida que se revelarem válidas serão anexadas e adaptadas às novas condições de vida. Mas se notarmos nelas comportamentos ou atitudes que denotem opressão, nomeadamente no que se refere à mulher, saberemos combatê-las. Numa cultura comunitária, o homem, a mulher, as crianças e os velhos têm papéis bem repartidos dentro da globalidade que representa a vida colectiva».

REVOLUCIONAR AS MENTALIDADES

Chegámos, assim, naturalmente, ao problema da necessidade de transformar os velhos conceitos que deicaram raízes, por vezes profundas, nas populações. Quer a mulher, quer o homem, necessitam de novos valores que correspondam a uma acção revolucionária capaz de transformar o nosso quotidiano alienado. Pedimos a Maria Amorim que enumerasse alguns dos preconceitos que continuam a viciar as relações humanas, nomeadamente a relação homem-mulher.

«É de facto fundamental o problema da transformação das mentalidades, da criação de uma nova maneira de estar no mundo. Intellectualmente, teoricamente, muitos homens estão sensibilizados para o problema da opressão da mulher dentro de uma dada instituição. Porém, na prática há dificuldade em dar o passo, em assumir a solidariedade, em destruir as raízes dessa opressão. Assim, acho que o grande trabalho das mulheres consiste em globalizar o problema da sua própria opressão levando os homens a compreender que é necessário repensar a relação entre ambos dentro de um espírito de autonomia, para que cada um dos interlocutores se sinta realizado.

Tal como a situação se apresenta hoje, muitas mulheres existem por procuração. Esta existência, é dada pelo certificado do casamento. A partir

do momento em que a mulher se transforma na «senhora de tal» sente que é alguém, não em função de si própria, mas de outrem que lhe formou a personalidade, lhe deu um estatuto e orientou a sua formação intelectual.

ELIMINAR A CULPABILIDADE

O sentimento de culpabilidade que se lança a cada passo sobre a mulher parece ser um dos maiores obstáculos à transformação das mentalidades como preconiza. Eis a opinião da diplomata:

«Esse sentimento manifesta-se em vários domínios. Assim, por exemplo, numa sociedade muito tradicional em que a mãe é o pilar da família, tenta-se por todos os meios que ela continue amarrada ao seu papel tradicional. Um dos preconceitos a este respeito consiste em dizer que a sua ausência física durante algumas horas é prejudicial ao desenvolvimento afectivo, equilíbrio da criança. Na verdade, a responsabilidade reside na ausência de infra-estruturas. Estes não serão suficientes se o sentimento de culpa não for destruído.

A mulher ocidental mãe de família, vive dividida entre o sentimento de culpa e o desejo de contribuir para o desenvolvimento do seu país. A realização profissional da mulher não deve ser resolvida a nível individual. Trata-se de um problema social e colectivo. O papel que a mulher desempenha, insere-se no desenvolvimento da sociedade em que vive à qual compete tomar medidas para que seja facilitado o desempenho da sua carreira profissional.

A situação põe-se de modo diferente, nos jovens países africanos em que a mulher e o homem combateram juntos. Somos obrigados a criar condições para que a mulher, ainda que casada e com filhos, não seja privada das funções que tem a desempenhar.

Outro problema muito grave que paralisa as mulheres, reduzindo-as a uma espécie de hibernação, é a questão da separação. Gostava de compreender o meandro mais profundo deste drama. Trata-se de uma questão saltantemente sentimental ou estamos perante o problema da sobrevivência? Para um ser que sempre viveu a sua personalidade por procuração, quando a estaca desaparece da sua órbita, ergue-se o vazio, a não existência e põe-se o problema: «como construir a minha vida a partir da não existência, em relação à qual eu não tinha, até agora, consciência?»

A LUTA VAI PROSSEGUIR EM ANGOLA

CIMEIRA DA O.U.A. ACABA NO IMPASSE

Em despachos de Adis-Abeba as agências internacionais anunciaram esta manhã que a cimeira extraordinária da O.U.A. terminara, pouco antes das 6 horas de hoje, sem que os 46 Estados membros tivessem conseguido chegar a acordo sobre a crise angolana. As primeiras reacções surgiram das partes em confronto no terreno — o M.P.L.A. e os seus rivais — pró-imperialistas, U.N.I.T.A. e F.N.L.A. — ao anunciarem que tencionavam prosseguir a luta.

A notícia do impasse foi transmitida aos jornalistas presentes no local da reunião através de um lacónico comunicado lido pelo porta-voz oficial da O.U.A., Peter Onu, o qual é do seguinte teor: «Após estudar cuidadosamente o problema angolano, de 10 a 13 de Janeiro de 1976, a assembleia de chefes de Estado e de Governo decidiu adiar a cimeira e pedir à Comissão da 12.ª Conferência ao mais alto nível para continuar a seguir ativamente a crise angolana». Após tornar público este comunicado, Peter Onu retirou-se imediatamente, recusando responder a qualquer pergunta dos jornalistas.

Segundo declarações breves de alguns dos representantes africanos presentes, é possível que os 22 Estados africanos, que patrocinaram uma proposta de raiz norte-americana prevendo a formação, em Angola, de um Governo de Unidade Nacional, tenham agora uma manobra tendente a levar o problema para a O.N.U. Esta hipótese foi sugerida aos jornalistas pelo vice-presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, depois de manifestar a opinião de que será inútil que a O.U.A. continue a discutir o caso angolano.

Ontem à noite, após a realização da segunda sessão de trabalhos, face a uma proposta de compromisso apresentada pelo presidente da O.U.A., Idi Amin, as delegações presentes anuíram em efectuar uma sessão extra, altas horas da noite, numa derradeira tentativa para quebrar o impasse a que havia conduzido a divisão da assembleia em 22 votos pró-M.P.L.A. contra 22 anti, com dois Estados membros indecisos. A proposta de Idi Amin, dividida em 7 pontos, constituía um esboço de «plano de paz», prevendo o estabelecimento do cessar-fogo entre todas as partes, a condenação da agressão sul-africana e o abandono do país por todos os estrangeiros envolvidos no conflito. Previa ainda a constituição de uma comissão de «seis homens sábios», possivelmente chefes de Estado, encarregada de prosseguir o exame detalhado da situação. Esta proposta do presidente ugandês apresentava, contudo, mais pontos de conciliação com o grupo que se opunha ao reconhecimento do M.P.L.A. e à admissão da República Popular de Angola na O.U.A. que com o grupo contrário, residindo aqui a impossibilidade de ser aprovada.

Remetendo agora o problema para a Comissão da 12.ª Conferência, a mesma que antes da independência de Angola, em 11 de Novembro, fracassou nas tentativas realizadas para encontrar uma solução para o caso, esta cimeira apenas prolonga o impasse diplomático, enquanto cria con-

dições para um agravamento dos confrontos militares. A solução apontada pelo Quênia, passando pela transferência da questão para a esfera da O.N.U., também nada resolve, dimensionando apenas o confronto registado entre Estados africanos numa óptica mundial.

A partir de agora, é de esperar que os países africanos mais próximos do M.P.L.A. enveredem por novas vias de auxílio à República Popular de Angola, as quais apontam para o envolvimento militar. Ofertas neste sentido haviam sido anteriormente formuladas pelo Congo, Guiné-Conakri, Nigéria e Guiné-Bissau, não sendo de todo de excluir que um auxílio deste tipo venha a ser também perflado por Moçambique.

Neste momento, independentemente dos resultados nulos desta cimeira, a posição é nitidamente favorável ao M.P.L.A., especialmente no terreno de luta onde, nas últimas 24 horas, infligiu nova derrota aos mercenários da F.N.L.A. e às tropas regulares zairenses conquistando o porto estratégico de Ambriz, com o que consolidou o seu domínio sobre toda a província de Luanda e alargou a sua área de influência no norte.

LOPO DO NASCIMENTO A LUTA CONTINUA

ADIS-ABEBA, 13 — O primeiro-ministro do Governo da República Popular de Angola, proclamada pelo M.P.L.A., Lopo do Nascimento, sublinhou, numa conferência de imprensa, em que foram apresentados aos jornalistas três soldados sul-africanos e dois soldados portugueses feitos prisioneiros

em Angola, que o seu movimento «está decidido a lutar pela libertação de Angola e do Continente, quer a O.U.A. o admita ou não».

Lopo do Nascimento, numa declaração feita antes desta conferência de imprensa, tinha criticado «a agressão económica» dos Estados Unidos em Angola e acentuado que o M.P.L.A. combate a agressão em duas frentes, contra a África do Sul, na parte meridional do país, contra o Zaire, no norte. O primeiro-ministro da R.P.A. sublinhou ainda que o M.P.L.A. tomou uma posição clara ao combater directamente a agressão sul-africana e pediu à O.U.A. que enfrente as suas responsabilidades tomando uma posição «igualmente clara» para com a África do Sul.

Os prisioneiros, exibidos durante a conferência, que têm de 18 a 23 anos, foram capturados no terreno do M.P.L.A. desde Setembro do ano findo, segundo o comissário político que os acompanhava. De acordo com as suas declarações, os dois portugueses combatiam nas fileiras da F.N.L.A. e os sul-africanos nas da U.N.I.T.A. O comissário frisou que poderiam ter sido apresentados em Adis-Abeba «muitos outros prisioneiros», incluindo zairenses, mas que o M.P.L.A. renunciara a fazê-lo «por respeito» pelos chefes de Estado da O.U.A.

CONTRA A INTERVENÇÃO AMERICANA

LOS ANGELES, (Califórnia), 13 (F.P.) — O senador democrata do Minnesota, Hubert Humphrey, pronunciou-se a fa-

vor de uma suspensão do envolvimento americano em Angola, sem exigência de reciprocidade por parte da U.R.S.S.

«A manutenção do auxílio americano aos adversários do Movimento Popular de Libertação de Angola — provoca um aumento do auxílio soviético a esse movimento», declarou o senador num discurso pronunciado na Universidade da Califórnia do Sul. «Aumenta os riscos de uma confrontação entre superpotências e diminui as hipóteses de um acordo pacífico para o conflito angolano», acrescentou.

Humphrey disse ainda que a F.N.L.A. e a U.N.I.T.A., dois movimentos «de que quase não sabemos nada», tinham «muito poucas hipóteses de obterem uma vitória militar».

CUBA COM O M.P.L.A.

WASHINGTON, 13 — (F.P.) — Numa entrevista inserida no «New York Times», Carlos Rafael Rodríguez, vice-primeiro-ministro cubano, afirmou que o seu país continuará a prestar auxílio militar ao M.P.L.A. independentemente das decisões da O.U.A.

«Cuba», precisou Rodríguez nesta entrevista concedida no domingo em Havana a vários jornalistas americanos, «só retirará as suas tropas a pedido de Agostinho Neto».

O vice-primeiro-ministro cubano revelou que o empenhamento cubano em Angola começou no final da Primavera passada com o envio de 230 conselheiros, a pedido do M.P.L.A.

Foram em seguida enviados reforços, depois da intervenção armada da África do Sul, que se iniciou em 23 de Outubro.

ARMAS AMERICANAS CONTRA A FRETILIN

Armas de fabrico americano estão a ser usadas, neste momento, para chacinar pessoas em Timor Oriental.

A afirmação é de José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática e Popular de Timor.

O dirigente da FRETILIN acaba de pedir aos Estados Unidos que revejam urgentemente a sua política de armamento para com a Indonésia: «Os Estados Unidos podem desempenhar um papel muito positivo neste conflito reconhecendo o seu auxílio militar à Indonésia. Se os EUA reduzirem o auxílio militar, isso afectará numerosos dirigentes indonésios. Tomariam muito a sério os conselhos americanos».

Segundo Ramos Horta, desde que eclodiu a guerra em Timor foram capturadas muitas armas de fabrico americano: cerca de 800 metralhadoras e pistolas metralhadoras, 27 morteiros de 80 milímetros, 70 bazucas e grande quantidade de munições. «Creio que os Estados Unidos não têm a intenção de ver as suas armas utilizadas contra pessoas inocentes» — ponderou o ministro.

Entretanto, aguarda-se a chegada, na próxima quinta-feira, a Timor Leste, de um enviado das Nações Unidas, Vittorio Winspeare Guicciardi. O enviado da ONU terá por missão fazer um estudo local da situação, pedido pelo Conselho de Segurança, que preconiza a retirada imediata das forças indonésias do território.

Por outro lado, e enquanto

o ministro indonésio declara, em Djakarta, ser urgente que o governo provisório de Timor Leste (Pró-indonésio) promova este ano um referendo sobre a autodeterminação do território, o chefe daquele governo tenta fazer crer que um referendo seria inútil, já que «é evidente o empenho de toda a população na ligação do território à Indonésia».

O.N.U. AJUDA RETORNADOS

«O meu departamento está a envidar todos os esforços a fim de mobilizar e coordenar o auxílio destinado aos retornados das ex-colónias portuguesas», afirmou à Anop, Faruk Berkol, subsecretário-geral das Nações Unidas e responsável pelo departamento da O. N. U. coordenador de socorros em caso de catástrofe (Undro).

Faruk Berkol deslocou-se a Portugal, segundo afirmou, para «saber qual a espécie de auxílio que necessitam e comunicá-lo depois aos respectivos departamentos das Nações Unidas, aos Governos membros da O. N. U., a várias asso-

ciações de caridade e, como é óbvio, à Cruz Vermelha Internacional, com a qual temos tido muito boas relações em Genebra».

O subsecretário-geral da O. N. U. afirmou ainda à Anop que os contactos que vem realizando com as autoridades portuguesas sobre os problemas dos retornados das ex-colónias não são os primeiros que têm sido mantidos, já que no passado mês de Outubro se tinha deslocado a Portugal um seu representante pessoal o sr. Balcazar, que assegurou a ligação entre o Governo português e a «United Nations Disaster Relief Office».

Estrangeiro
Espanha

Os caminhos da Democracia

Isidoro Moreno Navarro é professor de Antropologia na Universidade de Sevilha. Realizou investigações antropológicas em Espanha, especialmente na Andaluzia. Autor de vários livros e artigos da sua especialidade é também colaborador de diários e revistas políticas espanholas. É ainda co-autor do livro «Apostando na democracia», que recolhe uma selecção dos artigos que publi-

cou num diário sevilhano, até à altura em que este foi suspenso por causa de um artigo intitulado «Tudo proibido». Destacado membro da oposição democrática do seu país, o dr. Moreno Navarro quando recentemente esteve em Portugal deu-nos o depoimento que a seguir publicamos, sobre a situação político-social da Espanha pós-franquista. A morte de Franco foi um

acontecimento de enorme importância para a Espanha, embora não tenha significado automaticamente o desaparecimento da ditadura. Juan Carlos representa a continuidade do regime e foi imposto como rei pela exclusiva vontade de Francisco Franco. Não possui nenhuma legitimidade democrática, nem sequer legiti-

I. MORENO NAVARRO

midade dinástica, se é que hoje ainda se pode aceitar uma «legitimidade» deste tipo. O rei jurou defender os «Princípios fundamentais do movimento», as instituições franquistas, e o I Governo que formou é totalmente constituído por franquistas, por pessoas que reiteradamente declararam a sua fidelidade ao regime. Dentro deste existem actualmente conflitos importantes entre as diversas facções, que tentam ganhar a herança de Franco. Mas no fundamental estão todas unidas: conseguir manter o essencial do regime. As únicas divergências residem na forma concreta de o conseguir: enquanto uns se recusam a mudar o mais pequeno pormenor, com medo que isso precipite uma mudança real, outros defendem a necessidade de pequenas mudanças em aspectos secundários, para que, no essencial, tudo fique na mesma.

São divergências importantes na tática a seguir, mas não nos objectivos a prosseguir. Por isso, não fazem análises correctas aqueles que creem que, apoiando os segundos, os «aberturistas», contra os primeiros, os «ultras», se pode conseguir uma democracia em Espanha.

O REGIME
«DIFERENTE»

As dificuldades internas do regime, a sua necessidade de se apresentar «diferente» perante a Europa fez com que, a partir do interior do próprio regime, se haja pedido uma trégua às forças democráticas, a troco de uma declaração pouco concreta de intenções. É que, sem esta trégua é muito difícil que o regime possa superar a sua actual crise.

Se a oposição democrática se une e avança decididamente, pode estar muito próximo o restabelecimento das liberdades políticas em Espanha. Se não actua desta forma, a actual situação pode manter-se, apesar de tudo, ainda durante muito tempo.

A monarquia de Juan Carlos representa para Espanha e para o franquismo aquilo que a época de Caetano representou para Portugal e para o salazarismo: uma tentativa, condenada ao fracasso, de perpetuar o regime, através da apresentação de uma cara «lavada», reformista. Regimes como aquele que Portugal sofreu durante meio século e como aquele que ainda subjuga a Espanha, não podem nunca evoluir para uma verdadeira democracia.

Para se atingir esta, precisa-se de uma ruptura que, se aqui se conseguiu com as Forças Armadas, no meu país somente se poderá alcançar com uma ampla mobilização de massas.

Em Espanha os partidos políticos na ilegalidade estão muito mais organizados e mais amplamente implantados do que o estavam aqueles que actuavam em Portugal, antes do 25 de Abril. E o sindicato operário clandestino mais importante, as «Comisiones Obreras» é muitíssimo forte, a ponto dos seus membros serem eleitos, por grande maioria, para postos representativos, ao nível de base, dos próprios sindicatos oficiais.

A crise económica, que se estende hoje por todo o mundo capitalista, fez crescer espectacularmente o desemprego e repercutiu-se na baixa do



Moreno Navarro: «A monarquia de Juan Carlos representa para a Espanha e para o franquismo aquilo que a época de Caetano representou para Portugal e para o salazarismo: uma tentativa, condenada ao fracasso, de perpetuar o regime...»

poder de compra dos trabalhadores e, inclusivamente, em sectores da classe média que se colocam, de forma crescente, em oposição ao regime.

A alta dos preços, a inflação e as medidas governamentais de congelamento dos salários, fazem com que sejam de novo as camadas populares a suportar os efeitos da crise, que em Espanha tem características mais graves do que nos outros países capitalistas devido ao seu regime político.

A OPOSIÇÃO

A oposição ao regime encontra-se agrupada fundamentalmente na Junta Democrática de Espanha (onde se integra o Partido Socialista Popular, de Tierno Galván; o Partido Comunista, de Carrillo; o Partido do Trabalho; marxista-leninista, e vários outros partidos e grupos políticos de alcance regional, juntamente com personalidades democráticas e organizações de massa, como as próprias Comisiones Obreras) e a Plataforma de Convergência (em volta da Democracia Cristã e do P.S.O.E., onde se integram também os carlistas e pequenos partidos social-democratas e «esquerdistas»). Além disso também actua diversas organizações unitárias nacionais da Catalunha, Euskadi e da Galiza.

As diferenças fundamentais entre a Junta e a Convergência centram-se na questão do Governo Provisório e na estratégia para se conseguir a ruptura democrática. A Junta insiste em que, no momento de rutura, se deve constituir um Governo Provisório de coligação democrática, sem exclusões, para garantir o exercício das liberdades políticas sem restrições e preservar o livre desenvolvimento de um período constituinte que desembogue em eleições livres. Nem a Democracia Cristã nem o P.S.O.E. subscrevem esta necessidade, o que dá bases para se suspeitar que consideram possível uma democratização gradual. Esta conclusão não é gratuita e reforça-se pela recusa de ambos os partidos em apoiar o recente apelo da Junta Democrática, também subscrito por outros partidos da Convergência, como o Partido Social-Democrata, o Movimento Comunista Espanhol e o Partido Carlista, apelo feito no sentido de se realizarem amplas movimentações de massas contra a monarquia e a favor das liberdades democráticas e da amnistia.

A AMNISTIA

Estas mobilizações foram muito importantes em muitas cidades. Em Madrid, por exem-

plo, entraram em greve de 80.000 operários da construção civil e 50.000 metalúrgicos, para além de amplas acções de massa de outros sectores operários e profissionais, depois do apelo do Partido do Trabalho, já que, neste caso, a Junta da capital não concretizou a decisão da Junta central.

As forças democráticas desejam uma ruptura do regime da forma mais pacífica possível, se bem que isto dependa não só delas como também do tipo de reacção das forças repressivas do regime, que ainda hoje praticam os métodos usados em vida de Franco.

A condenação do terrorismo individualista tipo FRAP é unânime na oposição democrática, ainda que se considere que este é fruto da falta de liberdade. Por outro lado, e apesar da repercussão que as suas acções têm no estrangeiro, a FRAP, não tem nenhuma implantação de massas e representa uma resposta individualista pequeno-burguesa radical ao regime, resposta essa que de maneira nenhuma se pode considerar marxista-leninista, como os seus membros pretendem.

Fruto das recentes mobilizações populares, acaba também de se constituir um Comité de Coordenação entre a Junta e a Convergência, graças, principalmente à pressão da base sobre as direcções dos partidos menos dispostos a uma unidade real. Este Comité constitui um novo passo em frente no caminho para a conquista da democracia.

Apesar do apoio de Juan Carlos, por parte do grande capital internacional, do imperialismo americano e de sectores da direita europeia instalados nos Governos de vários países, em Espanha é cada vez mais difícil a manutenção de um regime que nega as liberdades e não corresponde às condições objectivas do país. Com respeito ao futuro próximo, o papel determinante é já da oposição e não do regime, como sucedia até tempos ainda recentes.

Se os partidos mais hesitantes se unem na acção aos que defendem a imediata mobilização geral, a Espanha poderá, rapidamente ser uma democracia. Se isso não suceder, as forças operárias e populares precorrerão sozinhas o caminho e, ainda que com maiores sacrifícios, a liberdade será restabelecida em Espanha. E com ela abrir-se-á uma esperançosa etapa com novas possibilidades de se construir o socialismo. Será então necessária uma estreita colaboração entre os povos de Espanha e de Portugal, num caminho que será comum.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO COMÉRCIO
DO DISTRITO DE LISBOA

O NOSSO CONTRATO E O CONGELAMENTO
DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Os Trabalhadores do Comércio são dos mais afectados pelas medidas de austeridade.

NÃO AO CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO!
NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

A situação das classes trabalhadoras agrava-se dia a dia. Contrariando o optimismo de que os nossos governantes fazem gala, os salários cada vez valem menos em termos de poder de compra.

Somos hoje mais pobres que ontem e por este caminho seremos amanhã mais. Pretende-se resolver a crise económica através de um plano de austeridade. Plano que garante medidas contra os trabalhadores e simultaneamente «AMPARA» o CAPITAL possibilitando a criação de terrenos, propícios ao investimento. Plano que, em última análise, visa afastar os trabalhadores duma perspectiva progressista para os isolar.

Não é por acaso que antecedendo as primeiras medidas, em 20 de Novembro de 1975, na cidade do Porto se reuniram os patrões do COMÉRCIO RETALHISTA a nível nacional e dias depois o Congresso da C.I.P. (Confederação da Indústria Portuguesa), já bem conhecida por todos os trabalhadores.

Ao congelar-se a CONTRATAÇÃO COLECTIVA e simultaneamente proceder-se ao aumento desenfreado do preço dos bens mais essenciais, está-se a tentar que sejam os trabalhadores a pagar a crise económica que os próprios capitalistas geraram quando boicotando as empresas, desinvestindo ou exportando ilegalmente divisas, puseram em risco uma economia muito débil e tráfam os interesses de milhões de Portugueses.

Encapotados de democráticos que pretendem agora estes senhores?

Grossas indemnizações que a exploração dos trabalhadores faculta e que a feição conciliatória do actual Governo convida inteiramente, aproveitar ainda o parque de desempregados para uma selecção nos seus aspectos mais competitivos e desumanos e aumentar descaradamente os preços para garantir lucros rápidos e fáceis.

OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO SÃO DOS MAIS ATINGIDOS COM TODA ESTA SITUAÇÃO.

O CCT Retalhista que abrange dezenas de milhares de trabalhadores e suas famílias, denunciado há já alguns meses, está congelado e mesmo a sua discussão é vetada pelo patronato com base na famigerada Lei do Conselho da Revolução.

Mais do que nunca SÓ A UNIDADE DOS TRABALHADORES de todos os ramos de actividade pode impedir o avolumar de medidas do pouco poder de compra de que ainda dispõem.

Há que dar a resposta que a gravidade dos acontecimentos justificar.

Apoiados pela sua Direcção, os Trabalhadores do Comércio estarão ao lado de todos os que se batem pela abolição imediata das medidas de congelamento da Contratação e pelo abaixamento do custo de vida.

Os Trabalhadores do Comércio são dos mais afectados pelas medidas de austeridade.

NÃO AO CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO!
NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
A LUTA CONTINUA

COMISSÃO DE LUTA
GRUPO DE CONTRATAÇÃO

REUNIÃO DE SÓCIOS DO SECTOR RETALHISTA
QUARTA-FEIRA, DIA 14-1-76, ÀS 21,30 HORAS
NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

"Janeiro quentíssimo" sob pressão dos trabalhadores na capital espanhola

MADRID, 13 — Milhares de trabalhadores de Madrid e de outras cidades espanholas manifestaram-se ontem pedindo melhores salários e condições de trabalho e liberdade.

Outros fizeram greve ou paralisaram os serviços como apoio às reivindicações da classe operária espanhola, que progressivamente está pressionando para que sejam atendidas as suas petições. A greve afectou, só em Madrid, mais de cem mil trabalhadores.

Como represália e pressão, as principais fábricas do sector do metal de Madrid fecharam por determinação das empresas e centenas de operários estão sancionados com a perda de emprego e salário.

Centenas de polícias actuaram ontem com violência na Universidade, em alguns bairros operários, como Getafe e Vilaverde, e no centro da cidade, onde sobretudo à última hora da tarde se verificaram numerosos incidentes, corria, muitas bombas de fumo, algumas cargas, quando milhares de pessoas queriam manifestar-se pacificamente em frente ao Ministério da Fazenda, junto da Puerta del Sol, pedindo a demissão do ministro, a revogação do decreto sobre medidas económicas conjunturais, que congelou os salários,

liberdade para os trabalhadores presos, reabertura das fábricas e levantamento das sanções. Foram presas várias pessoas, entre elas três membros de uma comissão de funcionários dos correios, um advogado, um dirigente sindical.

A jornada de ontem foi talvez a mais conflituosa de que existe memória nos últimos tempos, e a tensão cresce progressivamente.

Um «Janeiro quentíssimo» está a viver-se em Madrid, à medida que cresce a força de pressão dos trabalhadores.

Com motivação em reivindicações exclusivamente salariais e laborais, a situação está a tomar um carácter político, depois que todas as organizações políticas consideradas ilegais a apoiaram incondicionalmente.

«Nós, os trabalhadores em greve, estamos defendendo com a única arma que temos, o nosso direito a uma vida digna e a um salário justo e que nenhum companheiro seja por isso despedido, preso ou sancionado», afirma-se num documento que trabalhadores pretendiam entregar no Ministério da Fazenda.

O dia de ontem foi assinalado pela explosão de vários engenhos na linha do metro suburbano, que liga a Praça de

Espanha ao bairro de Carabanchel.

Não existem elementos para atribuí-lo à direita ou à esquerda na certeza de que, nas actuais circunstâncias, tanto podia ser obra de um sector como de outro.

Entretanto, dirigentes do Sindicato do Metal encerraram-se no respectivo sindicato, enquanto uma comissão tentava entrevistar-se com o ministro do Interior, Fraga Iribarne, pedindo a libertação imediata de todos os presos. Ao final da tarde, não havia conhecimento de que essa tentativa tivesse dado resultado.

Mas a luta parece progredir e havia indícios de que as próprias empresas estariam dispostas a tomar medidas mais repressivas e outras a associar-se àquelas que fecharam as portas.

Por parte dos trabalhadores parece que também existe a disposição de continuar a pressionar ainda mais, de modo que é imprevisível o grau de tensão a que isto vai chegar. O plenário da União de Trabalhadores e Técnicos e Metal, integrado nos sindicatos oficiais, convocou os trabalhadores de todo o sector de Madrid para fazerem todos os dias greve pelo menos entre as nove e as 10 horas da manhã.

Os conflitos são superiores aos de qualquer jornada de luta das que têm sido convocadas em Madrid e podem levar a consequências imprevisíveis de âmbito laboral e político.

RETIRADA DO SARA

MADRID, 13 (R.) — As últimas tropas espanholas partiram ontem do Sara Ocidental, deixando o território sob o controlo efectivo das forças armadas de Marrocos e da Mauritânia.

A agência noticiosa Cifra declarou que 600 homens da Legião Estrangeira espanhola partiram na manhã de ontem do porto de Villa Cisneros num navio, e dez oficiais chefiados pelo governador militar, general Federico Gomez de Salazar, partiram mais tarde num avião para Las Palmas, nas Ilhas Canárias.

A retirada pôs termo a mais de 90 anos de presença militar espanhola no território, que foi anexado pela Espanha em 1884.

A Cifra declarou que cerca de 600 militares mauritanos entraram no sábado em Villa Cisneros, e ocuparam ontem as instalações militares espanholas.



Farouk Kaddoumi, representante da Organização de Libertação da Palestina no debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas acerca do Médio Oriente. (Telefoto U.P.J.-Telimprensa)

Representação palestina no Conselho de Segurança

NAÇÕES UNIDAS, (nova Iorque), 13 — (ANOP e F.P.) — O Conselho de Segurança, por 11 votos contra 1 (Estados Unidos) e 3 abstenções (França, Grã-Bretanha e Itália), convidou a noite passada a OLP a participar nos seus debates com os mesmos direitos que um Estado membro da ONU.

O Conselho de Segurança iniciou às 22 e 10 (tempo de Lisboa) as suas deliberações a respeito da questão do Médio Oriente.

O Egipto cedeu o seu lugar ao representante da Organização de Libertação da Palestina, para que este fosse o primeiro a falar no debate.

O porta-voz da delegação egípcia declarou aos jornalistas que o representante egípcio Abdel Meguid, que estava inscrito como primeiro orador na sessão do Conselho de Segurança, acedeu de boa vontade ao pedido de Franuk Kaddoumi, chefe da delegação da O. L. P., por considerar muito natural que os palestinos tivessem prioridade no debate, uma vez que este deve ser consagrado muito particularmente à questão palestina.

No seu discurso, Kaddoumi disse que o Conselho de Segurança só tem uma solução: reconhecer os inalienáveis direitos nacionais do povo palestino e permitir-lhe a realização das suas aspirações nacionais.

Os Estados Unidos tentaram ontem bloquear a participação da Organização de Libertação da Palestina no debate, afirmando que um convite à OLP «criaria uma verdadeira caixa de Pandora de futuras dificuldades».

A acção do delegado norte-americano Daniel Moynihan não foi coroada de êxito já que um após outro os delegados se pronunciaram a favor de uma moção apresentada pelo presidente do conselho durante o mês de Janeiro, Salim A. Salim, da Tanzânia, na qual se pedia a concessão à OLP de direitos plenos no debate.

Israel boicotou a reunião devido à presença palestina.

Morreu Agatha Christie a "rainha do crime" na novela e no teatro

LONDRES, 13 — (FP, R e ANOP) — Agatha Christie, célebre autora de romances policiais, faleceu ontem na sua residência de Wallingford, próximo de Oxford. Tinha 85 anos.

Deste modo, «a rainha do crime» abandona-nos pouco depois do seu herói favorito, Hercule Poirot, cujas últimas aventuras tinham sido publicadas havia pouco tempo.

Nascida em Torquay, no Devonshire, em 15 de Setembro de 1890, era filha de pai americano e de mãe inglesa. Um escritor amigo da família, Eden Phillopotts, encorajou-a a escrever os mistérios que ela gostava de inventar desde muito jovem.

Arthur Conan Doyle, o criador do célebre detective Sherlock Holmes, foi o escritor onde se inspirou. Em 1914 Agatha casou com o coronel Archibald Christie, de quem teve uma filha e de quem se divorciou 14 anos depois. Em 1930 casou com um arqueólogo, «Sir» Max Mallowan, a quem acompanhou em várias expedições, sobretudo ao Médio Oriente, e com o qual trabalhou.

Agatha Christie provou que «o crime pode compensar»: na verdade, embora tenha escrito um livro de poemas (sob o nome de Mary Westmacott) e histórias para crianças (sob o nome de Agatha Christie Mallowan) foram os romances e as peças policiais que lhe deram fortuna, glória e altos galardões.

A sua receita para o crime

era invariavelmente o ambiente delicado de um lar inglês da classe média ou abastada, um assassinio e o inteligente desenrolar de uma teia de intriga. Nos seus primeiros livros, Agatha interessou-se pela questão do «quem matou?», depois a procura do «porquê?», fascinou-a. Em contrapartida, o problema do «como» nunca a preocupou. Sempre lhe repugnou descrever a violência. Os seus assassinos usavam mais o punhal ou o veneno do que o revólver.

Para além dos romances, Agatha escreveu peças de teatro. Com a sua obra teatral, «A Ratoeira», a famosa autora bateu todos os records de permanência em cena. Dois livros de Agtha Christie devem ser publicados a título póstumo: «A última aventura de Miss Marples» e a sua autobiografia.

Em sinal de luto, as luzes não foram acesas ontem à noite nas fachadas de dois teatros de Londres em que são representadas peças de Agtha Christie: St. Martin's (onde há 24 anos consecutivos se representa «A Ratoeira») e no «Savoy» (que recentemente estreou «Crime na Paróquia»).

A homenagem dos teatros londrinos a Agtha Christie será a derradeira do seu país a essa velha e linda senhora, avó distinta, que acima de tudo, prezava a sua privacy. Na verdade, nunca lhe foram negadas as honras. Em 1970, depois da publicação do seu 80.º livro, foi agraciada com o título de Dama do Império Britânico. Era, além disso, membro da Socie-



Agatha Christie, a mais célebre autora de romances policiais, criadora de figuras como Hercule Poirot e Miss Marple, faleceu na sua residência perto de Oxford com 85 anos.

dade Real de Literatura e detentora de um grau honorífico de Letras da Universidade de Exeter.

FALECIMENTO DO ESCRITOR JAPONÊS SEIICHI FUNABASHI

TÓQUIO, 13 — (ANOP) — Vitimado por um mal cardíaco, morreu hoje em Tóquio Seiichi Funabashi, conhecido romancista, autor teatral e entusiasta do desporto.

Durante meio século de actividade literária, Funabashi, que contava 71 anos, escreveu dezenas de «best-sellers» e peças populares e dedicou-se em profundidade à promoção da tradicional luta japonesa Sumo. Em 1967 foi admitido na academia de artes do Japão e foi alvo de várias citações honrosas pela sua contribuição para a cultura nipónica.

Caleidoscópico

■ BRUXELAS, 13 — (ANOP) — As autoridades da Islândia comunicaram aos seus aliados da N.A.T.O. que estão dispostas a abandonar a Aliança Atlântica e a romper relações com a Grã-Bretanha, caso este país não retire os seus navios de guerra das águas territoriais islandesas.

■ PARIS, 13 — (ANOP) — Foi anunciada ontem uma ligeira modificação no Governo francês, com substituição dos ministros da Cooperação e da Qualidade da Vida e de três secretários de Estado.

■ MOSCOVO, 13 — (R) — Autoridades comunistas recomendarão hoje conversações em Berlim Oriental destinadas a abrir caminho para uma há muito adiada conferência de partidos comunistas europeus — declararam fontes da Europa Oriental nesta cidade.

■ TÓQUIO, 13 — (R) — O primeiro-ministro Takeo Miki ignorou hoje advertências soviéticas contra relações mais estreitas entre o Japão e Pequim e afirmou que Tóquio diligenciaria no sentido de concluir o proposto tratado de paz e amizade com a China.

Miki afirmou que não poderia existir um tratado de paz com a U.R.S.S. senão depois de quatro ilhas no Norte do Pacífico, ocupadas pelos soviéticos, serem devolvidas aos japoneses. Os dois países nunca puseram formalmente termo ao seu conflito durante a Segunda Guerra Mundial.

Antes o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, afirmara numa conferência de imprensa, após uma visita de cinco dias ao Japão, que Tóquio e Pequim não deveriam estabelecer relações estreitas à custa da U.R.S.S.

Lista de agentes da C.I.A. em Paris

PARIS, 13 — (F.P.) — O jornal «Liberation» (esquerda radical) publica hoje uma lista de 32 agentes da C.I.A. identificados em Paris.

Esta lista «foi elaborada depois de um inquérito de várias semanas levado a efeito por uma equipa de jornalistas do «Liberation» utilizando um método aperfeiçoado por uma equipa de americanos enojados com as intervenções clandestinas do seu Governo através do mundo — escreve o jornal.

Segundo o matutino, «listas semelhantes foram publicadas no México, Londres, Lisboa, Estocolmo» e «dentro em breve a Imprensa italiana irá publicar uma lista de 45 nomes de es-

piões americanos passando por diplomatas em Roma». Faz também menção da revista «Conterspy», que no ano passado publicou os nomes da maioria dos chefes da rede da C.I.A. no Mundo.

«Não somos «chuis» e não desejamos a morte de ninguém», diz o articulista. «Mas isto mostra que o sentimentalismo unilateral dos homens que prepararam friamente o assassinio de Patrice Lumumba e a queda de Salvador Allende não é muito convincente».

O jornal dedica duas páginas a esse inquérito à «equipa parisiense da C.I.A.». O jornal divulga «a primeira lista de 32 nomes de oficiais da C.I.A.,

sendo alguns seguidos das suas moradas.

«Liberation» esclarece ainda que «os funcionários da C.I.A. estabelecidos na embaixada constituem o grosso das tropas dos serviços americanos de informação em Paris», acrescentando que eles não são os únicos espões dos E.U.A. Outros possuem coberturas mais discretas, geralmente em sociedades comerciais ou instituições diversas. São impossíveis de detectar de modo sistemático».

Por outro lado, dentro do âmbito do seu inquérito, o «Liberation» acusa a D.S.T. (Departamento da Segurança Territorial) a contra-espionagem granciosa) de efectuar escutas telefónicas ao jornal «em proveito dos americanos».

Espectáculos

Igor Oistrakh toca em Lisboa

O violinista soviético Igor Oistrakh participará em dois concertos no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, interpretando Mozart e Brahms. A sua primeira apresentação terá lugar amanhã, às 18 e 30, sob a direcção do maestro chileno Juan Pablo Izquierdo. Na sexta-feira, à mesma hora, Igor

Oistrakh dará um recital com o pianista Sequeira Costa. Do programa consta a interpretação do «Concerto n.º 3, em sol maior», de Mozart, e «Sonatas» de Mozart e Brahms. Igor Oistrakh ganhou o primeiro prémio do Concurso de Violino do Festival Mundial em

Budapeste, e foi também o primeiro classificado no Concurso Internacional Wieniawski, em Poznan. Filho do violinista David Oistrakh, falecido recentemente, fez muitas «tournées» com o pai, tendo tido referências críticas elogiosas na URSS, E. U. A., Japão e países da Europa Ocidental.

Carlos do Carmo é o 15.º em Haia



Carlos do Carmo está de mala aviada para a Holanda

Dezoito países já declararam que participariam no «Concurso da Canção da Eurovisão», que terá lugar em Haia, a 3 de Abril, anunciou a European Broadcasting Union (E.B.U.), em Genebra.

Os países que participam no concurso, que será transmitido em directo na maior parte dos Estados europeus, são, por ordem de apresentação: Grã-Bretanha, Suíça, Alemanha Ocidental, Israel, Luxemburgo, Bélgica, República da Irlanda, Holanda, Noruega, Grécia, Finlândia, Espanha, Itália, Áustria, Portugal, Mónaco, França e Jugoslávia.

A ordem de apresentação foi indicada por sorteio. A canção vencedora do ano passado foi «Ding-Ding-Dong», apresentada pela Holanda e interpretada pelo grupo «Teach-In».

Como se sabe, a apresentação da RTP é entregue a Carlos do Carmo, que interpretará uma composição escolhida por escrutínio popular. Os trechos candidatos terão de ser remetidos, até 18 do corrente, à Radiotelevisão Portuguesa.

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

As vezes é preciso defender um artista dos seus admiradores. Adorno, o profundo investigador das coisas de arte e da sociedade, que à música sempre reservou lugar tão importante, bem o exemplifica num dos seus artigos lapidários, intitulado precisamente: «Defesa de Bach contra os seus entusiastas». Aí, o autor da «Filosofia da Nova Música» insurge-se contra a recuperação ideológica que os consumidores de Bach — transformando este em mercadoria cultural — dele pretendem fazer, ao esvaziá-lo (a ele Bach ou à sua música) de conteúdo, ao transformá-lo em «compositor para festivais de órgão e celebrar em cidades barrocas bem conservadas». Essa recuperação ideológica passa pela tese de que Bach, em pleno século das luzes, representa um regresso ao espírito da polifonia medieval, à visão cósmica da teologia tomista. A sua música seria alheia à relação do artista com o estúdio histórico da consciência. Bach, contemporâneo dos enciclopedistas, morto apenas seis anos antes do nascimento de Mozart e vinte anos do nascimento de Beethoven, teria chamado a si a missão «histórica» de manter viva «a substância de algo que fora já dissolvido pelo espírito da época, como se a verdade de um fenómeno pudesse ser devida exclusivamente ao seu carácter retrógrado».

A música de Bach seria apenas a ordem. A ordem intemporal, que nascera fora das «paixões» da sua época, fora das ideias filosóficas e políticas que movimentaram os seus contemporâneos e prepararam as condições subjectivas para a eclosão próxima da Revolução Francesa e a instauração na música pela assunção do novo espírito racionalista, como se torna mais que evidente no *Cravo bem temperado* e na *Arte da Fuga*: seria antes, como denuncia Adorno, a ordem no sentido de *autoridade*, de entidade «ex-machina» que nos conserva sob protecção: «goza-se da ordem da música de Bach porque assim a gente pode submeter-se a uma ordem». Bach é assim degradado à função de compositor eclético, função contra a qual a sua música se rebelara. «Perdidos os seus heróis políticos — escreve Adorno — a reacção apodera-se plenamente daquele a quem baptizou desde há muito com o humilhante nome de *cantor da Igreja de São Tomás*».

O programa Bach que constituiu a primeira parte do último concerto da Orquestra Gulbenkian não era daqueles que mais imediatamente pudessem inculcar ao público essa atitude de *reaccionária*. Quer a *Suite n.º 3* para orquestra, quer a *cantata n.º 202*, sobre texto

Pensar a Música em vez de consumi-la

profano, facilitam uma leitura diferente da música de Bach e da sua «mensagem». Resta a questão de saber se a maioria do público que frequenta a Gulbenkian se assume, ou não, apenas como «consumidor» de mercadorias culturais. Nesse caso, pouco lhe importa em Bach, como em Beethoven ou em Bartok, mais do que o pretexto superficial (e alienatório, como hoje usa dizer-se) do passatempo requintado. Se assim for, não notará a riqueza humana que alimenta o conteúdo expressivo da música de Bach, nem alcançará todo o sentido progressista profundo — referido ao seu momento histórico e, como tal, permanentemente renovado até à actualidade — da síntese entre esse conteúdo e uma ordem racional que constitui um verdadeiro monumento à inteligência criadora do homem. De qualquer modo, onde os intérpretes — na ocasião, o soprano Carmen Bustamente, a Orquestra Gulbenkian e o maestro Juan-Pablo Izquierdo — mais contribuíram, pela qualidade da execução, para esta leitura mais rica, foi, sem dúvida, na cantata n.º 202. A segunda parte do concerto dilatou-se por mais duas obras — qualquer delas de importância central na produção do seu autor: Manuel de Falla. Também aqui poderia ser posta em relevo a oposição entre duas atitudes possíveis, agora face ao autor do *Retábulo de Mestre Pedro*: a dos que nele vêem apenas o representante musical de uma Espanha pitoresca (em termos quase turísticos); e a dos que estão abertos a compreender o sentido profundo da sua obra: *pensar a Espanha em música, em vez de a pintar* (palavra de Lopes Graça). Os primeiros, prontos a fazer de Manuel de Falla o cúmplice de uma Espanha mítica,

ao serviço da imagem exterior (e de exportação) que convém à ideologia da classe dominante, ou mesmo do seu actual Poder estabelecido. Os segundos, desportos para a problemática humana e social, para as raízes de uma cultura secular, para a Espanha real: a Espanha pensada, a Espanha de Lorca, a Espanha de Falla.

É neste sentido — de transcendência do pitoresco, de reflexão profunda — que deve interpretar-se o *Concerto de Cravo*, obra de pura meditação interior, que se revela pouco permeável ao público. O que surge aí é um espanholismo essencial, expresso numa linguagem de asceta.

Já no *Retábulo de Mestre Pedro* — sem dúvida a grande obra-prima de Manuel de Falla e uma das realizações cimeiras da grande música espanhola de todos os tempos — essa busca do espanholismo essencial, tornada extensiva (mas sem concessões a uma mentalidade «arqueológica») às propriedades da tradição musical ibérica, ganha uma expressão tão viva e prenhocada dramática que, hoje, já não requer qualquer esforço para suscitar a adesão do que se habituaram a ver em Falla sobretudo o autor do *Tricómio* e do *Amor Brujo*. A realização das duas obras atingiu um excelente nível, sendo de salientar a contribuição de Jorge Zulueta (cravo), do já referido soprano (que revelou uma grande versatilidade ao abordar tão bem Bach como Falla, sobretudo tendo em conta a especificidade do papel do «trujão») e dos cantores Alvaro Malta e Fernando Serafim (respectivamente em *D. Quixote* e *Mestre Pedro*). Também aqui a Orquestra Gulbenkian e a direcção do maestro Izquierdo alcançaram porventura maior eficácia.



Manuel de Falla retratado por Ignacio Zuloaga

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS
Às 20.30
e 22.45

Não aconselhável a menores de 18 anos

FORÇA, FORÇA,

CAMARADA ZÉ

O espectáculo mais discutido do momento constantemente interrompido com aplausos!



Salvador, em «A Batalha da Produção»

Salvador • Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:

Cidália Moreira

LOURDES LIMA * DANIEL GARCIA * ODETE ANTUNES * NELA DUARTE * IGOR SAMPAIO * AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AS DOMINGOS E FERIADOS «MATINEE» ÀS 16 HORAS Às 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

Hoje no Coliseu

Amália com todos

Um pequeno acontecimento no meio artístico cá do burgo: esta noite, no Coliseu dos Recreios, há *Amália com todos*, num festival de características populares que, à boa maneira das antigas «Grandes Noites do Fado», servirá de pretexto para um público muito especial se deliciar com os sons da banza e os trinados (desafinados ou a preceito) de trinta artistas trinta, encabeçados pelas maiores do Fado lusitano: Herminia e Amália.

O espectáculo, que promete ser uma pequena-enorme maratona (com mostra de habilidades a cargo de ilusionistas, acordeonistas, declamadores, imitadores, cançonetistas, fadistas e locutores) é organizado por Apio Garcia, concessionário de alguns programas radiofónicos comerciais e, também, homem-orquestra do «Jornal de Lisboa». A receita tem fim altruista: destina-se a minorar o dia-a-dia de um fervoroso apaixonado pela voz da «diva» que, ao saber que *havia qualquer coisa com Amália* por alturas do 26 de Abril de 1974, sofreu tão grande desgosto que ficou quase cego.

Chamam-lhe, nos meios da guitarra, o «Custódia da Amália». O bom sujeito, com meia vida dedicada a uma adoração sem limites, vai ter hoje «a sua festa». Uma espécie de gota de água, para a sua velhice: pequena ajuda para um pobre de Cristo que tem a felicidade de conhecer *gente importante* e não acabar os dias, como tantos outros, numa berma de estrada ou em portal desabitado.



O invisível precisa, Amália canta

Teatro. Maria Matos A RTP APRESENTA

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL» de Bertolt Brecht

com **RAUL SOLNADO** no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinees», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017 A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

CURSOS

- DACTILOGRAFIA
- MECANOGRAPHIA

Perfuração/Verificação
Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 23 Janeiro
Informações e Matriculas no

EXTERNATO CONTINENTAL
Telef. 32 56 52
Rua do Arsenal, 100 - 1.º

FORMAÇÃO DE ACTORES EM ÉVORA

MONTE-MOR-O-NOVO, 13 — Promovido pela Comissão Cultural da Câmara Municipal de Montemor, a companhia do Centro Cultural de Évora realizou um espectáculo no Teatro Curvo Semedo desta vila, em que apresentou a peça de Bertolt Brecht, «O Proprietário Puntilla e o seu Criado Matti». Cerca de 800 espectadores, na sua maioria operários agrícolas das herdades colectivas do concelho, assistiram ao espec-

táculo.

Mas nem só com espectáculos o Centro Cultural de Évora justifica a sua actividade. O Grupo I da Escola de Formação de Actores, que o Centro criou sob a égide da Direcção-Geral da Acção Cultural, terminou o seu primeiro período de funcionamento. Após testes de avaliação vocacional e disponibilidade técnica a que compareceram algumas dezenas de candidatos, o Grupo I ficou

constituído por 12 elementos originários de Faro, Espinho, Leiria, Viana do Alentejo, Sintra, Elvas, Caldas da Rainha, Beja, Torres Novas, S. Brás de Alportel e Évora.

O objectivo principal da Escola de Formação de Actores consiste na formação de quadros que possam vir a preencher as necessidades futuras da descentralização cultural e teatral.

Canal da Crítica

AS DUAS REFORMAS AGRÁRIAS: VAMOS A ELAS. SENÃO...

Talvez nunca tenha lamentado tanto como hoje o pouco espaço que o meu jornal me concede — e assim mesmo direi que nesse ponto abuso diariamente. O problema ontem discutido é dos que nos interessam a todos, dado que, como ontem se deixou bem explicado, da forma como se cumprir a Reforma Agrária dependerá o destino da nossa Revolução.

O ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, apareceu uma vez mais na Televisão. Assim, metodicamente o Partido Socialista prossegue a sua campanha eleitoral — e parvinho era ele se não aproveitasse. Certamente a visão eleitoralista, a posição partidária não se tornou tão descarada como noutras situações com outras personagens. O segredo estará em que o ministro Lopes Cardoso joga num trunfo que muitos dos seus pares não possuem: na inteligência. Vem daí, principalmente, a sua telegenia. Tal como no futebol, é preciso saber cometer faltas em política. Em política, só os aze-lhas puxam a camisola do adversário nas barbas do árbitro...

É certo que Lopes Cardoso joga sempre no seu campo e conta quase sempre com a cumplicidade do árbitro. Em reuniões de agricultores, diz-nos a Televisão, foi atacado o ministro da Agricultura. Também nos diz que, na assembleia dos camponeses, foi atacada a política do ministro da Agricultura. O que ficamos é sem saber a natureza das

contestações. Estamos perante uma Informação viciada. Como os meninos pequenos, pensa a RTP que se fizer uma figa pode jurar falso — e assim ficará salva a aparência da virtude.

Dai que a presença de Artur Portela Filho, no papel de entrevistador, ganhe um sabor a batota. No lugar de Artur Portela, todos ganharíamos mais se tivéssemos um camponês do Alentejo e um pequeno agricultor do Norte, propostos pelos sindicatos e ligas. Isto porque de monólogos (mesmo a dois) vamos nós estando fartos. A um responsável, como Lopes Cardoso, não se oferecem deusas: possibilita-se o diálogo, a controvérsia.

Com isto não quero pôr em causa a sinceridade de Lopes Cardoso quando ele nos garante a decisão inabalável de prosseguir na Reforma Agrária. Deus nosso Senhor (da forma mais apartidária, claro) lhe acrescente as forças. Tanto mais que o ministro já percebeu (oxalá este ministro, que é inteligente, consiga explicar a coisa a alguns dos seus colegas) que a contestação da direita é regida pela batuta fascizante.

E também porque estou a falar com uma pessoa inteligente, lhe recordarei que o VI Governo pode ter ao seu dispor os meios mínimos de autoridade para se fazer obedecer; mas seria preferível que tivesse por si de tal modo o apoio popular, a razão popular, que os tais meios não lhe fossem necessários. Este apoio que

falte, e nada valerá ao VI, nem a nenhum. Não é da história da Carochinha: é da História.

Como se têm manifestado os tais meios de autoridade gostava eu que me dissesse, este ministro ou qualquer outro. Contra as acções terroristas? No castigo das sabotagens? No desmantelamento de organizações contra-revolucionárias? Na manutenção da legalidade democrática em tantas zonas do País? Na repressão da propaganda fascista? O senhor ministro não quer experimentar ser comunista um dia (calma, homem, é só um dia!) em alguns lugares onde o caciquismo se mantém? O VI Governo usou autoridade contra o levantamento de Rio Maior nas vésperas do 25 de Novembro?

Assim por diante. O problema não está em reprimir, mas em quem reprimir quem. Antes de chegarmos a uma sociedade de bilhões de anjinhos a tocar harpa, há-de manter-se uma coisa chamada luta de classes, de cuja existência deriva o Estado. O Estado de que faz parte o engenheiro Lopes Cardoso.

LOBOS COM PELE DE CORDEIROS

Quanto à Reforma Agrária, ou mais propriamente, quanto às reformas agrárias, o ministro da Agricultura adiantou algumas noções que são velhas mas que devem ser lembradas. Só que não seria pedir demasiado fossem mencionadas as fontes. Algumas, pelo menos.

A necessidade de proceder de maneira diferente consoante as situações concretas não é, de maneira nenhuma, uma descoberta do actual ministro, nem do Partido a que pertence.

Já em 1964 (e podia, se quisesse, recuar ainda mais no tempo) dizia Álvaro Cunhal: *A questão, na prática, é sem dúvida complexa. Não se pode levar a terra do Sul para o Norte, nem é fácil a deslocação para o Sul de milhares de pequenos proprietários norte-nhos. Dada a grande diferenciação regional quanto à divisão da propriedade, pode quase dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma Reforma Agrária, mas de duas reformas agrárias: uma nas zonas de grande propriedade, outra nas zonas de pequena propriedade, reformas que tenham em conta as características especiais de cada região (in «Rumo à Vitória»).*

Quanto à atitude face à pequena agricultura e às medidas urgentes a tomar para beneficiar os pequenos agriculto-

res, se está por aí agora a descobrir muita pólvora. Permitam que volte a citar Álvaro Cunhal de um discurso de há muitos meses: *«Nas terras dos pequenos proprietários, nas terras dos pequenos rendeiros, não se deve tocar com um dedo, deve-se respeitar religiosamente a terra dos pequenos e médios agricultores.»*

«(...) Mas não só não tocamos com um dedo na terra dos camponeses, como queremos que as pequenas explorações sejam mais rendíveis, que tenham auxílio técnico, que pague adubos mais baratos, que tenham melhores preços para os seus produtos.»

Por que será que as pessoas atentas ao nosso fenómeno político, como o eng.º Lopes Cardoso, prestam a maior atenção ao problema dos pequenos agricultores? Porque essas pessoas sabem que os pequenos e médios agricultores podem ser a reserva dos aliados para a Revolução ou podem ser uma reserva da contra-revolução. As dificuldades criadas aos pequenos e médios agricultores só podem partir de quem não estiver interessado na Revolução. Os indícios da manipulação por parte dos grandes agrários, vestidos com a pele de «agricultores», começam a ser alarmantes. A antipatia que o ministro de Agricultura encontra em certos meios deriva da campanha organizada contra a Reforma Agrária, tão simpaticamente veiculada pela Televisão portuguesa. Não é por acaso que coincidam certas posições assumidas por indivíduos participantes na reunião de Braga com as do P.P.D. e C.D.S. Apartidariamente, está-se mesmo a ver...

Os perigos que corre a Revolução portuguesa, na pessoa da sua filha querida, a Reforma Agrária, deverá ser o toque de alarme capaz de chamar à unidade todos os patriotas, todos os democratas. E só não digo revolucionários porque tenho Custóias, Caxias e Santarém atravessadas na garganta.

O momento é de vidro...

P. S. Amanhã falaremos do «Caso Rosenberg», de que se transmite hoje, em noite de teatro, a 2.ª parte. Não percas, leitor. Na actual Televisão portuguesa, é uma pérola na ostra.

Hoje



«Angústia para o Jantar»

I PROGRAMA

- 19.00 Os Homens, os Livros e as Coisas — poesia africana, via expressão portuguesa.
19.30 «O Segredo dos Flamengos» — 1.º episódio — 1.ª parte — com Jean-Claude Dauphin e Isabelle Adjani. Realização de Robert Valey.

A meio do século XV uma descoberta vem agitar o mundo das artes. Trata-se da pintura a óleo. Mestre Battistini, pintor napolitano vai para a Flandres no intuito de descobrir esta nova técnica.

- 19.55 TV Palco — actualidades teatrais apresentadas pelo actor Igrejas Caeiro.
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 Teatro — «O Caso Rosenberg» — 2.ª parte — «O Julgamento» — de Alain Decaux na tradução e adaptação de Victor de Carvalho, Realização de Oliveira Costa.
22.25 «Khajuraho» — documentário dedicado à arquitectura de expressão religiosa em Khajuraho.
23.00 Telejornal — 3.ª edição

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e Culinária-76
20.55 «Os Pequenos Vagabundos»
21.20 Teatro — «Angústia para o Jantar» — 2.º episódio — adaptação do romance homónimo de Luís Sttau Monteiro. Produção da Planigrafe, Realização de Jaime Silva. Intérpretes: Fernanda Lapa, Rui de Carvalho, Júlio Branco, Jorge Brum do Canto, Laura Soveral, Jorge Sousa Costa, Carlos Teixeira, Carmen Gonzalez, Canto e Castro, Cristina R.V., João Carvalho e Branco Alves.
22.25 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.



DESTAQUES

I PROGRAMA

«O Caso Rosenberg» (21.05)

II PROGRAMA

Teatro — «Angústia para o Jantar» (21.20)

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — 13.00: Abertura e Documentário — «O Pintor Edward Munch»; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: «Os Robinsons Suíços»; 13.55: Logo à Noite; 14.00: Ciclo Preparatório TV — 14.10: Educação Musical (2.º ano); 14.35: Ciências da Natureza (2.º ano); 15.00: Educação Musical (1.º ano); 15.25: Moral (2.º ano); 15.25: Moral (1.º ano). 2.º Período — 19.00: Abertura e «Era uma Vez... Três»; 19.25: Desenhos Animados; 19.45: Documentário; 20.15: Vamos jogar no Todorola; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.00: Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística; 23.00: Telejornal — 3.ª edição; 23.15: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Abertura e «Os Robinsons Suíços»; 21.00: Recital de piano pelo pianista Daniel Arpajou; 21.30: «Callan»; 22.30: Telejornal; 23.00: Fecho.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA INFORMAÇÃO

Em relação à Convocatória publicada em alguns Órgãos da Informação, convocando os Delegados Sindicais a dirigirem-se ao Sindicato para levantamento do Boletim dos Escritórios, de Dezembro, a Direcção esclarece que o referido Boletim é da inteira responsabilidade da Ex-CDP e que o mesmo poderá ser levantado, no Sindicato, a partir da próxima sexta-feira.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1976

A DIRECÇÃO



«ESTE É O INCITAMENTO A UM ACTO NUNCA VISTO: UM LIVRO DESTINADO A QUE NÓS, OS POETAS ANTIGOS E MODERNOS, EXTINTOS OU PRESENTES, PONHAMOS FRENTE AO PAREDÃO DA HISTÓRIA UM FRIO E DELIRANTE GENOCIDA»

O TESTAMENTO POÉTICO de PABLO NERUDA

INCITAMENTO AO NIXONICÍDIO E LOUVOR DA REVOLUÇÃO CHILENA

TRADUÇÃO DE ALEXANDRE O'NEILL

APENAS POR 50\$00

ENVIE ESTA IMPORTÂNCIA EM CHEQUE, NOTA DE BANCO OU VALE DO CORREIO A EDITORA E DISTRIBUIDORA AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS, LISBOA-3, E TÊ-LO-A EM SUA CASA NA VOLTA DO CORREIO

«NÃO LEVEMOS A PÁTRIA À AGONIA / CONDENADA AO SANGUE E AO LAMENTO / E CONTRA ISSO ESTÁ A MINHA POESIA / QUE VAI POR TODA A PARTE COMO O VENTO!»

Desporto

Afinal, como é?

Taça de Portugal com estrangeiros?

Tal como estava programado no panorama futebolístico, realizou-se a reunião entre os dirigentes federativos e os associados de Trabalho, que tinha na «Ordem de Trabalhos» alguns pontos de primordial importância. Ao fim de várias horas de troca de impressões, nada (ou quase nada) foi resolvido, continuando tudo na mesma. Para além do destaque que o delegado da A.F. do Porto deu à Imprensa, alvitrando que um dos pontos não fosse testemunhado pelos jornalistas, há a salientar que se corre o risco de a Taça de Portugal ainda esta época decorrer sob o signo das anteriores: ou seja com a participação de representantes das ex-colónias! Caso o regulamento não seja alterado e na impossibilidade (natural) de os representantes de países estrangeiros participarem (Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique), alguns clubes serão isentos em diversas eli-

minatórias. E (pergunta-se) como se rotulará o torneio? Também a questão (velha) dos cartões de livre trânsito foi levantada... para nenhuma solução ser encontrada. Seguindo a proposta do delegado de Aveiro, vão ser emitidos novos cartões: mas sob o critério anterior. Trata-se (tão apenas) de substituir os velhos por novos... Outros pontos discutidos na reunião: a questão das percentagens dos subsídios a atribuir às Associações, ficando estabelecido que elas seriam contempladas segundo uma ordem de prioridades e considerando a antiguidade, mas não se resolveu (em absoluto) essa ordem de prioridades quanto à questão dos melhoramentos. Será o tesoureiro deferativo quem irá estudar o problema. Sobre a cedência de campos para jogos da selecção nacional, também se ficou num impasse: antes, fora aprovado

que seria o Conselho Jurisdicional a dar o seu parecer sobre o assunto. Ainda antes da discussão destes pontos, o cor. Carrilho do Rosário levantou um «caso» de irregularidade que se está a passar no Funchal: sendo a Junta Autónoma do Funchal a legítima proprietária do «Estádio dos Barreiros», não se compreende (nem pode aceitar) que a Associação de Futebol do Funchal cobre uma percentagem pela utilização desse parque de jogos. Devido ao adiamento da hora, a reunião foi interrompida, ficando-se sem se saber (ainda) em que moldes irão decorrer, na próxima época, os «nacionais» de futebol. Por outras palavras: continua sem se saber quantos clubes desçam de divisões, e se há ou não há «liqui-las». Praticamente, ficou-se na mesma...



Treze feridos, entre os quais um sargento da Polícia, é o saldo das desordens ocorridas no Estádio Olímpico de Roma, no fim do jogo de futebol Roma-Juventus, perdido pelo primeiro por 0-1. Os «tifosi» do Roma reclamaram contra o árbitro (que «roubou» vários «penalties» ao seu clube), arremessaram objectos de diversa espécie para o campo e tentaram invadir o rectângulo, sendo dispersos pela Polícia à força de granadas de gás lacrimogénico. Uma tristeza

Lá fora

NOVO COMENDADOR

O trivençador de São Silvestre (de São Paulo), o colombiano Victor Manuel Mora Garcia, recebeu a medalha civil ao mérito Ciudad de Bogotá, ficando com o grau de comendador.

MARCA IMPRESSIONANTE

Com o resultado global de 271 pontos (involgar, mesmo num país onde a marcação excede frequentemente os 100 pontos para cada equipa) terminou o encontro de basquetebol entre os Spirits (de St. Louis) e os Nets (de Nova Iorque) ganho pelos primeiros (por 141-130). O jogo contava para

o campeonato da Associação Americana de Basquetebol.

DISTINÇÃO ATLÉTICA

No seu tradicional inquérito para estabelecer a classificação dos melhores atletas latino-americanos de 1975, a agência noticiosa urbana Prensa Latina atribui o primeiro lugar ao «sprinter» cubano Silvio Leonard, que igualou o recorde mundial dos 100 metros, com 9,9 segundos. O 2.º posto coube ao atleta brasileiro João Carlos de Oliveira, recordista mundial do tripló salto com 1 789 metros

GUIMARD CAMPEÃO

Cyrille Guimard conquistou o título

de campeão de França de ciclocross vencendo o Circuito de Chazy-Azergues gastando 54 minutos e 7 segundos a percorrer os 21,95 quilómetros do percurso. A 20 segundos do campeão ficou o amador Jean-Yves Plaisance. Nos lugares imediatos, classificaram-se Alex Gerardin, Henri Bonnard, Andre Willehm, Fernand Schaffer, Mariano Martinez e Patrick Blanchard.

RECORDES MELHORES

Emile Puttemans começou da melhor maneira o ano olímpico ao fixar dois recordes mundiais em recinto coberto, numa única prova disputada em Pantin, próximo de Paris. O atleta foi creditado de 13 m e 20 s 8/10 nos 5000 metros e em 12 m e 54 s 6/10 a passagem das 3 milhas.

Os anteriores máximos, respectivamente 13 m, 24 s e 6/10 a 12 m, 59 s já lhe pertenciam desde Março de 1974, tendo sido estabelecidos precisamente na mesma pista.

MULHERES CORREDORAS

A alemã oriental Waltraud Strotzer estabeleceu a melhor marca europeia dos 800 metros, de atletismo em pista coberta, correndo a distância em 2 m, 2s e 38/10. O acontecimento registou-se no decorrer de um encontro nacional de atletismo em Berlim Oriental.

A precedente melhor marca europeia pertencia à polaca Elzbieta Katolik, conseguida nos campeonatos da Europeu de Goeteborg (na Suécia).

Por seu turno, a alemã oriental Sibylle Priebisch estabeleceu, também em Berlim Oriental, o novo melhor tempo mundial para os 100 metros (atletismo, em pista coberta) correndo a distância em 11 m e 40 s.

JAIRZINHO CONTRATADO

Jairzinho acaba de assinar contrato de um ano com o Cruzeiro (de Belo Horizonte). O famoso futebolista brasileiro, de 33 anos, antigo titular, do Botafogo, do Olympique (de Marselha) e da selecção canarinho, pôs, desta maneira, termo às negociações com um clube americano que estava interessado no seu concurso.

Calendário desportivo

JUNHO

1. Dia 3: Campeonato Mundial de Golfe (esperanças) em Evian (França). Campeonato Aberto de Ténis (Paris) até 13.

5. Dia 5: Regata Transatlântica, que principia em Plymouth (Inglaterra), mototociclismo. Trofeu da Ilha de Man, até dia 11.

10. Dia 10: Campeonato da Europa de Vela «Tornado» (Kiel, Alemanha), até dia 18.

11. Dia 11: Golfe, E. U. A. - Inglaterra (Taca Curtis) em Lytham (Inglaterra).

12. Dia 12: Automobilismo, 24 Horas de Le Mans.

13. Dia 13: Automobilismo, Grande Prémio da Suécia em Fórmula 1 (Andersstorp).

19. Dia 19: Vela, Semana de Vela (Kiel).

21. Dia 21: Ténis, Campeonatos da Inglaterra (Wimbledon) até 3 de Julho.

24. Dia 24: Ciclismo, Volta à França, até 18 de Julho.

26. Dia 26: Motociclismo, Grande Prémio da Holanda, Regata Internacional (Nottingham).

Exibição no Bessa reconduz Henrique ao "onze" nacional

«Se o não puderes vencer, alia-te a ele» — diz um ditado popular; um ditado que José Maria Pedroto parece conhecer, já que não podendo (sabádo passado) vencer José Henrique, acaba de o convocar para os trabalhos da selecção, aliando-se portanto a ele. Aliás as crónicas dos jogos já deixavam adivinhar esta convocatória: até porque Tibi (um suplente de Damas e Botelho) tinha sido afastado da sua própria equipa de clube...

Mas, vamos aos convocados para os primeiros trabalhos que visam (já!) os jogos preparatórios do Campeonato do Mundo. Nomes dos guarda-redes: Damas, José Henrique e

Botelho; defesas: Artur, Tai, Rebelo, João Cardoso, Freitas, José Mendes, Carolino e Barros; médios: Toni, Pietra, Fraguito, Alves, Vitor Martins, Octávio, Valter, Sheu e Marinho; avançados: Oliveira, Manuel Fernandes, Moinhos, Jordão Marinho, Albertino e Nenê. Além da chamada do guardião do Benfica, regista-se a nomeação de Fraguito, do brarense Marinho e, ainda de Albertino, que começa a dar que falar...

Todos estes jogadores efectuarão, no próximo dia 21, (às 10 horas) no Estado Nacional, o primeiro treino federativo deste ano civil.

Peres e Simões: retorno à vista

Os «armadores» Fernando Peres e António Simões, dois dos mais populares nomes do futebol português, parecem a um passo de retornarem à actividade em clubes portugueses de primeiro plano, após terem andado fora da Europa na recolha de divisas por grêmios estrangeiros.

Peres esteve recentemente ao serviço do Náutico do Recife (Brasil) e Simões excursionou pelos «states», dando uns pontapés nos salões onde os norte-americanos pretendem implantar o «futebol-associativo». Agora para o ex-belenense, ex-«leão», ex-portista e

ex-treinador do Peniche, surgiu a hipótese de voltar a actuar em relvados lisboetas. Quanto ao antigo «capitão» do Benfica tudo indica que o seu rumo mais próximo seja, a nível de divisão principal, uma colectividade que reside perto da zona em que tem interesses comerciais de vária índole.

Peres e Simões: dois excelentes executantes que à semelhança de José Torres (no Estoril Praia), podem ainda ser bastante úteis desde que aproveitados dentro da medida das suas actuais possibilidades físicas.

"Doentes" continuam a estragar o espectáculo

Vá lá! Neste fim-de-semana parece não ter acontecido nada de reprovável nos bastidores portugueses do futebol. Terá sido a pausa refrescante, a excepção que confirma a regra ou, tão apenas, a «arrancada» para uma disciplina que se deseja entre definitivamente na vida desportiva nacional. E, deseja-se isso para que o nosso país não seja palco de acontecimentos tristes, que só podem trazer tarjas negras aos relatos dos cronistas.

Apenas para que se lembre um velho (e esquecido?) «slogan» da Associação de Futebol de Lisboa («Futebol sem correcção não é desporto») aqui fica a descrição dos casos que, no domingo último, se registaram em Génova, durante o jogo entre o Sampdoria e o Inter:

«Violentos incidentes tiveram lugar, em Génova, após o encontro do campeonato de Itália, entre o Sampdoria e o Internazionale, de Milão (1-2), disputado no Estádio «Marassi».

Descontentes com as decisões do árbitro da partida (que, primeiro, castigou o Sampdoria com uma grande penalidade e, no último minuto da partida, recusou ao clube genovês o golo da igualdade) milhares de adeptos invadiram o terreno. No meio da confusão geral, um dos mais exaltados conseguiu chegar junto do juiz da partida a agredi-lo no rosto, com socos repetidos. Na desordem absoluta, árbitro e jogadores recolheram às cabanas, onde o infeliz árbitro teve de permanecer sob a ameaça dos «tifosi» que rodeavam os vestiários.

Muito embora o encontro tenha terminado com a vitória do Inter, esse triunfo poderá não ser homologado pela comissão de disciplina, em virtude dos acontecimentos. Recordase que, durante os incidentes, os fervorosos e irascíveis adeptos genoveses incendiaram as balizas e derrubaram quase toda a grade de protecção que rodeava o rectângulo.

Também em Roma se registaram incidentes. Segundo o testemunho da agência noticiosa França-Presse, eis o caso:

«Treze feridos, entre os quais um sargento da polícia é o saldo das desordens ocorridas no Estádio Olímpico de Roma, no fim do jogo de futebol Roma-Juventus, perdido pelo primeiro por 0-1.

Os «fitosi» do Roma reclamaram contra o árbitro (que «roubou» vários «penalties» ao seu clube), arremessaram objectos de diversa espécie para o campo e tentaram invadir o rectângulo, sendo dispersos pela Polícia à força de granadas de gás lacrimogénico.

Certos de que, como o mal dos outros podemos nós, tomemos estes exemplos para refreio daqueles que ainda pedem a cabeça quando as coisas correm mal para as cores do seu clube preferido.

Bombarral, terra de bom vinho

Relatório de árbitro

"democraticamente" elaborado

O inacreditável também acontece: no futebol e, desta feita, foi na vila do Bombarral. Depois do jogo Bombarralense-«O Elvas» (zona C da 3.ª divisão) que terminou empatado a 2 golos, o árbitro José Santos Sapateiro viu-se preso na sua própria cabina, depois de ter dado o jogo por findo devido a invasão do campo.

O mais curioso é que não foi o única a ficar cativo nos balneários; alguns adeptos do Bombarralense «ofereceram-se» para lhe fazer companhia e, como tinham de inventar uma maneira de passar o tempo, vão de fazerem (todos) o relatório do jogo. Claro que a redacção foi estudada: e ca-

da palavra escolhida a rigor. Só depois disso o texto foi integralmente lido à assistência que («democraticamente») o aprovou. Só assim o sr. Sapateiro pode «dar corda aos sapatos» e regressar ao domicílio.

É evidente que o tal relatório não contou absolutamente para nada: talvez (apenas e só) para constituir prova de facto do crime (grave) em que incorreram os sócios ou adeptos do Bombarralense, que assim, quiseram influenciar o árbitro, obrigando-o a escrever falsidades num boletim que só deve conter verdades. Pergunta-se: como vão ficar as coisas, lá pela terra do bom vinho?

Vitor Batista:

Indisciplina em equação

Será bastante difícil o retorno de Vitor Batista ao futebol benfiquista: o inquérito disciplinar em que está incurso (e é orientado pelo dirigente eng.º Helder Viegas) tem encontrado vasta matéria para castigo especialmente se não forem esquecidos, casos antigos (incidente no Brasil, questão com o então junior Salvador, problemas múltiplos criados com diversos companheiros do bloco mais profissionalizado...) e se for tido, em linha de conta, o estado anímico do

ex-jogador setubalense que, amiúde, tem de recorrer aos serviços de médicos especializados em psiquiatria para restabelecer o equilíbrio de espírito.

Aliás (pode escrever-se) em relação a Vitor Batista, como a outro «goleador» benfiquista, há um movimento de resistência por parte de colegas do primeiro «team», que vêm com certa relutância a presença de um ou outro, no «plantel» principal do clube da Luz.

Nacionais de futebol

Jogos antecipados

A Direcção da Federação Portuguesa de Futebol autorizou as seguintes antecipações, para sábado, em relação à 17.ª jornada dos campeonatos nacionais da 1.ª e 2.ª divisões: Leixões-Boavista (às 16 horas); Salgueiros-Sanjoanense (às 15

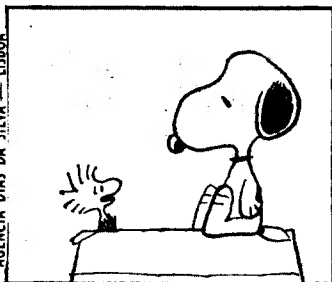
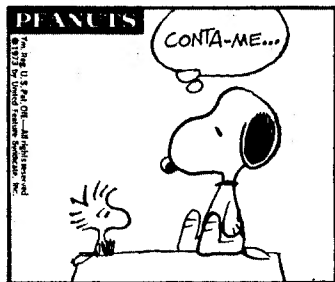
e 30 horas); Riopole-Covilhã (às 16 horas); Penafiel-P. Ferreira (16 horas) e Feirense-Gil Vicente (às 21 e 30 horas). De todos estes jogos, apenas o último conta para o concurso número 20 do Totobola.

Geral

Manuel Cabanas expõe gravura

AVEIRO, 13 — De 17 a 31 deste mês, está patente no Salão dos Serviços Culturais (Praça da República) desta cidade, uma Exposição de Gravura de Manuel Cabanas, pro-

movida pelos Serviços de Turismo de município local. No próximo sábado, às 15 e 30, Manuel Cabanas, que é correspondente do «DL» no Barreiro, profere uma palestra no local da exposição.



Mantém-se diferendo Medicina-M.E.I.C.

Está a decorrer, desde as 15 horas, na Aula Magna da Reitoria, uma reunião plenária dos estudantes da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Esta reunião vem an sequência da conferência de imprensa realizada ontem no Hospital de Santa Maria e convocada pela direcção da Associação de Estudantes de Medicina, conselho directivo da Faculdade de Medicina de Lisboa, e estruturas associativas e académicas representativas da Escola e dos Hospitais Cívicos de Lisboa.

Na reunião da conferência está a recusa dos referidos organismos em aceitar os despachos do M.E.I.C. que encerram as aulas do 5.º ano, eliminam a cadeira de Anatomia no 1.º ano e não encontram solução para a distribuição dos alunos dos anos clínicos pelos Hospitais Cívicos.

Exigem, nesse sentido, aqueles organismos, que «o M.E.I.C. reconheça os «currículos» aprovados pelos estudantes e professores do 4.º ano bem como a revogação imediata do despacho de suspensão do ensino de Anatomia ao 1.º ano do Hospital de Santa Maria».

Estudantes, professores e técnicos da Faculdade de Medicina de Lisboa solidarizam-se «com as formas de luta e acção prática dos estudantes e docentes do 4.º ano no sentido de ultrapassar a situação de impasse em alguns hospitais e dar início imediato ao seu ano escolar».

E mais exigem: «sejam imediatamente recebidas as estruturas associativas e académicas, representativas da Faculdade, pelo ministro Vítor Alves, dando-lhe conhecimento das propostas aprovadas e da determinação de toda a escola».

Tema quente em todo este processo tem sido o do ensino médico nos Hospitais Cívicos. Ao argumento de que esse estudo prejudica a assistência a prestar aos doentes, desmentem-no os estudantes considerando-o um falso problema. Desde que os médicos cumpram as seis horas diárias obrigatórias (já decretadas) não haverá prejuízos para nenhum dos lados — quer para os doentes, quer para os estudantes.

Quanto à questão do 4.º ano, foi afirmado na conferência de imprensa que as aulas já funcionam há um mês e meio no Hospital de Santa Maria.

Em suma: exigem os estudantes que seja cumprido o ho-

rário de seis horas para assistência dos médicos nos Hospitais Cívicos, se iniciem as aulas do 5.º ano, as aulas de Anatomia do 1.º e se aprove o «currículo» do 4.º ano.

PROFESSORES FRENTE AO M.E.I.C.

Vai realizar-se amanhã, às 15 horas, frente ao M.E.I.C., uma manifestação convocada pela Comissão Coordenadora dos Candidatos a Professores Provisórios legalmente habilitados. Exigências em causa: abertura total das aulas «com professores com a melhor habilitação, pela dignificação do ensino e pelo direito ao trabalho».

Recorda-se que ontem o M.E.I.C. emitiu uma nota em que considera ser alegada falta de qualidade de ensino nos docentes já colocados, um falso problema.

M.E.I.C. NA EMISSORA

A Emissora Nacional passa a transmitir, a partir de amanhã um programa denominado «Consultório Educativo» no qual o M.E.I.C. responde às questões postas pelas escolas e pelos ouvintes em geral sobre a reestruturação do Ensino Secundário. O programa é transmitido semanalmente, às quartas-feiras, depois do noticiário das 22 horas.

C.R.A.P. NO HOTEL PENTA

Decorreu, ontem, no Hotel Penta, a primeira jornada de trabalho do seminário dos Centros Regionais de Apoio Pedagógico, que dentro da política de descentralização do M.E.I.C. se vai debruçar sobre o lançamento de quatro C.R.A.P. no Porto, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

Na sessão de abertura, o secretário de Estado de Orientação Pedagógica, dr. Bártolo Paiva Campos, ressaltou o pa-

pel dos delegados estrangeiros no seminário, o qual, organizado no âmbito da O.C.D.E., tem por finalidade pormenorizar a acção executiva dos C.R.A.P., através dos quais se pretende acabar com o isolamento de certas regiões, incrementar a permuta de experiências no campo pedagógico, facilitar o fornecimento de material didáctico, além de dar apoio documental e técnico às escolas.

Na sequência dos trabalhos os delegados nacionais debateram os principais problemas das regiões em que serão lançados os quatro primeiros C.R.A.P., sendo unânime a opinião de que a principal causa do isolamento dos professores é a herança da política dirigista do passado que não permitia trabalhos de equipa e não apoiava inovações pedagógicas.

Na base da definição de um critério inicial de localização, concorreram entre outros factores o aproveitamento de estruturas já existentes, a concentração de equipamentos e recursos humanos, a situação de isolamento funcional e a integração em planos mais amplos de ordenamento do território. Desta análise resultaram como áreas prioritárias os Açores, Algarve, Madeira e Porto e, numa fase seguinte as regiões de Bragança, Castelo Branco, Coimbra e Évora.

Os trabalhos prosseguem hoje com a discussão do tema «O papel dos C.R.A.P., na formação dos professores». Participam no seminário representantes da Alemanha, Noruega, Holanda, Espanha, Irlanda e Inglaterra, sob a coordenação do dr. L.C. Taylor da O.C.D.E.

No âmbito nacional participou no seminário o eng. Roberto Carneiro, prof. João Loureiro e Andrade e Silva, além das integrantes instaladoras dos C.R.A.P., do Porto, Faro, Ponta Delgada e Funchal, sob a coordenação do prof. Varela de Freitas.

Câmara de Albufeira tem novo Presidente

FARO, 13 — Foi eleito presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Albufeira, proposto pelo PPD, tendo às urnas ocorrido 2274 votantes, correspondentes a 19,58 por cento dos eleitores inscritos nos cadernos de recenseamento. No processo

eleitoral participaram as várias forças políticas em presença, tendo o candidato do PPD alcançado a percentagem de 41,58 por cento dos votos recolhidos.

Carlos Oliveira Macieira substitui no cargo Romeu Santa Clara de Brito.

Terceiro Juízo para Aveiro

AVEIRO, 13 — Os trabalhadores do Tribunal Judicial da comarca de Aveiro decidiram em assembleia geral extraordinária, insistir junto das entidades oficiais sobre a criação de um terceiro Juízo na comarca, devido à insuficiência de quadros e ao estado em que, por consequência, se encontra o serviço.

Estes trabalhadores, sócios do Sindicato Distrital dos Trabalhadores Judiciais do Distri-

to Judicial de Coimbra, vão também propor, conforme decidiram, a alteração do actual horário de trabalho, fixando a semana de cinco dias, já aprovada em caderno reivindicativo. Entretanto, a comissão pró-sindical (Função Pública) do distrito de Aveiro tem reunido com os respectivos delegados para apreciação, discussão e apuramento de propostas sobre o projecto de decreto-lei sobre as diuturnidades.

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 364859/368197. Tínde. Striptease. CASINO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal continental o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	8º
P. DOURADAS	12º
COIMBRA	14º
PORTALEGRE	7º
LISBOA	11º
FARO	14º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima: BRAGA 12,4º
Minima: F. CASTELO RIDRIGO 0,5º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar 12,4º
Atmosfera 9,5º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
1.13 3,3 m	6.57 1,6 m
13.39 3,3 m	19.15 1,5 m
Dia 14	
2.07 3,5 m	7.48 1,4 m
14.31 3,4 m	20.03 1,3 m
Dia 15	
2.53 3,7 m	8.33 1,2 m
15.17 3,6 m	20.47 1,1 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente limpo; vento fraco; formação de geada forte nalguns locais do interior a norte do Tejo.

AMANHÃ

NAScer AS 8.54
OCASO AS 18.37

DIA 17 DIA 24 DIA 31 DIA 8

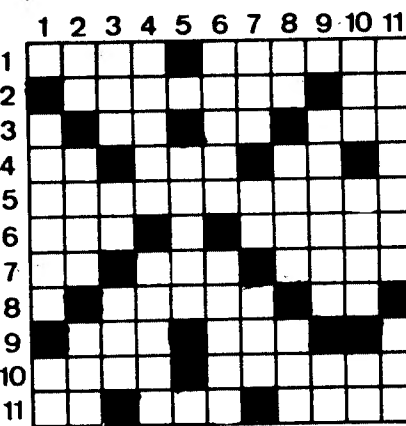
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11268

HORIZONTAIS

- 1 Pronome indefinido. Picara com o bico.
- 2 Fazer aparecer. Erbio (s.q.).
- 3 Apellido da mãe de Luís de Camões. Artigo indefinido. Amir.
- 4 Batráquio. Viscera. Pronome pessoal.
- 5 Concluíram.
- 6 Ecoa. Impia.
- 7 Célio (s.q.). Possui. Serra de Portugal.
- 8 Artigo definido. Educar. Pertences.
- 9 Pronome relativo. Lista.
- 10 Transpiram. Mitra de três coroas que o Papa usa em certas cerimónias (pl.).
- 11 Catedral. Entre os Filipinos, a divindade. Artérias.



VERTICAIS

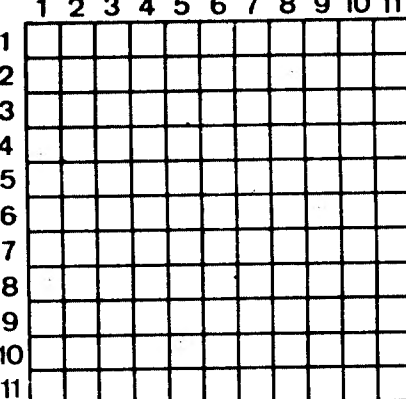
- 1 Vaso, geralmente de boca estreita destinado a líquidos. Sua Santidade.
- 2 Preposição latina que designa movimento. Anéis. Pronome relativo.
- 3 Oureças. Batráquio. Planta apocínacea, cujo suco é empregado para envenenar as flechas dos Mandingas.
- 4 Afé. Sinal diérese.
- 5 Solucl.
- 6 Nevoeiro. Nome e mulher.
- 7 Seguiam. Basta. Rala.
- 8 Célio (s.q.). Papá (inf.). Família.
- 9 É digno de. Estrépito de desmoronamento.
- 10 Monarca. Escudeiros. Em partes iguais.
- 11 Ordenar. Abreviatura de Santíssimo Sacramento.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7428

HORIZONTAIS

- 1 Ave semelhante à pomba. Sorte.
- 2 Artigo definido. Rejeitar.
- 3 Ar éria. Zombem. Prefixo de negação.
- 4 Falha. Amparo.
- 5 Esquece. Prefixo que designa ar.
- 6 Apellido. Campeão.
- 7 Trezentos em romano. Dardo farpado e acerado usado na pesca de peixes de grandes dimensões.
- 8 Fio de latão (pl.). Tombas.
- 9 Truca. Es imas. Ma embática.
- 10 Bordaram a fio de marca. Nota musical.
- 11 Cada uma das partes duras e calcificadas que formam o esqueleto dos animais. Causa amuo a.



VERTICAIS

- 1 Defunto. Largo de Lisboa.
- 2 Transpiram. Educas.
- 3 Mulher fácil (bras.). Reis.
- 4 Sufixo que designa estado. Fruto da ateira. Malho.
- 5 Ver. Move os remos.
- 6 Estrada magnífica que ia de Roma a Brindes. Nome de mulher.
- 7 Ramalhete. Figura que simboliza o povo americano.
- 8 Adção. Donzela de Orleães. Mulo.
- 9 Quarto. Arranham.
- 10 Militar de categoria elevada entre os índios do Malabar. Camareiras.
- 11 Equipar. Aldeia de Itália.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11267

HORIZONTAIS

- 1 CADA. Alão.
- 2 Ramalho. Pê.
- 3 Rã. Me. Aos.
- 4 Nd. Doe. UM.
- 5 Doou. Ratarã.
- 6 Emir. Asar.
- 7 Are. Nas. Pi.
- 8 ACODE. AAA.
- 9 Am. Ica. Dás.
- 10 Ia. Do. Cor.
- 11 Seca. Ariolo.

VERTICAIS

- 1 ONDE. MAIS.
- 2 Ar. Doma. Mãe.
- 3 Dar. Oira.
- 4 Amadurecida.
- 5 Oco.
- 6 Almerinda.
- 7 LHE. Ae. Cr.
- 8 Ao. Utas. DÓI.
- 9 Amas. Aaro.
- 10 Po. Rpas.
- 11 Pescaria. Ao.

PROVERBIO: CADA UM ACODE ONDE MAIS LHE DÓI

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7427

HORIZONTAIS

- 1 Peralta. Cás.
- 2 Aram. Acordo.
- 3 Amará.
- 4 Ara. Em.
- 5 Ia. Urdidas.
- 6 Omar. Airoso.
- 7 Salão. Tantã.
- 8 Raso. Arais.
- 9 Aqi. Grã.
- 10 Ta. Cara. Ras.
- 11 Arcos. Maurã.

VERTICAIS

- 1 Pã. Fios. Ata.
- 2 Era. Amargar.
- 3 Rama. Alai.
- 4 Amár. Rãs. Co.
- 5 Rau. Oó. As.
- 6 Taã. Rã. Gr.
- 7 Acreditaram.
- 8 Mirar.
- 9 Cre. Dona. Ru.
- 10 Ad. Castigar.
- 11 Sou. Soas. Sa.



Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNO S-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841912)

ALVALADE
Libia, Avenida da Igreja, 4-B (Tel. 711681); Chindo, Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Tel. 710331); Aguiar, Avenida da Liberdade, 125 (Tel. 45225).

BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, Rua B. 75-A (Tel. 683694)

CAMPOLIDE
Pindor, Rua D. Maria Pia, 514 (Tel. 687949).

LAPA
Rodrigues e Aires, Rua da Lapa, 52 (Tel. 662246).

MARQUÊS DE POMBAL
Liberal, Avenida da Liberdade, 219 (Tel. 43641)

MOURARIA
Ferreira, Rua da Mouraria, 12 (Tel. 860464)

RATO
Janeiro, Avenida Álvares Cabral, 100 (ao Liceu Pedro Nunes) (Tel. 661453).

RESTELO
Higilux, Rua de Pedrouços, 50 (Tel. 610280).

XABREGAS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (Tel. 382470)

TURNO S-2

TODA A NOITE

ALCANTARA
Lup Nogueira, Rua José Dias Coelho, a (antiga Rua da Creche) (Tel. 631635)

ALFAMA
Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Tel. 866360)

AREIRO
Galeno, Avenida Oscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 774920)

BAIRRO ALTO
Veritas, Rua da Misericórdia, 135 (Tel. 324554-327563).

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Zira, Praça das Casas Novas, lote 66 (Tel. 310172).

BENFICA
Marques, Estrada de Benfca, 648 (Tel. 700096)

CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-9 (Tel. 662838)

CONDE DO REDONDO
Branco, Av. Duque de Loulé, 61-65 (Tel. 52388)

ESTEFÂNIA
Dália, Rua Açores, 32 (Tel. 52388)

LUMIAR
Alameda, Alameda das Li-

nhas de Torres 201-B (Tel. 790942)

PENHA DE FRANÇA
Europa, Av. General Roçadas, 27-A (Tel. 843880); Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Tel. 832580)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av. Luís Bivar, 69 (Tel. 47213).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T. 2112048)

PAÇO DE ARCOS
Godinho, Av. Fernando Lopes, 4 (T. 2432039). Toda a noite

OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sa-boa, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Toda a noite

ESTORIL
Amoreira, Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Sulça, Cruzeiro (T. 260087). Toda a noite

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T. 282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5, Reboleira (T. 938703); Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518); Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303); Helenica, R. Elias Garcia, 2 (T. 933613)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121)

QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T. 950123)

CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (T. 2940034)

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T. 2912038)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T. 2930058)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302)

BARREIRO
Picarra, Av. do Bocage, 65-A (T. 2074771)

COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (T. 2767356)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025)

MONTEJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (T. 2310156)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)

SETÚBAL
Bocageana, R. do Romeu (T. 23425); B. Santos Nicolau (T. 23330)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 39 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 22

ATÉ ÀS 22 HORAS

Nacional, R. Senhora da Luz, 156. Foz. S. Diniz, R. de S. Diniz, 428. Soeiro, R. de Santos Pousada, 71. Vitalia, P. da Liberdade, 34. Alberto Ferreira, R. da Estação, 100. Antero de Quental, R. Antero de Quental, 520. Herculano, R. Alexandre Herculano, 384

TODA A NOITE

Boavista, R. da Boavista, 601. Antunes, R. do Bonifim, 485. Cosme, R. de Costa Cabral, 584. Pereira, R. da Preciosa, 35

COIMBRA

Montes Claros, Rua dr. António José de Almeida, 69. (Tel. 25904: Viegas e Coelho, Rua da Sofia, 19. (Tel. 22089)



Cinemas

CASTIL
T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Muitíssimo atrevido
2.ª semana
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO!

IMPERIO
T. 555134 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Inspirado na obra de Oscar Wilde
A VIDA DE DORIAN GRAM
Com Helmut Berger e Richard Todd
Sessão Clássica - amanhã, 18.30
Um filme de Lindsay Anderson

ROYAL
T. 865037 15.15 e 21.15
Para todos M. 6 anos
HERBIE
POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO
Col. 2.ª semana
O «SEXO» ANDA EM ESCAPE LIVRE

VOX
T. 720808 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. men. 18 anos
O grande filme das festas!
YUPPIDU
5.ª Semana

ROMA
T. 727778 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
CONFISSÃO DE UM COMISSÁRIO
Um filme de Damiano Damiani

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 As 21.00
(Grupo C. M. 14 anos)
5 PATIFES EM FÚRIA
Um vulcão de violência!

1.º Programa
17.30 Orquestras
18.00 Música portuguesa
18.30 A casa e a vida
19.00 Música variada
20.00 Jornal da noite
20.30 Jazz
21.00 A economia no nosso dia a dia, por Abílio Diniz Silva
21.55 Instrumentistas
22.00 Programa da noite, transmitido do Emissor Regional de Coimbra
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite

2.º Programa
18.00 Música sinfónica
18.35 «Danças Sagrada e Profana», de Debussy
18.45 Folclore português
19.00 «Danças Eslavas», op. 72, de Dvorak
19.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
20.00 «Rapsódia Espanhola», de Ravel
20.20 Concerto n.º 2, op. 32, para piano e orquestra, de Weber
20.45 «Vilancicos do Século XV», de Juan Urreda
21.00 Intercâmbio musical
21.38 Duas obras de Haendel
22.29 Anúncio de despedida de Lisboa 2 e Norte 2
22.30 Música ligeira variada
00.00 Fecho

motor
T. 538743 15.15, 18.30 e 21.15
(Não acons. m. 18 anos)
SUA EXA. GOSTAVA DE SAÍAS
Lando Buzzane e Laura Antonelli

Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 21.15
Para todos M/6 anos
Walt Disney productions
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO
A aventura para além da imaginação
6.ª Semana

EDEN
T. 320769 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Int. a men. 18 anos
O CAMPEÃO DOS BOXERS
c/ Tiang Perng e Jang Chiang

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
7.ª semana de êxito total (colorido)
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Contém cenas eventualmente chocantes
Um festival malandricas «secretas»

APOLO 70
T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA
3.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
«O Enforcamento»

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 17.00, 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
ESTA ESPÉCIE DE AMOR

S. JORGE
T. 54153/4 15.15, 18.15, e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
JEREMY, O PRIMEIRO AMOR
Palma de Prata no Festival de Cannes 3.ª semana

RESTELO
T. 610375 21.00
(Não acons. men. 13 anos)
O PROFESSOR NUDISTA

AVIS
T. 47.63 15.30, 18.30, 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO A GUERRA
8.ª Semana
c/ Les Charlots

ESTÚDIO
T. 555135 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Sylvia Kristel, Jean Luis Trintignant
BRINCANDO COM O FOGO
5.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h
Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contém cenas event. chocantes
3.ª Semana

UNIVERSAL
T. 774402 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
ERICA MINOR
17.00 e 23.00
CAMARADAS
de Marin Karmitz

CONDES
T. 322523 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS PRAZERES DO VIGÁRIO
Com Magali Noel, Solveia Anderson — Colorido

BERNA
T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Charles Bronson
O JUSTICEIRO DA NOITE
Um filme de Michael Winner
Em 10.ª Semana

LONDRES
T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
BREVE ENCONTRO
Com Sophia Loren, Richard Burton
Colorido
3.ª semana
Hoje às 24 h (10 anos)
A MANIA DAS GRANDEZAS

ROXY
T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMILIE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 570595 15.15, 18.30, 21.15
Para todos
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO
Uma aventura para além da imaginação
6.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS PRAZERES DO VIGÁRIO
Com Magali Noel, Solveia Anderson
Colorido

PATHE
T. 821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
uma oferta que não pode recusar
A OUTRA FACE DO PADRINHO
um filme de Franco Prospero

NIMAS
T. 574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Um filme de Damiano Damiani
PORQUE SE MATA UM MAGISTRADO?
c/ Franco Nero, Françoise Fabian

Outros espetáculos

LISBOA/Teatros

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«O Soldado e o General»

VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A CIA dos Cardeais»

A.B.C.
20.45 e 22.45 (18 anos)
Afinal como é?

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Mostra-me a tua piscina»

MÁRIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Civil»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família até certo Ponto»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Complexos de Portnoy»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Decameron Proibido»

CINE-BOLSO
21.30 (13 anos)
«O Vale»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Os Viciados»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Butch Cassidy e o Kid»

PARIS
21.15 (13 anos)
«O Homem Orquestra»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«A Última Golpada»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«Os Sequestrados de Actona»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Criado para todo o Serviço»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (10 anos)
«Longe da Multidão»

CASCAIS
S. José
21.15 (14 anos)
«Excelsior - A Fúria do Karate»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Esta Espécie de Amor»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«A Cobra»

DAMAIA
D. João
21.00 (14 anos)
«5 Patifes em Fúria»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«A Professora»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Assassino ao Telefone»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»

ESTÚDIO

21.15 (18 anos)
«Iniciação sexual de Casanova»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Adolescente Perversa»

BATALHA
21.15 (6 anos)
«Os Malucos vão à Guerra»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (6 anos)
«Isto é Espectáculo»

RIVOLI
21.15 18 anos
Tarzoon a Vergonha da Selva»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu Inferno»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Caminhos do Prazer»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

ÁGUA DE OURO
21.30 (18 anos)
«4 Cavaleiros do Kung Fu»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Paul e Michele-Amigos e amantes»

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Le Chat et la Souris»

JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Prá Frente é que é o Caminho»

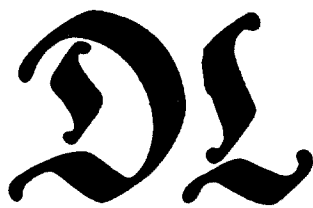
COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Como caçar um Marido»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A Rapariga da Bicicleta»

S. TEOTÔNIO
21.15 (10 anos)
«Música no Coração»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Fellini 8 1/2»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 105, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. OROFA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

Conselho de Ministros debate custo de vida

O Conselho de Ministros reúne-se esta tarde em S. Bento sob a presidência do Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo.

Não foi divulgada a agenda mas pensa-se que os problemas ligados à questão de preços e aumento de custo de vida serão especialmente debatidos e estudadas medidas que, de acordo com as recomendações do Conselho da Revolução, possam sustentar esse aumento.

Denunciado no Porto

Casos de especulação a mil por cento

PORTO, 13 — Estão já pendentes alguns processos contra comerciantes cujas margens de lucro, em certos artigos, sobem até aos mil por cento, segundo informação prestada em conferência de imprensa dada no Porto pelos Serviços de Fiscalização Económica.

Foi ainda dito que só nos últimos três meses aqueles serviços instauraram 375 processos por delitos anti-económicos e contra a saúde pública, enquanto no último ano o número de processos contra retalhistas e produtores ultrapassou os mil e quinhentos.

O dr. Miguel Baleizão, daqueles serviços de fiscali-

zação, apelou para a colaboração dos consumidores neste domínio afirmando:

«A fiscalização está onde o consumidor quer que esteja.»

Aquele inspector referiu-se ainda ao Grupo de Intervenção Sindical de Esclarecimento ao Público (G.I.S.E.P.) agora criado e que, conforme o «DL» já noticiou, se propõe fazer uma divulgação semanal sobre a especulação. O inspector Baleizão considerou a criação daquele grupo de intervenção como «útil e de muito interesse» mas acrescentou que, apesar de ter contactado o Sindicato do Comércio, não fora possível obter ainda a desejada colaboração concreta neste campo.

"Bica" a 4\$00 no dia 16?

«Bica» a 4 escudos a partir de 16 do corrente?

Embora o titular do Ministério do Comércio Interno em declarações ontem publicadas por um nosso colega da tarde, tenha contornado a questão, é muito provável que a popular infusão seja abrangida pelas medidas de austeridade e conhecida novo preço ainda este mês.

Aliás, Magalhães Mota não deixa de referir, na aludida entrevista, que o abastecimento de café, operado a partir de Angola, falhou estrondosamente. Fornecimentos já contratados chegaram mesmo a não nos serem enviados e os responsáveis viram-se obrigados a adquiri-lo noutros mercados, a despeito de Angola ser um dos principais produtores mundiais.

O ministro do Comércio Interno afirma ainda que estamos a negociar novas transacções (com o Brasil?), adian-

tando ser prematuro taxar novos preços. Mas é voz corrente, e a Associação dos Industriais de Hotelaria insiste, que a «bica» vai subir, o que pode não implicar propriamente o aumento daquele produto a retalho.

«Bica» mais cara é preocupação de milhões de portugueses, e parece ter passado o estado de boato para se tornar, muito em breve, azeda realidade. No entanto, os contactos efectuados esta manhã pelo nosso jornal foram infrutíferos quanto a saber a verdade acerca da questão, porque tanto a Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços como outros organismos relacionados com os mesmos se perderam em evasivas.

Se as informações que nos forneceram se concretizarem (o que parece ser muito viável) teremos, a partir de 16 do corrente, a «bica» a 4\$00 e não a 5\$00 como em tempos chegou a ser divulgado.

Petróleo soviético exige nova carreira marítima

Segundo a Agência T. A. S. S., «Portugal é o décimo sétimo país a integrar a lista de compradores de petróleo à União Soviética».

A venda de petróleo «é já uma das consequências das negociações efectuadas há poucos dias na capital portuguesa, entre delegações de

ambos os países, ao abrigo do acordo firmado entre Portugal e a União Soviética, em 1975».

Paralelamente a este acordo petrolífero, «será aberta uma nova carreira marítima, entre Ventspils, porto soviético na costa báltica, e Lisboa», através da qual será transportado o petróleo para Portugal.

Pacto com o M.F.A.

Partidos devem manter sigilo sobre a resposta do C.R.

Pouco transparece do comunicado final do Conselho da Revolução emitido após a sua reunião de ontem acerca do modo como a reunião decorreu. Todavia, a prioridade dada a questões muito concretas e relacionadas mais de perto com a situação política portuguesa permite supor que uma das preocupações dos conselheiros é a de fazer o possível por que o C. R. não perca irremediavelmente o ascendente político que ainda detém sobre os demais órgãos do poder e centros de decisão.

Muito embora o comunicado não deixe adivinhar que posições o C. R. globalmente sustenta perante as questões que mais prementemente se suspenham, pode-se vaticinar, sem grande risco de erro, que tais posições estão animadas por uma intenção de intervir, e activamente. O texto, em cinco pontos, emite pormenores. É assim que se fica sem saber o que se pensa no C. R. acerca dos problemas que os metalúrgicos levantam, acerca da situação em Angola e em Timor, acerca dos «objectivos fundamentais das Forças Armadas no quadro da revolução em curso».

Igualmente, pouco ou nada se sabe sobre a proposta apre-

sentada pela comissão encarregada de tratar do assunto, relativamente à revisão do Pacto M. F. A. - Partidos. Sabê-la-ão a partir de hoje os partidos, a quem a proposta foi entregue sob condição de sobre ela manterem estrito sigilo. Também não se pode dizer que se sabe alguma coisa de concreto a respeito do relatório sobre os acontecimentos de 25 de Novembro. Corre no entanto que o relatório (uma fase preliminar do relatório) pode tornar-se do domínio público muito brevemente.

É o seguinte o texto final do comunicado:

1 — O C. R. reunido em 12 de Janeiro de 1976 apreciou uma exposição feita a um seu delegado por representantes da Federação do Sindicato dos Metalúrgicos, tendo sido tomadas em consideração algumas das preocupações apresentadas pelos trabalhadores e remetendo para o Governo outras questões por serem da competência daquele órgão de soberania.

2 — A situação política interna e internacional foi objecto de cuidadosa apreciação, tendo sido especialmente analisada a situação em Angola e Timor.

3 — O C. R. examinou a di-

rectiva que tem por finalidade definir os objectivos fundamentais das Forças Armadas no quadro da Revolução em curso, e ainda o código que estabelece doutrina sobre disciplina militar, o qual foi elaborado à luz dos princípios democráticos que norteiam a nova sociedade portuguesa.

4 — O C. R. tomou conhecimento da proposta apresentada pela comissão encarregada de negociar a revisão da plataforma de acordo constitucional com os partidos políticos, tendo decidido que a mesma fosse entregue a cada um dos partidos para apreciação e ulterior resposta à referida comissão.

5 — O C. R. tomou também conhecimento do relatório preliminar apresentado pela comissão de inquérito aos acontecimentos do 25 de Novembro, e da tipologia criminal em que se enquadram os factos e reafirmando o seu propósito de que a comissão de inquérito no seu trabalho procure aprofundar todas as questões para que os verdadeiros culpados, civis e militares, sejam responsabilizados, tendo encarregado a referida comissão de dar conhecimento público, logo que possível, das conclusões já obtidas.

Quatro bombas no Norte

PORTO, 13 — Na madrugada de hoje quatro atentados à bomba na região nortenha, perpetrados contra habitações, estabelecimentos e viaturas de elementos progressistas, causaram danos que estão avaliados em centenas de contos.

Os maiores prejuízos registaram-se na residência do dr. Alberto Teixeira de Sousa, em Rio Tinto, antifascista de longa data e militante do P. C. P., que tem ocupado a presidência da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar. Colocada junto à porta de entrada, numa varanda cuja placa rebentou, a bomba estourou por volta das 3 horas e 45 minutos.

Saneamento à esquerda na Câmara do Bombarral

BOMBARRAL, 13 — Toma hoje posse, às 15 horas, uma nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Bombarral. Os elementos que integram a nova comissão são afectos ao Partido Socialista e vêm substituir militantes ou simpatizantes do Partido Comunista.

O acto de posse verificar-se-á em condições particulares: nenhuma referência no «Diário do Governo», nem à exoneração da anterior, nem à constituição da nova Comissão.

O pretexto para a exoneração, considerada evidente saneamento à esquerda, relaciona-se com o problema da água ao Pó e a Bombarral, a que nos referiremos em próxima edição.

O interior da casa ficou seriamente danificado. Todo o rés-do-chão foi afectado, com destruição de várias dependências, nomeadamente escritório, salas e quartos. Os danos são extensivos aos prédios vizinhos que tiveram vidros e montas partidos.

Quinze minutos antes, havia rebentado um outro petardo no estabelecimento de novidades e decorações «Colunata», pertencente à sr.ª Helena Araújo Castro, que é casada com o dr. Raul Castro, membro do P. C. P. Os danos foram pequenos. Entretanto, este estabelecimento já havia sido alvo de um outro atentado bombista, este sim, de elevados danos, no passado mês de Novembro, quando uma bomba explodiu na caixa do correio. A «Colunata» está localizada à Rua Faria Guimarães.

Também a livraria «Estudo» não escapou à escalada terrorista desta madrugada. A mesma hora em que voavam estilhaços na residência do dr. Alberto Teixeira de Sousa, a livraria «Estudo» na Avenida Antunes Guimarães, tinha a mostra destruída e o prédio onde está localizada ficava com a fachada danificada. A livraria pertence a um grupo de sócios, tidos como pessoas progressistas, embora não militantes de qualquer partido.

Finalmente, às 4 horas e 10 minutos explodiu a última bomba, desta vez numa furgoneta. O veículo é propriedade da firma Rocha Brito, Lda e estava entregue, para serviço, a Jorge Borges Rodrigues, militante do P. C. P. A furgoneta, estacionada na Rua La Couture, em frente ao número 186, ficou praticamente destruída.

Costa Gomes desde hoje mais perto do E.M.G.F.A.

O general Costa Gomes, que nos últimos tempos tem visto a sua actividade absorvida pelos numerosos problemas políticos com que o País se debate, vai agora dedicar maior actividade às suas funções de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas que, cumulativamente com o cargo de Presidente da República, desempenha desde a renúncia do ex-general Spínola.

A partir de hoje passou também a trabalhar no edifício do Restelo e, uma vez que é ali que se encontram os serviços mais importantes — (E.M.G.F.A. e Conselho da Revolução), é provável que o Chefe do Estado-Maior-General das

Forças Armadas, racionalizando a sua actividade, passe a despachar daí os assuntos principais, ficando a actividade no Palácio de Belém, restrita aos assuntos mais directamente relacionados com a Presidência da República.

A presença de Costa Gomes no Restelo é, por outro lado, encarada como indicio de que o Chefe do E.M.G.F.A. passará a dedicar mais atenção aos problemas específicos das Forças Armadas, à sua unidade e disciplina, dentro dos princípios socialistas já proclamados pelo M.F.A. e claramente ratificados pelo povo ao eleger uma maioria socialista para redigir a Constituição.

3
tome
5

CONTRA AS REFORMAS

O que no domingo se passou em Braga — mesmo ignorando os milhares de pessoas que cantaram o hino nacional de braço estendido — é a prova de que a Reforma Agrária está a ser o pretexto para uma estratégia de combate a todas as reformas dos que não desejam democracia nenhuma, dos que não querem socialismo nenhum. O ministro da Agricultura, eng.º Lopes Cardoso, admitiu-o ontem na Televisão. Reconheceu que se cometeram certos abusos mas assegurou que, rectificados estes, a Reforma prosseguirá.

Entretanto, um grupo de pequenos e médios agricultores de Leiria afirma num comunicado que «os grandes agrários vão tentar utilizar as nossas justas reivindicações» e «utilizam-nos como coibiças para a defesa dos interesses dos grandes senhores da terra».

Mas que faz o Governo e o P. S. perante os ataques e as graves ameaças ocorridos em Braga?

OS LUGARES IMPORTANTES

Veiga Simão, ex-ministro da Educação Nacional de Marcelo Caetano e ex-embaixador de Portugal nas Nações Unidas no tempo de Spínola, concedeu uma larga entrevista ao «Expresso». Nesta entrevista, vinda a público no sábado passado, Veiga Simão lamenta ter sido «alvo de certos progressistas» e ter sido, igualmente, «o alvo de Marcelo Caetano».

Esperamos que Veiga Simão não tenha nesta altura sido alvo dos mesmos problemas que se lhe deparam após o 25 de Abril de 1974 em que, após ter concedido uma entrevista àquele semanário, veio suplicar depois (com lágrimas de desespero) a sua não publicação, na medida em que lhe tinham anunciado estar prestes a ser «nomeado para um posto importante». «Se esta entrevista for publicada a minha nomeação corre perigo...» afirmava Veiga Simão.

Pelos vistos, hoje em dia, a próxima nomeação de Veiga Simão para um lugar importante não corre qualquer perigo...

AS BOAS INTENÇÕES

Na opinião de William Shaufele, subsecretário norte-americano de Estado para questões africanas, citada pela «Reuter», «a continuação da presença de soldados sul-africanos em Angola poderia auxiliar os três movimentos em guerra nesse país e resolverem por meio de negociações as suas diferenças».

Shaufele não disse, porém, ser também o material de guerra «made in USA» muito importante para restabelecer a paz em Angola. Falta imperdoável.

Embaixador do Peru

A fim de assumir as suas funções, chega amanhã a Lisboa o novo embaixador do Peru em Portugal, Jorge del Campo Vidal, recentemente nomeado para aquele cargo pelo Governo do seu país.